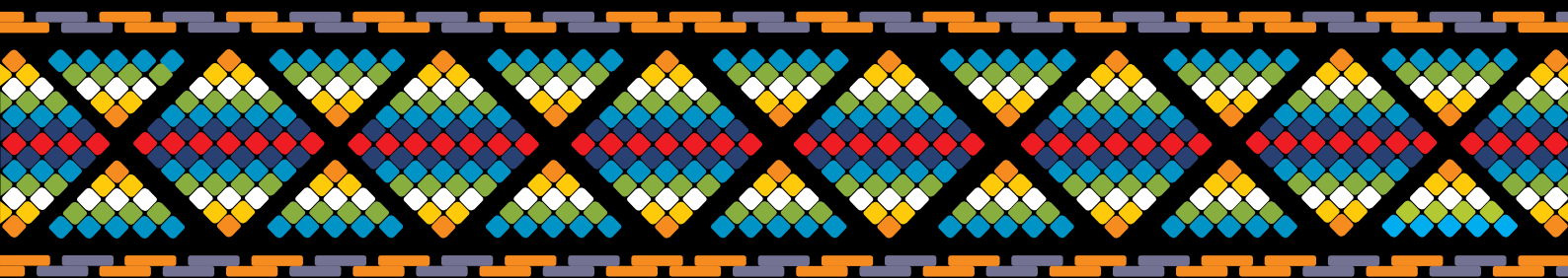


ANO I - Nº 1
SÃO PAULO

CODAS

CADERNOS LATINO-AMERICANOS DE POLÍTICA E SOCIEDADE

1





CODAS – CADERNOS LATINO-AMERICANOS DE POLÍTICA E SOCIEDADE

CODAS é a revista do curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas

CONSELHO EDITORIAL

André Kaysel
Andréia Galvão
Denis Giménez
Esther Dweck
Esther Solano
Luciana Tatagiba
Magda Biavaski
Maria Carlotto
Marilane Teixeira
Pablo Gentili
Patrícia Valim
Reginaldo Moraes in memoriam
Sebastião Velasco e Cruz
Victor Marchetti
William Nozaki

EDITORAS

Andrea Bárbara Lopes de Azevedo
Júlia Tibiriçá Diegues Gomes

PROJETO GRÁFICO

Caco Bisol

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente | Aloizio Mercadante
Vice-presidenta | Vívian Farias
Elen Coutinho
Jéssica Italoema
Artur Henrique
Alberto Cantalice
Carlos Henrique Árabe
Lindbergh Farias
Márcio Jardim
Valter Pomar

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial | Rogério Chaves
Assistente editorial | Raquel Maria da Costa

COORDENADOR DA MAESTRÍA ESTADO, GOBIERNO Y POLÍTICAS PÚBLICAS

Marcelo Manzano

DIRETORA DA FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (Flacso Brasil)

Salete Valesan

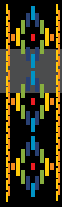
Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana 04117-091 – São Paulo – SP
fpabramo.org.br

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Avenida Ipiranga, 1071, Sala 608 – República 01039-903 – São Paulo – SP
flacso.org.br/

Publicação de Março/2020



SUMÁRIO

GUSTAVO CODAS PRESENTE!
UMA HOMENAGEM DE MÁRCIO POCHMANN

EDITORIAL

LULISMO OU LULISMOS? ASSIMETRIA REGIONAL
E O GOLPE DE 2016
PATRÍCIA VALIM

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA
ECONOMIA FEMINISTA À ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UM DIÁLOGO
SERGIO ARCAS DE ABREU
ANA LUÍZA MATOS DE OLIVEIRA

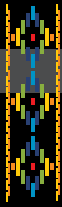
A DESIGUALDADE DOS CORPOS E
A SELETIVIDADE DA MEMÓRIA NO
BRASIL PÓS-TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA
BEATRIZ BESEN DE OLIVEIRA

PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM DEBATE:
A "VELHA POLÍTICA" NÃO FUNCIONA?
LUANA FORLINI

TELEJORNALISMO E MÍDIA NA CRISE POLÍTICA
E SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DE 2013
PEDRO SIMON CAMARÃO TELLES RIBEIRO

A LEI DE LICITAÇÕES E A EROSIÃO
DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO
ANTÔNIO CARLOS SOUZA DE CARVALHO
MARCELO MANZANO





GUSTAVO CODAS PRESENTE!¹

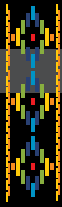
UMA HOMENAGEM DE MÁRCIO POCHMANN²

Desapegado de vaidades, liderava sem mandar;
Destituído de cerimonialismo e prolegômenos, conduzia sem burocratizar;
Desmistificava a complexidade, simplificando pela óbvia realidade;
Abominava rusticidade e idiotices, reagindo com brandura e seriedade;
Respondia a radicalidade da vida, com afeto e estima;
Desmobilizava incertezas na segurança e clareza dos ideais;
Nas dificuldades que se impunham, apoiava-se na esperança revolucionária dos que não aguardam porque atuam;
De vertente internacionalista arrebatadora, emergia seu compromisso com a superação do sofrimento do povo pobre das periferias;
Não esteve presente em tudo, mas por onde passou deixou marcas a respeito do que vale a pena viver;
Sem sentido, a materialidade do corpo rapidamente se desfaz, mas nos seus diversos exemplos, sua trajetória de vida e seus compromissos históricos continuarão a nos encorajar e a insistir, a ter lado e escolhas que nem sempre são as mais fáceis, mas certamente as mais dignificantes, especialmente, para aqueles que acreditam que outro mundo é possível.

Gustavo Codas, mais um guerreiro do nosso tempo que deixou a convivência do nosso cotidiano, ficando para sempre gravado na lembrança de quem, com ele, teve a oportunidade de conviver e aprender. Codas segue presente.

1. Texto escrito em 13 de agosto de 2019 quando nos deixou o companheiro Gustavo Codas, a quem essa revista homenageia por sua militância incansável e inabalável pela transformação socialista na América Latina.

2. Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas; Presidente da Fundação Perseu Abramo (2013-2020).



EDITORIAL

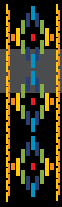
rente à uma crise sem precedentes na economia capitalista, à erupção de uma pandemia em escala global e à ascensão de novas formas e expressões do autoritarismo na sociedade brasileira, a revista CODAS - Cadernos Latino-Americanos de Política e Sociedade publica seu número de estreia num contexto marcado pela insegurança e instabilidade institucional e política esperando contribuir de forma crítica para o debate acadêmico sobre a sociedade e o Estado constituídos até o presente momento.

A revista, vinculada ao programa de Maestría “Estado, Gobierno y Políticas Públicas” de parceria da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil) e da Fundação Perseu Abramo (FPA), vem reunir a produção acadêmica de mestres e doutores, nacionais e estrangeiros, em formação ou não, que tem se empenhado em investigar e refletir as raízes da desigualdade social e econômica latino-americana e atuado em governos, partidos políticos ou em movimentos sociais na busca por caminhos para a autonomia desses povos. Trazendo artigos científicos, entrevistas e resenhas, os Cadernos CODAS e lança um periódico multidisciplinar das ciências humanas, publicado em sistema de duplo-cego de avaliação por pares.

Neste volume estreado encontra-se o artigo de Patrícia Valim que interroga o conceito do Lulismo e sua representação ideológica como cunhado por Singer chamando o conceito a sua pluralidade, uma vez que as investigações das históricas assimetrias regionais do Brasil realizadas pela pesquisadora apontam para uma outra forma de Lulismo no Nordeste do país. Ainda na investiga-

CODAS





ção do período dos governos Lula e Dilma, apresentam-se os artigos de Luana Forlini e de Pedro Camarão Ribeiro. A pesquisadora dialoga sobre a estabilidade do presidencialismo de coalizão no sistema político nacional, enquanto Ribeiro discute a cobertura jornalística da TV Globo, em especial do Jornal Nacional, dos acontecimentos políticos e da atuação governamental desde junho de 2013 até os debates realizados no momento do impeachment em 2016.

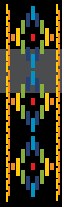
Dois artigos vem argumentar sobre o período de transição democrática do Brasil, a Constituição de 1988 e a dificuldade da consolidação de um país com cidadania ampla e promoção desenvolvimento social e econômico. A partir de pesquisa participante, Beatriz Besen de Oliveira relata a violência aos corpos sofrida na periferia paulista no bairro de Heliópolis, onde as marcas da polícia ditatorial persistem. Já os autores Antonio Carlos de Carvalho e Marcelo Manzano apontam como, apesar da ampliação dos mecanismos democráticos e da garantia dos direitos sociais, a presença da Lei de Licitações na Constituição Brasileira instituiu limites ao desenvolvimento econômico e social em prejuízo da justiça social e da soberania popular.

O artigo de Sérgio Arcas de Abreu e Ana Luiza Matos de Oliveira retoma o tema quase esquecido da Economia Solidária e debate sua relação com a Economia Feminista, levando em perspectiva as relações desiguais entre mulheres e homens e a reprodução da divisão sexual do trabalho.

Por fim, cabe dizer que a presente revista traz em o nome “CODAS” homenagem ao amigo intelectual e militante Gustavo Coda, cuja vida foi dedicada à luta política e à construção de uma América Latina soberana, integrada e socialista. Esperamos, assim, que os debates aqui presentes possam fazer valer este legado.

Andrea Bárbara Lopes de Azevedo

Júlia Tibiriçá Diegues Gomes



LULISMO OU LULISMOS?

ASSIMETRIA REGIONAL
E O GOLPE DE 2016

¿LULISMO O LULISMOS?

ASIMETRÍA REGIONAL
Y EL GOLPE DE 2016

LULISM OR LULISMS?

REGIONAL ASYMMETRY
AND THE INSTITUTIONAL COUP OF 2016Y

PATRÍCIA VALIM

Professora Adjunta do Departamento de História/UFBA.
patricia.valim@ufba.br





RESUMO

Este artigo analisa os limites e as possibilidades do Lulismo por meio da variável regional do conjunto de políticas públicas dos governos petistas até o Golpe de 2016, que destituiu a presidente Dilma Rousseff do poder. A hipótese central deste artigo é que, considerando as históricas assimetrias regionais do Brasil, o resultado da análise do impacto do conjunto de políticas públicas do Lulismo no Nordeste, por meio da variável regional, nos permite pensar em Lulismos, que acabou impactando tanto as Manifestações de Junho de 2013 como as Eleições de 2018.

ABSTRACT

This article analyzes the limits and possibilities of Lulism through the regional variable of the set of public policies of PT governments until the Institutional Coup of 2016, which removed President Dilma Rousseff from power. The central hypothesis of this article is, considering the historical regional asymmetries of Brazil, the result of the analysis of the impact of the set of public polities of Lulism in the Northeast, through the regional variable, allows us to think of Lulisms, which ended up impacting 2013's June protests and the 2018 Brazilian Elections.

RESUMEN

Este artículo analiza los límites y las posibilidades del lulismo a través de la variable regional del conjunto de políticas públicas de los gobiernos del PT hasta el Golpe de 2016, que retiró del poder a la presidenta Dilma Rousseff. La hipótesis central de este artículo es que, considerando las asimetrías regionales históricas de Brasil, el resultado del análisis del impacto del conjunto de políticas públicas de lulismo en el noreste, a través de la variable regional, nos permite pensar en los lulismos, que terminaron impactando ambas manifestaciones Junio de 2013 como las elecciones de 2018.



Este artigo é resultado da minha participação na aula inaugural sobre “Os impasses do Lulismo” do curso de extensão “O Golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil”, coordenados pelos Prof. Dr. Pedro Puntoni (USP) e Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade, realizada em 21 de março de 2018, no auditório “Fernand Braudel” da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com a participação dos colegas Prof.º Dr. Lincoln Secco (USP), Prof.ª Dr.ª Esther Solano (UNIFESP) e Prof. Dr. André Singer (USP).

Na ocasião, o ponto de partida para a construção do meu argumento foi o conjunto de manifestações de inquietude e perplexidade por parte de um setor da esquerda brasileira em relação aos altos e crescentes índices de aprovação do ex presidente Luís Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores nas pesquisas divulgadas pelo DATAFOLHA durante o primeiro semestre para a corrida presidencial de 2018, não obstante a dura campanha de ataque ao PT e aos ex-presidentes petistas de boa parte da grande imprensa desde as manifestações de junho de 2013, que foi a cadência do Golpe de 2016.

Como poderíamos explicar, no curso de 2018, que Lula e o PT estavam ampliando crescentemente seus índices de aprovação junto a população brasileira? Meu argumento era arriscado, sobretudo porque ao meu lado estava o Prof. André Singer, autor da tese sobre o Lulismo durante o período de 2006-2010: propus que considerássemos a variável regional na análise sobre as experiências que resultaram da implantação e efetivação de políticas públicas para setores historicamente excluídos do acesso ao Estado, fazendo com que essas pessoas vivenciassem as premências das rupturas com o Golpe de 2016, em ritmos e escalas diferentes.

O argumento se desdobrou de maneira incontornável quando se considera que no conjunto geral dos estados da Federação os maiores índices de aprovação do PT e do Lula eram da região nordeste, historicamente responsável pelos maiores índices de subdesenvolvimento do país¹ e, justamente por isso, a região que mais cresceu em vários aspectos durante os governos petistas em razão do grande projeto de Integração Nacional, responsável pelo começo do fim do chamado “Brasil Profundo”. Não por outra razão foi a região que formou o “cinturão progressista” nas eleições de 2018, na qual o então candidato Jair Messias Bolsonaro não obteve nem 18% dos votos.

O argumento central deste artigo, portanto, é que não obstante a formulação original do conceito de Lulismo, quando se considera as históricas assimetrias regionais do país, o conjunto de políticas públicas do Lulismo não foi o mesmo para as regiões do centro-sul e para as regiões do nordeste, de maneira que ainda que o denominador comum seja a tentativa de ausência de conflito entre o capital e o trabalho: deve-se analisar a experiência dos governos petistas no plural: há lulismos e não lulismo.

1. ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Nordeste, Nordeste: que Nordeste?* In: AFFONSO, Rui de Brito Alvares & SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo, FUNDAR, Editora da UNESP, 1995.



LULISMO

Há alguns anos, o cientista político André Singer cunhou o termo “Lulismo” para explicar o modelo político-econômico implementado no Brasil desde o início do século 21, com a eleição do Presidente Lula após 2006². Lulismo, para Singer, é um conjunto de políticas públicas voltadas para a população de baixíssima renda, que envolvem: Bolsa Família, aumento do salário mínimo, crédito consignado, Luz para Todos, Minha Casa, Minha Vida, Regularização de terras quilombolas, Cisternas no semiárido nordestino – só para citar algumas. Para Singer, o Lulismo é o resultado da combinação entre esse conjunto de políticas e a manutenção da estabilidade institucional, a chamada governabilidade, por meio de um reformismo fraco que não é o abandono das demandas da classe trabalhadora, muito menos traição, e sim a “diluição” do “reformismo forte” do petismo de outrora.

Nessa formulação, o reformismo diluído do Lulismo evita a todo custo o confronto com a burguesia, optando por políticas que, na aparência, não afetam quaisquer interesses estabelecidos. Segundo o autor, tal opção não se deve à capacidade de negociação adquirida no chão da fábrica no ABC Paulista e nem ao pendor acomodatório do ex-presidente, como a imprensa gosta de afirmar desde Lula foi eleito presidente. Para o autor, o “reformismo fraco” é fruto, por um lado, da chantagem que os proprietários fizeram nas campanhas presidenciais do PT, desde a ameaça pública de desinvestimento em 1989 até a elevação exagerada do câmbio em 2002 – razões pelas quais Lula decidiu que não deveria mexer com o capital. Por outro lado, a diluição do reformismo reflete a compreensão de que o maior contingente do eleitorado brasileiro - o “subproletariado”, segundo o conceito que André Singer busca na obra de Paul Singer - deseja um Estado ativo no combate à pobreza, mas que não põe em risco a manutenção da “ordem”.

Seja como for, foi a sensibilidade de Lula para o programa dessa camada (um Estado atuando em favor dos mais pobres sem confrontar a ordem) que permitiu o realinhamento eleitoral a partir de 2006, quando o presidente trocou boa parte do eleitorado petista tradicional, baseado nas classes médias urbanas mais escolarizadas, pela massa de subproletários, conforme os dados expressivos das eleições de 2006 e 2010. O subproletariado é, evidentemente, o protagonista do Lulismo, tendo encontrado quem realizasse por ele seu programa.

Nessa análise, o proletariado seria beneficiado objetivamente com a redução do exército industrial de reserva em razão de novos postos de trabalho criados nesse período, o que lhe colocaria em condições objetivas mais vantajosas nas disputas salariais. E as classes médias, a partir de então, transformaram-se em antagonistas, perdendo tanto o sentimento subjetivo de distinção social, que a distância em relação aos mais pobres concedia, quanto as vantagens objetivas advindas do acesso à uma multidão de pessoas dispostas ao subemprego.

A partir da análise de André Singer, o conceito de “Lulismo” foi ganhando contornos críticos, sobretudo após as “manifestações de 2013”. Para o ex-presidente Fernando Henrique

2. SINGER, André. “Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador”. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, *passim*.



Cardoso³, o Lulismo expressa “um apelo aos pobres e uma prática de conciliação geral das classes”; para Francisco de Oliveira⁴, trata-se de uma “funcionalização da pobreza” para manter a exploração; para Vélez Rodríguez⁵, é a “variante do populismo e uma prática patrimonialista de uso do Estado para fins políticos”.

É consenso entre analistas de diversos matizes teóricos e políticos que a trajetória de Lula – sertanejo, operário e líder sindical –, explica muito sobre o Lulismo e o movimento político de Lula com destaque para a sua imensa capacidade de negociação e conciliação forjadas nas lutas do chão da fábrica e nas ruas. Luís Felipe Miguel (UNB) chegou a afirmar em um artigo⁶ que o Lulismo é a tradução dessas disposições num programa político: limitado, adaptativo, mas marcado por um genuíno desejo de responder às demandas mais gritantes da população mais pobre nos marcos da histórica balconização do Estado (patrimonialismo). Justamente por isso, outro aspecto bastante criticado do Lulismo é o personalismo.

Há uma série de situações da vida cotidiana que a maioria dos políticos brasileiros, cuja origem social é a classe média, desconhecem. Essa sensibilidade vem mais fácil para quem viveu essa situação de pobreza e falta de acesso ao Estado, de maneira que Lula tem mais legitimidade para falar em nome desta fração de classe do que qualquer outro presidente que esse país já teve. Não parece ter sido por outra razão que no livro *Lulismo, Carisma Pop e Cultura Anticrítica*⁷, o psicanalista Tales Ab'Saber sustenta que o corpo de Lula tem uma dimensão simbólica: ele próprio é a encarnação do pacto social que deu governabilidade ao seu governo. Para Ab'Saber, depois de aproveitar das crises do mensalão para “se livrar” de quadros importantes do PT que ambicionavam a sua sucessão – tais como José Dirceu, Genuíno e Antônio Palocci –, Lula exerceu o poder plenamente, desenvolvendo uma política a favor dos extremos da sociedade, os milionários e os muito pobres.

De acordo com o autor, para os muito pobres, o Lulismo concedeu bolsas sociais de no máximo 200 reais para quase 13 milhões de famílias, introduzindo-as num universo mais amplo de consumo. Tais bolsas não ultrapassaram o custo total de 1% do Produto Interno Bruto, mas aos que vivem de rendas financeiras, em 2009, o Lulismo destinou 5,4% do PIB apenas em serviços dos juros da dívida pública. Com isso, afirma Ab'Saber, o presidente “cooptou amplamente os muitíssimos ricos”.

O padrão de crescimento no Lulismo foi distributivo, pelo menos até 2012. Isso fica evidente na criação de empregos (21 milhões de empregos criados nos anos 2000, contra 11 milhões nos anos noventa), sua concentração no segmento de baixos salários (90% dos novos

3. CARDOSO, Fernando Henrique. *Lulismo é fenômeno político recente e polêmico*. São Paulo: Folha de São Paulo, 19 de dezembro de 2010, acessado em 03/02/2018: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1912201005.htm>

4. OLIVEIRA, Francisco. *O avesso do avesso*. Rio de Janeiro: Revista Piauí, Edição 37, 2009, acessado em 24 de junho de 2013: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-avesso-do-avesso/>

5. RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Lulismo, Malufismo e Patrimonialismo*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 09 de julho de 2012, acessado em 26 de junho de 2013: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,lulismo-malufismo-patrimonialismo-imp-,897806>

6. MIGUEL, Luís Felipe. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador, de Singer, André. *Novos estudos*. - CEBRAP, São Paulo, n. 95, p. 157-163, Mar. 2013. Acess on: 22 de junho de 2013, Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100009&lng=en&nrm=iso>.

7. AB' SABER, Tales. *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. São Paulo: Hedra, 2012, passim.



empregos pagavam até 1,5 salários mínimos, em contraste com 51% nos anos noventa), e a formalização do mercado de trabalho (80% dos novos empregos no setor formal, que passou de 45% para 51% da força de trabalho).

O desemprego caiu especialmente entre os trabalhadores de baixa renda. Após uma década de estagnação, os salários reais cresceram 4,2% ao ano entre 2003 e 2012, e o salário mínimo cresceu 72% entre 2005 e 2012, impactando tanto o mercado de trabalho quanto as transferências federais. A renda dos 10% mais pobres cresceu 6,3% ao ano entre 2001 e 2011, enquanto a renda dos 10% mais ricos cresceu apenas 1,4% ao ano.

A pobreza declinou fortemente, e a distribuição melhorou: o coeficiente de Gini caiu de 0,60 no início do milênio para 0,53 em 2012 - Paes de Barros, Grosner and Mascarenhas (2012, p.15), Pomar (2013, p.42) e a pesquisa mensal de emprego do IBGE. Como se pode verificar, o Lulismo não só cooptou os muitíssimos ricos, como o resultado da política distributiva de seus governos despertou o ódio deles. O fato é que para parte da esquerda brasileira e sua luta travada desde o governo de Getúlio Vargas, o Lulismo deixou a desejar.

Em um artigo intitulado “Os impasses do Lulismo”, publicado na Carta Capital, em janeiro de 2013, Vladimir Safatle⁸ afirma que o Lulismo consistiu na transformação do Estado em indutor de processos de ascensão por meio da consolidação de sistemas de proteção social, do aumento real do salário mínimo e incentivo ao consumo. Na outra ponta do processo, segundo Safatle, o governo Lula autocompreendeu-se como estimulador da reconstrução do empresariado nacional em seus desejos de globalização. Para tanto, a função do BNDES como grande financiador do capitalismo nacional consolidou-se de vez.

No campo político, Safatle afirma que o Lulismo se baseou na transformação de grandes alianças heteróclitas em única condição possível de “governabilidade”, retirando da pauta dos debates políticos toda e qualquer modificação estrutural nos modos de gestão do poder, ao tempo em que referendou um modo de gestão de conflitos políticos que encontra suas raízes brasileiras na Era Vargas: trata-se da transposição dos conflitos entre setores da sociedade civil para o interior do Estado.

De acordo com a fortuna crítica do lulismo citada, a ação bifronte do Lulismo resultou na anestesia da oposição. À direita, PSDB e DEM ficaram sem ter o que falar: a pregação deles se dirigiu às classes médias, que, se não se aproveitaram diretamente de bolsas sociais e juros estratosféricos, beneficiaram-se da melhoria geral dos indicadores econômicos. À esquerda, houve a agregação ao Planalto das centrais sindicais e o crescimento de fundos de pensão, que passaram a gerir parte significativa dos investimentos estatais e se associaram a grupos privados. Integraram aquilo que o sociólogo Francisco de Oliveira⁹ chamou de “nova classe” e desmobilizaram a militância radical de esquerda.

Os dados produzidos pelo Dieese permitem pensar que, pelo menos desde 2004, há uma conjuntura de recuperação da atividade sindical grevista (Boito Jr. & Marcelino, 2010, Boito

8. SAFATLE, Vladimir. *Os impasses do Lulismo*. São Paulo: Carta Capital, 2013.

9. *Op. cit.*



2017). Os últimos anos de governo de FHC foram especialmente difíceis para os trabalhadores: o número de greves baixou a 298 em 2002 (Dieese, 2006). De 2004 em diante, começa a subir até atingir a quantidade impressionante – para o Brasil – de 2050 greves em 2013. Esse número ultrapassou o pico da década de 1980, que foi de 1773 greves no ano de 1989.

Na conjuntura desse recente período de greves mais ofensivas – ou seja, greves que avançaram sobre os lucros das empresas ou os recursos do Estado por meio de conquista de melhorias salariais, maior participação nos lucros e resultados e novos benefícios de contrato e condições de trabalho –, a média anual de greves da década foi de 609 (esse número indica quase duas greves por dia no ano).

Comparada à média da década de 1990, novecentas greves anuais, a média da década de 2000 é menor (Marcelino, 2017). No entanto, vários autores chamam atenção para um novo ciclo de greves com características próprias em vários aspectos. Em 2003, primeiro ano de governo do presidente Lula, dos acordos coletivos aos quais o Dieese teve acesso, apenas 18,8% deles teve reajuste acima da inflação.

A maioria dos acordos salariais daquele ano, 58,4%, suportaram perdas reais; apenas 22,8% das categorias profissionais conseguiu fazer com que seus salários não incorporassem arrocho salarial. Observados os anos seguintes a 2003, vemos claramente uma melhora das condições salariais dos trabalhadores brasileiros formalmente contratados no mercado de trabalho e sindicalmente representados, de sorte que em 2012, 95% dos acordos salariais firmados foram acima do índice de inflação (Marcelino, 2017).

No período que vai de 2003 até 2015 (Boito Jr. e Saad-Filho, 2016), parte considerável das greves foi realizada pelos setores próximos aos governos (metalúrgicos e bancários, por exemplo) dos quais saíram grande parcela dos 1300 cargos ocupados por sindicalistas ligados às Centrais Sindicais como CUT, CTB, INTERSINDICAL, FORÇA SINDICAL. Isso demonstra que foram os setores tradicionais do sindicalismo brasileiro os responsáveis pela deflagração da maioria das greves no período, sobretudo as chamadas “greves selvagens” das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, implementado por Dilma). Além disso, categorias de ingresso recente no mercado de trabalho formal, com vínculos precários de emprego e baixa remuneração, mas com carteira assinada e alguma experiência sindical, como aponta Linhares (2015), foram responsáveis por parte minoritária das greves no período, indicando a transição do subproletariado para o proletariado, processo analisado por André Singer.

No entanto, tais reações minoritárias são denominadas pelo sociólogo Ruy Braga¹⁰ de “inquietações operárias”: sentimentos difusos do “preariado”, forjado no fordismo brasileiro periférico, em relação às políticas do lulismo. Para o sociólogo, a avaliação positiva do lulismo pelo preariado oscilou entre um nível de consumo mais alto e taxas elevadas de flexibilização e terceirização de trabalho, gerando altos níveis de insatisfação e frustração que explodiram nas manifestações de junho de 2013. Seja como for, se é verdade que esse diagnóstico serve para São

10. BRAGA, Ruy. *A pulsão plebeia. Trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Alameda, 2015.



Paulo, ele não se estende para as demais regiões do país e não é suficiente para afirmar que o “precariado” se voltou contra os governos do PT. Até porque número alto de greves e reivindicações por melhores salários não são indicadores de insatisfação com o governo. Aliás, ao contrário (Boito Jr., Saad-Filho, Marcelino).

O que vale afirmar que durante os governos de Lula e Dilma, o sindicalismo era um interlocutor legítimo, a repressão sobre ele foi muito menor que em períodos anteriores, houve associação entre centrais sindicais e setores patronais em torno de políticas de desenvolvimento (queda na taxa de juros, especialmente); não houve, nesse período, greves gerais contra a política econômica e social do governo, mas um dia Nacional de Luta, em julho de 2013, e os setores políticos mais ativos nas greves foram aqueles que tinham parte de suas lideranças em cargos do segundo e terceiro escalões do governo ou de empresas estatais ou semiestatais.

Ou seja, a posição superior dessas lideranças na luta política não intimidou a luta reivindicativa das bases, até porque setores que tradicionalmente eram pouco afeitos à atividade grevista encontraram espaço para ela nessa nova conjuntura e não por um sentimento geral de descontentamento com o governo, mas sobretudo por uma percepção de melhoria das condições de luta. Tais condições favoráveis à classe trabalhadora explicam em parte o ódio da classe dominante e suas frações ao Lula e ao PT, mas não explicam tudo.

Em um artigo que escrevi em parceria com Fernando Horta, publicado no sítio de notícias “Opera Mundi” em 31 de outubro de 2017, tentamos analisar as razões pelas quais a classe média brasileira tomou o rumo político historicamente contrário aos seus próprios interesses materiais e, de lambuja, levou o Brasil a uma crise sem precedentes deflagrada com o Golpe de 2016. Para tanto, demonstramos que os estratos médios invariavelmente se colocam na função social que Mills descreve: como guardiões da desigualdade social como privilégio daqueles que tem “mérito” (Horta & Valim, 2017).

Nossa classe média prefere manter símbolos de superioridade do que receber possibilidades de ascensão econômica. São aqueles grupos que compram carros com valores muito mais altos no Brasil do que no resto do mundo (o chamado de “preço Brasil”) e que só são praticados aqui mesmo. Porque, o carro, o celular, a casa na praia ou a mobília da sala não valem o seu “valor de uso”, mas são medidas por um referencial de diferenciação social que é o que define e caracteriza a própria classe média brasileira. Ela não empreende porque não lhe interessa o lucro do trabalho, mas ela busca financiamentos maiores do que poderia pagar por itens que sejam marcadores de sua diferenciação.

Nesse sentido, o que fez o Lulismo que desgostou tanto a este grupo? E por que a classe média não se revoltou com a corrupção do governo Temer e início do desmonte do Estado com a aprovação da Reforma Trabalhista? Ao diminuir a diferença relativa entre os proletários e as nossas frações de classe e por fazer com que os espaços geográficos e institucionais começassem a ser partilhados, o Lulismo fez com que os privilégios de acesso aos bens públicos começassem a ser diminuídos, com um número cada vez maior daqueles que “não tem sua posição meritocrática na sociedade” entrando em universidades, exigindo seus direitos serem respeitados ou invadindo áreas que não eram de seu espaço social (Horta & Valim, 2017).



No entanto, isso explica muita coisa sobre o ódio ao Lula em particular e ao PT de maneira geral, mas ainda assim não explica tudo. As pesquisas divulgadas durante o ano eleitoral de 2018 demonstram o crescente apoio ao Lula e o PT com setores da classe média do Nordeste, além de seu eleitorado predominante a partir de 2006, como demonstrou André Singer. Esse dado nos coloca um problema dos mais importantes e que até hoje tem sido negligenciado nas análises sobre o Lulismo e o legado de suas políticas públicas: a narrativa que a classe média do centro-sul faz do Lulismo não se estende para o resto do país. Vejamos, portanto, os impactos do Lulismo na Região Nordeste.

LULISMO OU LULISMOS?

Recentemente, em 13 de fevereiro de 2020, publiquei um artigo no sítio de notícias 247, intitulado “Por quem os sinos dobram na esquerda petista” no qual chamo atenção para as históricas assimetrias regionais do Brasil conferirem características diversas para o conjunto de políticas públicas dos governos petistas, implementadas no período de 2003-2015. O lulismo no Nordeste nunca foi o mesmo lulismo no Centro-sul, região industrializada que sempre concentrou uma classe média com acesso à água, energia elétrica, moradia, educação, lazer, três refeições ao dia e dentição completa. No Nordeste, não. A maioria da população fora dos centros urbanos vivia sem acesso à luz, água, educação, comida. Por isso, a democratização do acesso às políticas públicas do Estado governado pelo PT operou uma verdadeira revolução, a chamada Revolução Severina¹¹, que alterou substancialmente todos os indicadores econômicos, sociais e culturais da região.

Entre 2003 e 2013, o Nordeste teve índice de crescimento de 4,1% ao ano, enquanto o país ficou na marca de 3,3%, de acordo com o Banco Central. Só no ano de 2012, por exemplo, a economia local cresceu o triplo da brasileira. Em 2014, a região passou a ser a segunda maior em consumo, atrás apenas do Sudeste, e correspondia a 13,8% da economia nacional. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 2001 e 2012, o nordestino e a nordestina tiveram o maior ganho de renda entre todas as regiões, o que fez com que a participação da base da pirâmide social caísse 66% para 45%, resultando no processo no qual a classe média deixou de representar apenas 28% da população nordestina em 2002, para ser 45% em 2012.

As ações dos governos petistas para a região também geraram empregos. Em 2002, apenas cinco milhões de nordestinos tinham emprego formal. Já em 2013, esse número passou para quase nove milhões. De 2003 - 2014 foram criados 16 milhões de empregos com carteira assinada, de sorte que o Nordeste passou de 800 mil pessoas com emprego formal em 2003 para 1 milhão e 700 mil empregos formais em 2010 (Cadastro Geral de Empregos e Desempregados). É verdade que esses empregos formais não ultrapassaram dois salários mínimos, mas se considerarmos as históricas assimetrias regionais no país, para famílias inteiras que eram obriga-

11. CAPAI, Elisa. *Severina: as novas mulheres do sertão*. São Paulo: Agência Pública, 28 de agosto de 2013, acessado em 12 de setembro de 2013: <https://apublica.org/2013/08/severinas-novas-mulheres-sertao/>



das muitas vezes a trabalharem em troca de um prato de comida, isso foi extraordinário. Esse valor somado à política de valorização do salário mínimo do período rompeu com o cruel e perverso destino manifesto de gerações de Severinas e Severinos que foram obrigados a ir para o centro-sul para sobreviver.

À essa população foi dado o direito de nascer, crescer e viver em sua terra e com sua família, pois ninguém com alternativa escolhe deixar sua família para ser super explorado e às vezes humilhado na locomotiva do país. Isso porque apenas quando o Partido dos Trabalhadores chegou à Presidência da República, ações concretas para afastar o fantasma da seca no Nordeste foram realmente levadas a cabo. Com a Transposição do Rio São Francisco, Lula e Dilma levaram água ao semiárido nordestino, impactando diretamente a vida de 12 milhões pessoas. A transposição foi iniciada e levada até 86,3% de conclusão pelas gestões petistas no governo federal, garantindo uma rede de abastecimento que é composta por 390 municípios dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Vale lembrar que, para combater a seca no Nordeste, os governos do PT também construíram quase 1,5 milhão de cisternas para consumo humano por meio do Programa “Água para Todos”, garantindo água a 22 milhões de sertanejas e sertanejos. E para acabar com a exclusão elétrica no Brasil e levar acesso à eletricidade de forma gratuita, o governo Lula criou o programa “Luz para Todos”. Até 2015, apenas no Nordeste, o programa tinha atendido mais de 1,5 milhão de famílias, beneficiando cerca de 7,5 milhões de pessoas. Além disso, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), após a criação de sete das dezoito universidades criadas nas gestões petistas na região, beneficiando 28 cidades, o Nordeste deixou de ter 413.709 universitários e saltou para 1.434.825 em 2012. O número de cursos de doutorado e mestrado também cresceu 33% entre 2010 e 2012 no Nordeste, ultrapassando a região Sul e respondendo por 20% do total de estudantes do ensino superior no país.

Em relação ao acesso à moradia, quando se considera que quase 40% das contratações da Faixa 1 do programa “Minha Casa, Minha Vida” se concentravam no Nordeste, região de maior déficit habitacional até 2006, o nível de mudança da região é significativo. Até o início de 2015, foram construídas 1.730.006 casas em todo país. Dessas, 700 mil casas no Nordeste (PNAD, 2017). É preciso destacar, também, que as mulheres foram protagonistas nos programas de transferência de renda com contrapartidas, de maneira que já em 2010, elas são a maioria das pessoas de referência das famílias monoparentais ou não no Nordeste (PNAD, 2012). Em 2002, quando o presidente Lula foi eleito, mais de 21,4 milhões de nordestinos viviam em situação de pobreza. Em 2012, esse número caiu para 9,6 milhões, segundos dados do IBGE, corroborados pela pesquisa divulgada no Fórum Brasil Regional, em junho de 2015, mostrando que o Nordeste respondia por 61% na redução da pobreza no país entre 2003 e 2013.

Região historicamente esquecida pelo poder público, o Nordeste chegou a ter mais de 35 milhões de pessoas e 7 milhões de famílias beneficiadas pelo maior programa de transferência de renda com contrapartidas do mundo, o Bolsa Família. Nos tempos de Lula e Dilma, antes



dos cortes do programa iniciado no governo de Michel Temer e aprofundado no atual governo de Jair Messias Bolsonaro, o Bolsa Família provocava um efeito multiplicador de R\$ 2,40 sobre o consumo final das famílias, beneficiando setores como comércio e serviços, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A pesquisa demonstra que, durante o período de 2003-2013, cada R\$1,00 investido no programa gera um retorno de R\$ 1,78 para a economia brasileira.

Com a política de contrapartidas exigidas pelos governos petistas para o acesso ao Bolsa Família, as taxas de mortalidade infantil caíram e as de alfabetização, aumentaram. Ao refletir a melhora do índice registrado em todo o Brasil, o Nordeste teve a maior redução no número de crianças mortas na primeira infância, de 58,6%, em 10 anos, segundo o Censo de 2010 do IBGE. A mudança na região foi de tal sorte que a página de Economia do portal UOL publicou em 19/02/2013 “Com investimento de U\$ 50 bilhões, o Nordeste vira rota de grandes empresas”¹².

Chamo atenção para a data da matéria, uma entre outras tantas que foram publicadas na mesma época. O resultado e as implicações desses investimentos foram temas em outra reportagem na Revista Época, de grande circulação nacional, de 04/07/2015, com direito a mancha de capa “Como o Nordeste virou a China Brasileira”¹³. E a Bahia teve um papel protagonista no crescimento da região: até 2015, o estado concentrava o maior número de fábrica de carros e motos, refinarias, estaleiros e siderúrgicas, e uma diversificação de serviços de alta qualidade e rentabilidade. Esses investimentos só ocorreram em razão das políticas públicas dos governos Lula e Dilma articuladas com as políticas do então governador e atual senador Jaques Wagner também do PT.

Chamo atenção também para um aspecto pouco considerado nas análises sobre o Lulismo, especialmente o Lulismo no Nordeste, região muitas vezes qualificada de “Brasil Profundo” pelo baixo nível de acesso da população ao Estado brasileiro: o conjunto de políticas públicas dos governos petistas resultou de vontade política, investimentos públicos e, inegavelmente, do acúmulo político de lutas da sociedade civil organizada por décadas para a institucionalização de demandas como, por exemplo, a dinamização da economia, obras de infraestrutura, acesso à educação, saúde pública, água e a universalização do abastecimento. Esse processo conectou o atendimento das necessidades sociais, econômicas e culturais da população e a construção de parâmetros novos para a qualidade dos atendimentos e para a reivindicação de novas demandas.

Politização maior não há e não podemos negar, sobretudo quando se considera que em 2003, o IBGE apresentou o mapa da pobreza e desigualdade nacional no qual quase 80% dos municípios do Nordeste tinham mais da metade da população vivendo na pobreza e na extrema pobreza. Já em 2004, o Nordeste abrigava mais da metade das famílias que recebiam o Bolsa Família (ALMEIDA; ARAÚJO, 2014/ IBGE 2012). Até 2009, o Nordeste evoluiu na diminuição da desigualdade mais do que as demais regiões do país. No primeiro mandato do governo

12. Acesso em 20 de junho de 2013: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/02/19/com-investimentos-de-mais-de-r-100-bi-nordeste-vira-rota-de-grandes-empresas.htm>

13. Acessado em 17 de outubro de 2015: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2013/07/como-o-nordeste-virou-bchina-brasileirab.html>



Lula, a participação do Nordeste no PIB nacional foi de 12,8%. Em 2010, esse número pulou para 13,5%, obtendo um crescimento relativo a 4,6% ao ano - acima da média nacional de 4% (Araújo, 2014).

Esses números sugerem muita coisa. A mais importante delas para o desenvolvimento do argumento deste artigo é que enquanto a classe dominante do Nordeste aproveitava o forte investimento estatal e os dólares chineses para investir predominantemente nas indústrias da região, boa parte da classe dominante do centro-sul usou o dinheiro das desonerações - para fortalecer o parque industrial nacional e aumentar o número de empregos formais -, e aplicou no rentismo.

A partir dos dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Pessanha (2019) demonstra a evolução do patrimônio líquido dos fundos financeiros no Brasil em R\$ trilhão, predominantemente concentrados no centro-sul do país: em 2008, ano da crise financeira global, o montante foi de 1,125; em 2011 foi de 1,941; em 2013 foi de 2,469; no ano do golpe de 2016 foi de 3,489. No ano passado, 2019, foi de 5,018. Patrimônio líquido acumulado em trilhões, cumpre destacar.

Esses dados escancaram a marcha da insensatez de parte da classe dominante brasileira: com a crise global do capitalismo em 2008, houve um racha na classe dominante brasileira, pois a partir de 2013 a classe dominante do Centro-sul aproveitou-se da crise política e dos processos de desindustrialização e reprimarização da economia para apoiar um projeto de país que afastou a classe trabalhadora das estruturas internas do Estado ao preço de aprofundar as assimetrias regionais e reduzir substancialmente sua capacidade de controlar estratégias de acumulação, tornando-a mais vulnerável às oscilações internacionais. Do ponto de vista de sua vocação histórica: um golpe intraclasse dentro do golpe que começou em 2016 e está longe de terminar.

CONCLUSÃO

Desde 2003, a região do Nordeste deixou de ser o “Brasil Profundo”, a região cujo “atraso” foi historicamente construído para fornecer produtos tropicais para o mercado europeu e depois fornecer mão-de-obra abundante para ser super explorada no centro-sul em razão das políticas dos governos petistas, sobretudo com as implicações do Lulismo na região em razão de esse conjunto de políticas públicas ter impactado de maneira conflitiva as históricas assimetrias regionais do país. O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, não à toa, foi perseguido, devassado e preso ao arrepio da lei porque pela primeira vez na história desse país as políticas públicas destinadas ao norte e ao nordeste de fato combateram as desigualdades e diminuíram as diversas assimetrias em relação às demais regiões.

Isso não é pouco relevante quando recordamos que as Manifestações de Junho de 2013 no Nordeste tiveram baixa aderência social quando comparadas aos movimentos ocorridos no centro-sul. No 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Gisele Heloíse Barbosa (UFSCAR) e Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP) apresentaram os resultados da pesquisa “Os Protestos de Junho de 2013: movimentos sociais e reivindicações”. Para as autoras, os dados

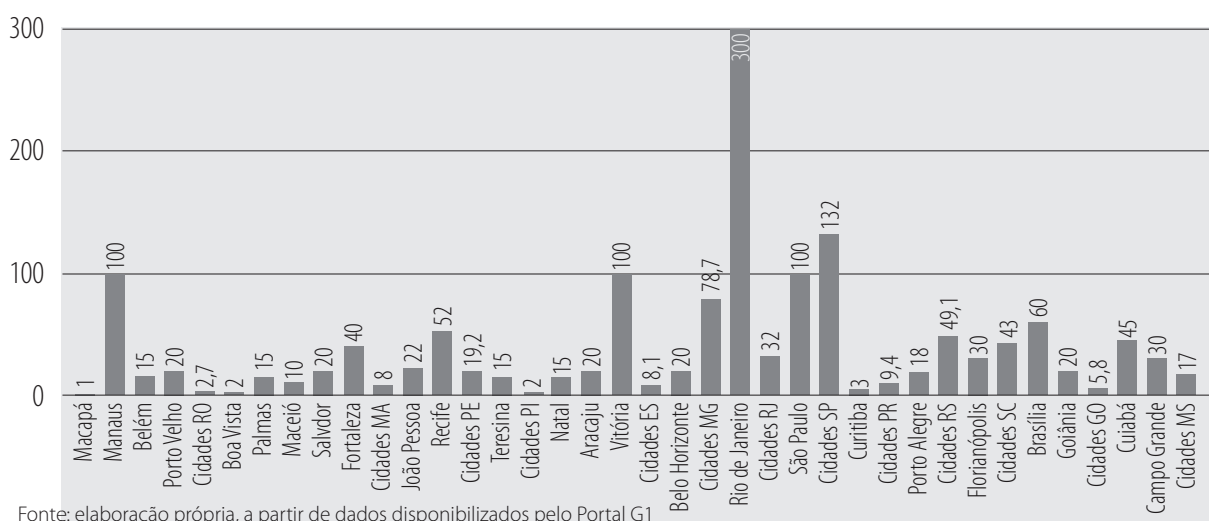


LULISMO OU LULISMOS? ASSIMETRIA REGIONAL E O GOLPE DE 2016

coletados no Portal de Notícias IG somados às análises da bibliografia sobre o tema evidenciaram pesquisas muito concentradas na ocorrência dos protestos apenas na região Sudeste, provavelmente por ser o estopim das manifestações e pela elevada aderência social.

Para fechar o argumento sobre a existência de Lulismos e não Lulismo na conclusão deste artigo, reproduzo a seguir dois gráficos elaborados pelas autoras:

Gráfico1. Protestos pelo Brasil em 20/06, em milhares de manifestantes



Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1

Tabela 1: Porcentagem de manifestantes nas capitais, por data

	N. hab. 2010	17/06/13	18/06/13	19/06/13	20/06/13	21/06/13	22/06/13
Manaus	1.802.014	0,00	0,00	0,00	5,55	0,00	0,00
Rio Branco	336.038	0,00	2,38	0,00	0,00	0,00	4,46
Macapá	398.204	0,00	0,00	5,02	0,25	0,00	0,00
Belém	1.393.399	0,72	0,00	0,00	1,08	0,00	0,00
Porto Velho	428.527	0,00	0,00	0,00	4,67	0,00	0,00
Boa Vista	284.313	0,00	0,88	0,21	0,70	0,00	0,88
Palmas	228.332	0,00	0,00	0,00	6,57	0,00	0,00
Maceió	932.748	0,21	0,00	0,00	1,07	0,00	0,00
Salvador	2.675.656	0,19	0,00	0,00	0,57	0,00	0,09
Fortaleza	2.452.185	0,04	0,00	1,02	1,63	0,41	0,00
São Luís	1.014.837	0,00	0,30	1,48	0,00	0,00	0,49
João pessoa	723.515	0,00	0,00	0,00	3,04	0,00	0,00
Recife	1.537.704	0,02	0,00	0,00	3,38	0,00	0,03
Teresina	814.230	0,00	0,00	0,00	1,84	0,00	0,00
Natal	803.739	0,00	0,00	0,00	1,87	0,00	0,00
Aracaju	571.149	0,00	0,00	0,00	3,50	0,00	0,00
Vitória	327.801	6,10	0,00	0,00	30,51	0,00	0,00

continua



LULISMO OU LULISMOS? ASSIMETRIA REGIONAL E O GOLPE DE 2016

Belo Horizonte	2.375.151	0,84	0,13	0,82	0,84	0,51	2,95
Rio de Janeiro	6.320.446	1,58	0,00	0,00	4,75	0,00	0,01
São Paulo	11.253.503	0,58	0,84	0,00	0,89	0,00	0,31
Curitiba	1.751.907	0,57	0,00	0,00	0,17	0,86	0,02
Porto Alegre	1.409.351	0,71	0,00	0,00	1,28	0,00	0,00
Florianópolis	421.240	0,00	2,37	0,00	7,12	0,00	0,00
Brasília	2.570.160	0,20	0,00	0,78	2,33	0,00	0,12
Goiânia	1.302.001	0,00	0,04	0,00	1,54	0,00	0,02
Cuiabá	551.098	0,00	0,00	0,54	8,17	0,00	0,33
Campo Grande	786.797	0,00	0,00	0,00	3,81	0,13	0,89

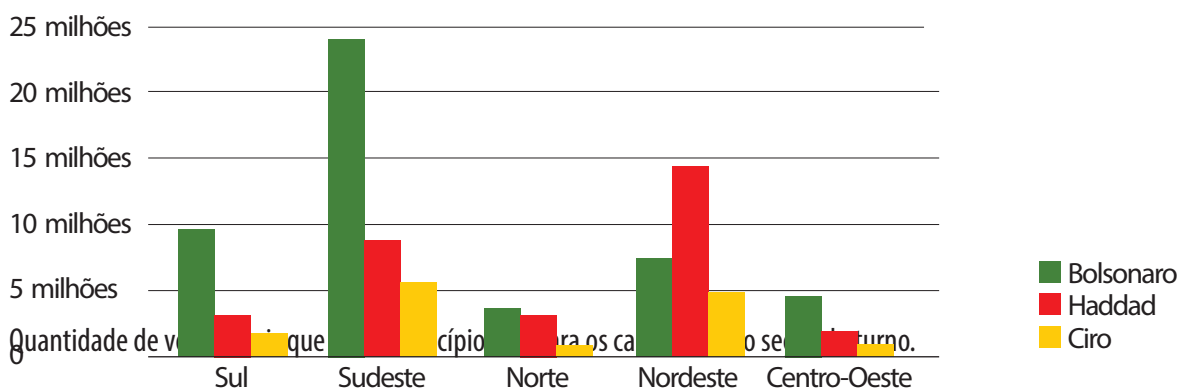
Fonte: BARBOSA; KERBAUY, 2016, p. 12.

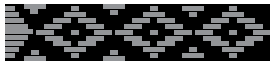
Para além de a pesquisa desmontar a narrativa construída pela grande imprensa no Brasil de que as Manifestações de 2013 foram um movimento social de forte apelo nacional – porque isso só se sustenta se considerarmos o nacional como algo que ocorreu no centro-sul do país -, os dados acima demonstram a premente necessidade de analisarmos esse movimento social por meio do recorte regional. Isso porque as Manifestações de 2013 no Nordeste tiveram baixa aderência social porque elas estavam muito mais ligadas às lutas históricas por mobilidade social, como a Revolta do Buzu, por exemplo, do que contra os governos do PT, especialmente contra o governo de Dilma Rousseff.

Além disso, quando comparamos os dados acima com os dados das eleições de 2018, há uma relação direta entre esses eventos, fortalecendo a tese de o Lulismo no Nordeste ter sido um conjunto de políticas públicas de alto potencial conflitivo para as demais regiões do país. De acordo com o Portal de Notícias G1 e com os dados do TSE, a grande maioria dos votos do então candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL), 68%, teve origem nas regiões Sul e Sudeste. Seu desempenho, no entanto, foi baixíssimo no Nordeste: 15% dos votos em uma região que representa 28% do eleitorado. O cenário é praticamente o oposto para o então candidato Fernando Haddad (PT), que obteve 46% dos votos no Nordeste e 38% nas regiões Sul e Sudeste juntas, conforme o gráfico a seguir.

Quantidade de votos totais que cada região deu para os três primeiros candidatos no primeiro turno.

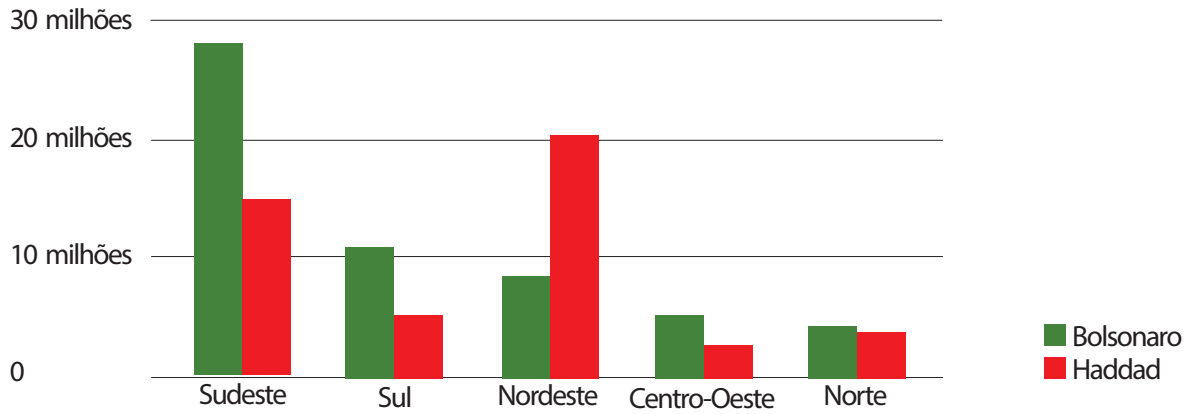
Foto: BBC/ Reprodução: G1





LULISMO OU LULISMOS? ASSIMETRIA REGIONAL E O GOLPE DE 2016

Foto: BBC/ Reprodução: G1



Em 29 de outubro de 2018, um dia após a divulgação dos resultados do segundo turno das eleições de 2018, o sítio de notícias BBC divulgou uma matéria importante sobre os votos do Partido dos Trabalhadores nas regiões do país a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral. De acordo com a reportagem, em 16 anos, o Partido dos Trabalhadores perdeu 1 ponto percentual por ano no número de votos válidos, conforme a tabela abaixo:

Porcentagem de votos válidos no PT a partir do primeiro governo petista

Eleição/ano	Candidato/partido	Votos válidos
2002	Luís Inácio Lula da Silva/PT	61,30%
2006	Luís Inácio Lula da Silva/PT	60,80%
2010	Dilma Rousseff/PT	56,00%
2014	Dilma Rousseff/PT	51,60%
2018	Fernando Haddad/PT	44,87%

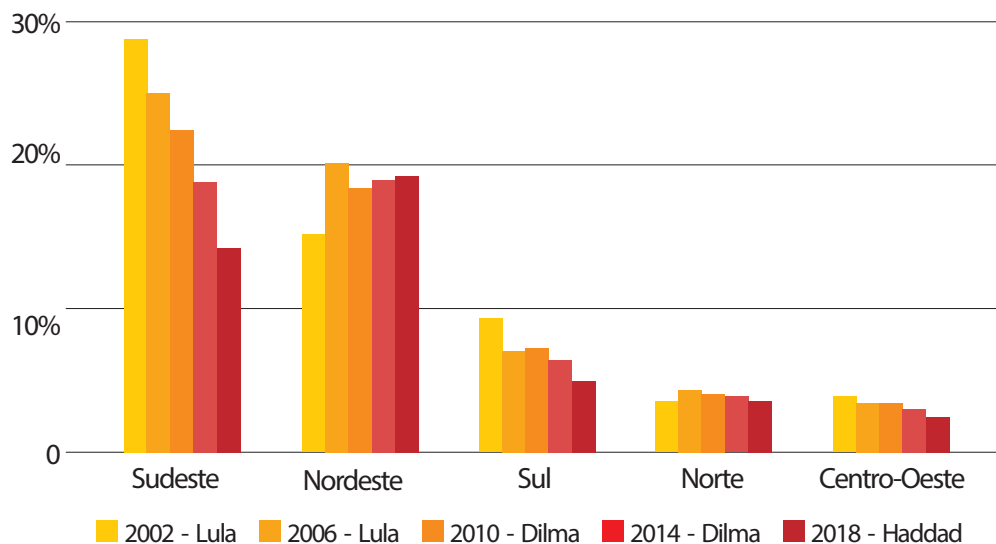
Quando se analisa esses dados por meio da variável regional, no entanto, constata-se que essa perda está concentrada no Sudeste, a região que com o maior número de eleitores do país: no período de 2002 e 2018, a votação do PT na região caiu de 63% para 35%. No mesmo período, a região Nordeste assumiu a liderança dos votos válidos para o PT, de maneira que, após o Golpe de 2016, no resultado das eleições de 2018, a diferença entre as duas regiões ultrapassou 5 milhões de votos.

Considerando que a região Nordeste é o segundo maior colégio eleitoral do país, enquanto Lula obteve 61,5% dos votos da região em 2002, Haddad terminou o segundo turno da eleição de 2018 com 69,7%, formando um cinturão progressista em oposição ao bolsonarismo – um movimento de massa de extrema-direita conduzido pelo atual presidente Jair Messias Bolsonaro. Há duas questões importantes sobre o voto da população do Nordeste em relação ao Lulismo.

A primeira delas é que se é verdade que o impacto do Lulismo “bateu no teto” ou se esgo-

LULISMO OU LULISMOS? ASSIMETRIA REGIONAL E O GOLPE DE 2016

De onde veram os votos que o PT recebeu, desde 2002



Fonte: TSE/ Reprodução G1

tou no centro-sul do país, também é verdade que o Lulismo no Nordeste ainda tem muitas possibilidades, como se procurou demonstrar neste artigo, e deve ser o ponto de partida para o fim das assimetrias regionais. A segunda questão, intimamente relacionada com a primeira, é que depois do Golpe de 2016 e a eleição de Jair Messias Bolsonaro com seu projeto de Estado Mínimo e de Exceção em 2018, a classe dominante do Centro-sul precisa compreender que não haverá retorno à normalidade democrática possível e nem crescimento econômica com a região Nordeste fora desse projeto.

BIBLIOGRAFIA

AB' SABER, Tales. *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. São Paulo: Hedra, 2012.

ANDRADE, M. C. *A Terra e o Homem no Nordeste, Hoje*. Recife: SBPC, 2003.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Nordeste, Nordestes: que Nordeste*. In: AFFONSO, Rui de Brito Alvares & SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo, FUNDAP, Editora da UNESP, 1995.

ARAÚJO, T. B. de. *Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BARBOSA, Gisele Heloíse; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *Os protestos de junho de 2013: movimentos sociais e reivindicações*. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2017. Acessado em 24 de setembro de 2018: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/protestos-junho-2013-movimentos-sociais-e-reivindicacoes-891.pdf>

BOITO JR., Armando; MARCELINO, Paula. *O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de*



greves na década de 2000. Cad. CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, Aug. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 23 de abril de 2013.

BOITO JR., Armando; SAAD-FILHO, Alfredo. **State, state institutions, and political power in Brazil.** Latin American Perspectives 43 (2): 190–206.

BRAGA, Ruy. **A pulsão plebeia. Trabalho, precariedade e rebeliões sociais.** São Paulo: Alameda, 2015.

BRAGA, Ruy. **Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes.** In: SINGER, André & LOUREIRO, Isabel (orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. SUDENE. **Contribuição da SUDENE ao Desenvolvimento do Brasil.** Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/sudene>>. Acesso em: 29 de ago. de 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Lulismo é fenômeno político recente e polêmico.** São Paulo: Folha de São Paulo, 19 de dezembro de 2010, acessado em 03/02/2018: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1912201005.htm>

COLOMBO, L. A. C. **O Nordeste Brasileiro: políticas públicas federais para o combate da desigualdade no Governo FHC.** In: *V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política*, Buenos Aires, 2010.

COSTA, J. M. **Concentração e Desconcentração Industrial**, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.co-fecon.org.br/noticias/artigos/16-artigo/2626-artigo-concentracao-edesconcentracao-industrial-no-brasil>>. Acesso em: 29 de ago. de 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Nordeste Concentra 59% da População em Extrema Pobreza, Diz IBGE.** São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/913829-nordeste-concentra-59-da-populacao-em-extrema-pobreza-diz-ibge.shtml>>. Acesso em: 10 de abr. 2013.

FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.** 7. Ed. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, C. **O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento.** Revista de Economia Política, v. 4, n. 4, p. 5-14, jul./set. 1984.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Trajectoria Econômica de Uma Região Periférica.** Estudos Avançados, v.11, n.29, p. 37-54, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a03.pdf>>. Acesso em: 29 de ago. de 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 29 de ago. de 2013.

_____. **Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

_____. **Censo Demográfico - Resultados do Universo, 2000.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelagrandes_regioes211.shtm>. Acesso em: 15 mar. 2016.



LULISMO OU LULISMOS? ASSIMETRIA REGIONAL E O GOLPE DE 2016

_____. **Conta Regionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2002_2005/default.shtm>. Acesso em: 20 abr. 2008.

INFOGRÁFICO G1. **Manifestações Pelo Brasil**. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protetos-2013/infografico/platb/> Acesso em: 06 out. 2013

MARCELINO, Paula. **Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil**. *Tempo Social*, 29(3), 2017, pp. 201-227.

MIGUEL, Luís Felipe. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**, de Singer, André. Novos estudos. - CEBRAP, São Paulo, n. 95, p. 157-163, Mar. 2013. Access on: 22 de junho de 2013, Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100009&lng=en&nrm=iso>.

OLIVEIRA, F. **Elegia Para Uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco. **O avesso do avesso**. Rio de Janeiro: Revista Piauí, Edição 37, 2009, acessado em 24 de junho de 2013: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-avesso-do-avesso/>

PESSANHA, Roberto Moraes. **A “indústria” dos fundos financeiros: potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Consequência Editora, 2019.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Lulismo, Malufismo e Patrimonialismo**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 09 de julho de 2012, acessado em 26 de junho de 2013: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,lulismo-malufismo-patrimonialismo-imp-,897806>

ROJAS, A. G. **Caracterizando os Governos “Pós-Neoliberais” Latino-Americanos**. Revista de Economia Política. Disponível em: <<file:///C:/Users/Americanas/Downloads/2894-8988-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

SAFATLE, Vladimir. **Os impasses do Lulismo**. São Paulo: Carta Capital, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento Como Liberdade**. Tradução de: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

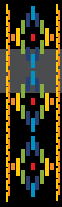
SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017. BNB. **Quadro Macroeconômico Brasil e Nordeste 2000 a 2010, 2012**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/indicadores_macroeconomicos_brasil_nordeste_fev12.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2013.

ÚLTIMO SEGUNDO EDUCAÇÃO. **UNESCO: Brasil reduzirá analfabetismo em adultos para 5% em 2015**, out. 2012. Disponível em: <<http://www.prime.org.br/mundoemissao/dadosanalfab.htm>>. Acesso em: 25 de set. de 2013.

VALIM, Patrícia; HORTA, Fernando. **As coisas no seu devido lugar**. Opera Mundi, 31 out. 2017 (operamundi.uol.com.br/conteudo/geral/48301/as-coisas-no-seu-devido-lugar.shtml).

VALIM, Patrícia. **Por quem os sinos dobram na esquerda petista?** Brasil 247, fevereiro, 2020: <https://www.brasil247.com/blog/por-quem-os-sinos-dobram-na-esquerda-petista>



CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA ECONOMIA FEMINISTA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

UM DIÁLOGO

CONTRIBUCIONES TEÓRICAS Y PRÁCTICAS DE LA ECONOMÍA FEMINISTA A LA ECONOMÍA SOLIDARIA

UN DIÁLOGO

THEORETICAL AND PRACTICAL CONTRIBUTIONS FROM FEMINIST ECONOMICS TO SOCIAL ECONOMICS

A DIALOGUE

SERGIO ARCAS DE ABREU

Mestre em Estado, Gobierno y Políticas Públicas pela
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil)
abreusergio@hotmail.com

ANA LUÍZA MATOS DE OLIVEIRA

Economista, doutora em desenvolvimento econômico pela
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora-visitante
da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil)
almatosdeoliveira@gmail.com



RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar o debate entre a Economia Solidária e Economia Feminista. Busca-se recuperar as respostas da Economia Solidária à desigualdade de gênero, bem como visibilizar as dificuldades, no interior da Economia Solidária, em superar as relações desiguais entre mulheres e homens e a reprodução da divisão sexual do trabalho. Realizou-se consulta a textos clássicos da Economia Solidária, Economia Feminista e relações de gênero, principalmente traçando a caminhada histórica da Economia Solidária e a participação das lutas das mulheres até os nossos dias.

PALAVRAS-CHAVE

Economia Solidária, Economia Feminista, Desigualdade de gênero, Divisão Sexual do Trabalho

RESUMN

El propósito del artículo es presentar el debate entre la Economía Solidaria y la Economía Feminista. El artículo busca recuperar las respuestas de la Economía Solidaria a la desigualdad de género, así como mostrar las dificultades, dentro de la Economía Solidaria, en superar las relaciones desiguales entre mujeres y hombres y la reproducción de la división sexual del trabajo. Fueron consultados textos clásicos sobre economía solidaria, economía feminista y relaciones de género, principalmente sobre el recorrido histórico de la economía solidaria y la participación de las luchas de las mujeres hasta hoy.

PALABRAS CLAVE

Economía solidaria, economía feminista, desigualdad de género, división sexual del trabajo

ABSTRACT

The objective of the article is to present the debate between Social Economics and Feminist Economics. It seeks to recover the responses of Social Economics to gender inequality, as well as to make visible the difficulties within the Social Economics in overcoming the unequal relations between women and men and the reproduction of the sexual division of labor. We consulted classic texts of Social Economics, Feminist Economics and gender relations, mainly tracing the historical journey of the Solidarity Economy and the participation of women's struggles to the present day.

KEYWORDS

Social Economics, Feminist Economics, Gender Inequality, Sexual Labour Division



INTRODUÇÃO

A Economia Solidária tem sido uma estratégia de enfrentamento dos processos de exclusão social e de precarização do trabalho, que acompanham o desenvolvimento do capitalismo, em que se produz riqueza gerando miséria (Oliveira, 2013). Foi definida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) como

“um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.”

A base da Economia Solidária está na cooperação, no fortalecimento do grupo e das comunidades, sem a relação patrão e empregado, em que todos os participantes pensam no bem de todos e no seu próprio bem.

As políticas públicas de incentivo e apoio à inclusão produtiva e inserção social, garantidas pela Constituição Federal de 1988, instituídas como direitos, tornaram-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, que reconhece a existência de novos sujeitos sociais e de novas formas de produção, reprodução e distribuição da riqueza, proporcionando o acesso aos bens e recursos públicos para o desenvolvimento sustentável e igualitário dos seus cidadãos e cidadãs. O papel do Estado frente às ações emancipatórias é o de dar-lhes propulsão e suporte por meio de políticas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento dessas ações.

A partir de 2003 implementou-se no Brasil a política pública de Economia Solidária de maneira estruturada, com prioridade de acesso para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, particularmente aquelas beneficiadas pelos programas de transferência de renda. No processo de implementação da política pública de Economia Solidária, no período de 2003 a 2006, a SENAES buscou implantar um conjunto de ações que visassem o fomento e o fortalecimento das iniciativas de Economia Solidária, enquanto formas de organização do trabalho coletivo e que deram sequência após a estruturação da Secretaria. Com o passar dos anos, a SENAES contribuiu para ampliar a missão institucional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no fomento ao trabalho coletivo ao lado de outras formas de trabalho assalariado (ARCANJO e OLIVEIRA, 2017).



Com o passar do tempo, a Economia Solidária foi uma das políticas que mais se expandiu e ganhou adeptos na gestão pública, com a aprovação de leis instituindo políticas de apoio e fomento à economia solidária, com a criação de instrumentos para efetivá-las em muitos municípios e estados do Brasil (200 municípios e 12 estados segundo dados do Fórum Brasileiro de Economia Solidária), muito pelo fato de não se relacionar exclusivamente às questões econômicas (desenvolvimento econômico com viés mais voltado para a dimensão econômica), mas por contribuir para o desenvolvimento solidário e sustentável (desenvolvimento social: geração de renda, inclusão social e produtiva, garantia de direitos, visibilidade, etc), bem como por ser uma ferramenta de enfrentamento à pobreza, à medida que possibilita a geração de renda e o empoderamento, em especial das mulheres.

Sendo assim, com uma presença significativa dentro da Economia Solidária, as mulheres começam a trazer também suas reflexões e inquietações relativas às desigualdades de gênero existentes na sociedade e que, por vezes, acabavam se reproduzindo nos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e também no interior do próprio movimento de Economia Solidária.

Dado esse quadro, o objetivo deste artigo é apresentar a discussão entre Economia Solidária e Economia Feminista e a busca da igualdade de gênero; bem como visibilizar as dificuldades, no interior da Economia Solidária, para superar as relações desiguais entre mulheres e homens e a reprodução da divisão sexual do trabalho. A metodologia utilizada partiu da leitura, análise e interpretação de textos referentes à Economia Solidária, Economia Feminista e relações de gênero.

O artigo é composto por essa introdução, pela seção 2 em que se discute a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, a seção 3 em que se discute a desigualdade de gênero na economia solidária, a seção 4 em que são discutidas as respostas da economia solidária à desigualdade de gênero e, por fim, a seção 4, em que são apresentadas considerações finais.

DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

Utilizamos neste trabalho a definição de gênero apresentada por Joan Scott. Segundo a autora: “o núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Joan Scott afirma que gênero é uma forma de se perceber as relações de poder na sociedade, pois além de estruturar a percepção e a organização real e simbólica de toda a vida social, também estabelece diferenciação no acesso aos recursos, tanto materiais quanto simbólicos da sociedade entre homens e mulheres.

O termo gênero é usado para identificar a construção social do ser homem e do ser mulher. É uma categoria social, ou seja, um instrumento de análise capaz de explicar uma determinada face das relações sociais, assim como classe e raça, em uma determinada sociedade, em uma determinada cultura.



Por essa razão, a Economia Feminista reivindica uma abordagem a partir da noção de gênero que revela as relações de poder no nível público, doméstico e também na religião (GEBARA, 2002:47). Isso exige uma total mudança de paradigmas, pois

...a visão predominante e hegemônica da economia é androcêntrica e patriarcal e está fundamentada nos princípios da economia capitalista, da propriedade privada dos meios de produção, na extração da mais-valia (o trabalho não pago, o lucro) alienação do trabalho e exploração do trabalho e dos corpos das mulheres. Só considera como trabalho aquele que produz lucro. Sendo assim, não valoriza nem visibiliza o trabalho reprodutivo, responsável pelo cuidado com as pessoas e a reprodução da vida, e este sim é realizado pelas mulheres (SANTOS, 2009, p. 5).

Entrando nas formas de expressão da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, nas últimas décadas a sociedade brasileira tem presenciado o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, porém essa participação ainda é maior para os homens do que para as mulheres, ou seja, os homens ainda são maioria no mercado de trabalho. Além disso, apesar de as mulheres brasileiras apresentarem mais anos de estudo e melhor qualificação que os homens, os últimos possuem salários maiores, melhores vínculos, menor taxa de desemprego e são maioria, ainda, em postos de chefia, como nos mostra o Estudo de Caso sobre o Brasil do Programa de Promoção da Formalização na América Latina e Caribe da OIT:

Considerando o conjunto dos setores de atividade, apesar da melhora registrada para ambos os sexos, em 2012 persiste um diferencial significativo entre as taxas de formalidade em favor dos homens (81,3%, contra 62,3% das mulheres). Este fenômeno é melhor compreendido quando se considera que boa parte da força de trabalho feminina se concentra em atividades mais precárias e de mais difícil fiscalização externa: notadamente nos serviços doméstico e nos serviços coletivos, sociais ou pessoais. (OIT, 2014, p. 7).

Esse avanço, mesmo ainda com um diferencial significativo, pode ser explicado por uma combinação de vários fatores - econômicos, sociais e culturais - que desfavoreceram as mulheres.

Ao fazer essa análise, é preciso ter em mente o quadro mais amplo do mercado de trabalho, seus movimentos de estruturação/desestruturação da regulação do trabalho, nível de emprego e estrutura produtiva. Assim, é preciso lembrar que o mercado de trabalho brasileiro nos anos de 1990 passou por uma consistente reestruturação e esse processo aumentou o número de desempregados e subempregados, impondo de acordo com as circunstâncias contratos de trabalho mais flexíveis, sejam temporários, parciais ou mesmo subcontratos. Porém, vale lembrar que nos anos 2000, houve um comportamento diferente, que levou a uma reversão do processo de desestruturação que vinha acontecendo nos anos de 1990, principalmente quanto à formalização das relações de trabalho:



O mercado de trabalho brasileiro teve um comportamento surpreendente nos anos 2000. Em alguns aspectos, reverteu a tendência de desestruturação vigente nos anos 1990, com queda do desemprego, aumento da renda média dos assalariados e crescimento expressivo da taxa de formalização do emprego. Seguindo na contracorrente do mundo, em especial das economias centrais, a elevação da formalização das relações de trabalho foi talvez a face mais surpreendente desta nova etapa, chamando a atenção de pesquisadores e estudiosos do mundo do trabalho (OIT, 2014, p. 4).

Sobre a questão de gênero, segundo Colombi e Oliveira (2014), nos anos 2000 a desocupação feminina caiu mais do que a masculina, mas continuou sendo quase o dobro e persistiram situações como dupla e tripla jornadas e salários menores. Mas, com a crise do mercado de trabalho, a partir de 2015, as mulheres são as que mais sofrem com a ampliação do desemprego. Uma questão, no entanto, permanece estrutural, seja no período de melhorias do mercado de trabalho como nos anos 2000, seja no período de crise: a repartição desigual do tempo gasto com afazeres domésticos (GIBB e OLIVEIRA, 2015). Os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2017, as mulheres dedicavam aos afazeres domésticos quase o dobro do tempo que os homens, com uma média de horas semanais de 20,9 horas, enquanto para os homens a média ficou em 10,8 horas por semana (IBGE, 2018).

Explicitar essas diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho e quanto à repartição do trabalho doméstico é uma das contribuições da Economia Feminista, tal como retomaremos mais adiante.

DESIGUALDADES DE GÊNERO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Dentro da perspectiva de superação do desemprego e da vulnerabilidade social, uma parcela de trabalhadores, nesse caso, de mulheres, tem buscado a Economia Solidária. Pessoa, Ramos e Peixoto (2008:11) apontam que a Economia Solidária é vista como forma de resistência e emancipação das mulheres em especial. Outros autores também o fazem:

Devemos também pensar que a atuação das mulheres na economia solidária a partir das atividades geradoras de renda abre a elas um campo para que se tornem proprietárias dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens mediante a propriedade coletiva. A renda também é mais bem equacionada entre homens e mulheres, visto que a distribuição do excedente parte do princípio democrático de igualdade de direitos aos cooperados, independentemente do sexo. Nesse sentido, a economia solidária funciona como crítica à economia capitalista que se apropria da desigualdade de remuneração em vista do sexo (CULTI, 2004, p. 20).

No entanto, muitas vezes, nos EES ou nos grupos de trabalho coletivo que nascem a partir dos princípios da Economia Solidária, as desigualdades de gênero são reproduzidas como se



fossem naturais. Dados de pesquisa de 2016 mostram que a maioria do quadro social das EES é do sexo masculino: 803.373 (56,4% do total) contra 620.258 do sexo feminino (43,6%), com uma média de 41 homens e 32 mulheres por EES. No entanto, enquanto as cooperativas possuem a maior proporção de homens (63,8%) dentre as formas de organização dos empreendimentos, os grupos informais são os únicos com média superior de mulheres (63,2%) (IPEA, 2016). Dada essa diferença, podemos retomar Costa (2011), que aponta que há uma análise das relações de gênero dentro dos EES:

(...) os indicadores mais importantes para uma análise das relações de gênero no âmbito da economia solidária referem-se ao tipo de grupo no qual a presença das mulheres predomina: elas são maioria nos empreendimentos menores..., já os homens são hegemônicos nos empreendimentos com mais de vinte integrantes. Os grupos com menor número de integrantes tendem, via de regra, a funcionar na informalidade; acessam poucos recursos, na maioria das vezes do próprio grupo ou de fundos assistenciais de igrejas ou organizações menos restritivas quanto a critérios de viabilidade do investimento e até mesmo ao monitoramento da aplicação. Em boa parte dos casos, as atividades que desenvolvem funcionam como complemento à renda obtida com outras atividades ou por outros membros das famílias (COSTA, 2011, p. 21).

Costa (2011) ainda chama a atenção para a necessidade de uma investigação mais precisa e profunda sobre as razões pelas quais a presença das mulheres se mostra mais expressiva nos grupos e empreendimentos de pequeno porte. Para tanto, destaca:

Ainda que se reconheça ser necessária uma investigação mais precisa sobre as razões para a presença das mulheres se mostrar mais expressiva em grupos com tais características, é possível afirmar que há uma relação entre a ‘necessidade’ que as mulheres enfrentam de conciliar as atividades que desenvolvem nos grupos dos quais participam com as tarefas no âmbito familiar. Afinal, acessar os complexos mecanismos da formalização e gestão econômico-financeira do empreendimento é algo que demanda um tempo do qual ainda não podem dispor. Os arranjos políticos e econômicos tornam-se os possíveis e refletir-se-ão no dos indicadores relativos aos grupos nos quais a presença feminina predomina. As chances de enfrentar as consequências da informalização ficam mais distantes para as mulheres (COSTA, 2011, p. 22).

Para Costa (2011), por mais que a Economia Solidária tenha como base a ruptura com o modelo de economia tradicional capitalista, ela não consegue por si só trabalhar no seu interior as questões relativas às desigualdades de gênero:

...a solidariedade anunciada pela economia solidária vincula-se restritamente a uma noção de classe que aparece (des)sexualizada, alheia à interseção mantida com aspectos de gênero, etnoraciais, geracionais, entre outros, e às influências determinantes das relações exercidas no mundo do trabalho.



CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA ECONOMIA FEMINISTA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

A preocupação com o fim de uma sociedade desigual anunciada pela economia solidária parece não incluir as mulheres (COSTA, 2011, p. 24).

Embora a Economia Solidária tenha como um de seus princípios a relação igualitária entre mulheres e homens, na realidade muitas vezes há conflitos. Muitas vezes, nos EES, ou nos grupos de trabalho coletivo que nascem a partir dos princípios da Economia Solidária, as desigualdades de gênero são reproduzidas como se fossem naturais.

Sendo assim, construir um empreendimento autogestionário desafia homens e mulheres a desconstruir valores individualistas e estabelecer relações solidárias, pautadas nos seguintes valores: democracia – decisões tomadas pelo conjunto dos associados e associadas; participação – garantia do direito de decidir e condições para a efetiva participação; igualdade – todos/as têm tratamento igualitário, seja de remuneração, como de acesso à formação e conhecimento, para mesma tarefa e função; cooperação – responsabilidade partilhada na gestão e produção; desenvolvimento humano – concepção da formação como direito de todo/a trabalhador e trabalhadora, numa dimensão humana que possibilite o acesso às novas técnicas e educação integral. Valores estes que buscam o fim de toda e qualquer forma de exclusão/discriminação. Ao organizar um empreendimento solidário de autogestão, deve-se atentar para as desigualdades de gênero, pois há o risco iminente de reproduzir a história da divisão sexual do trabalho e a “falsa” igualdade, que alimenta a estrutura dual construída pela sociedade capitalista (PESSOA; RAMOS; PEIXOTO, 2008, p. 9).

Por este motivo, a Economia Feminista chama a atenção para que essa realidade desigual não seja reproduzida dentro da Economia Solidária. A Economia Feminista visa compreender que as relações entre mulheres e homens, marcadas por um sistema patriarcal, estabelecem hierarquias entre as atividades desenvolvidas por ambos os sexos e vê o trabalho de forma mais ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família, associando a reprodução como fundamental à nossa existência, incorporando a saúde, a educação e outros temas correlatos. A Economia Feminista destaca a relação entre trabalho e gênero e a invisibilidade dos trabalhos exercidos historicamente pelas mulheres e mostra:

...as consequências da divisão com base no sexo, que prevalece nas sociedades modernas ocidentais de forma generalizada, entre “trabalho produtivo”, o trabalho reconhecido socialmente, que possui valor de troca e é realizado no espaço público; e “trabalho reprodutivo”, que é realizado no espaço doméstico e/ou privado e não possui valor de troca. Os trabalhos que ocorrem na esfera doméstico-privada, realizado geralmente por mulheres, receberam historicamente um reconhecimento social inferior em comparação aos trabalhos realizados no mundo público, majoritariamente pelos homens. (LIMA; JESUS, 2017, p. 86).

Na mesma linha, Gebara (2002) aponta que no sistema produtivo atual os homens são seres para si e as mulheres são seres para os outros:



Do ponto de vista filosófico, os homens são seres para si e as mulheres são seres para os outros... Sendo ser para os outros não somos sujeito de direitos. Só o ser para si é sujeito de direitos... Dizer que nós mulheres somos para os outros exige de nós uma subjetividade, nos constrói a partir de uma subjetividade de renúncia, abnegação. Quando se diz que as mulheres são seres para os outros estamos dizendo que elas têm uma qualidade inferior. Por isso, nas causas e lutas das mulheres a maioria dos homens não quer entrar... A questão que o feminismo está lançando é que coisa de homem tem a ver com coisa de mulher e coisa de mulher tem a ver com coisa de homem... O homem subjugado dentro do capitalismo vive sem dúvida a alienação de classe. A mulher subjugada dentro do capitalismo vive a alienação de classe e a alienação de gênero, vive uma dupla alienação. E se for negra, vive uma tripla alienação (GEBARA, 2002, p.46-47).

Por vezes, acaba-se por reproduzir aquilo que é “coisa de homem” e a “coisa de mulher”, quando nos empreendimentos exclusivos de mulheres, onde há um número maior de mulheres, o trabalho produzido é quase que todo voltado para “coisas de mulher”: comida e alimentação, crochet, bordado, costura, artesanato, estética, etc; como se houvesse uma ênfase maior àquilo que é “próprio” do ser mulher, conforme nos quer convencer o mundo patriarcal. Tal visão pode reforçar a repartição desigual do trabalho doméstico e o papel das mulheres em relação ao cuidado com a casa e a família, mas, por outro lado, ao promover uma autonomia financeira da mulher, ela pode modificar os papéis de gênero.

Alguns autores apontam como alternativas na Economia Solidária o incentivo para empreendimentos compostos exclusivamente por mulheres, definição de cotas de participação para ambos os sexos nos diferentes espaços dentro dos empreendimentos mistos, compostos por mulheres e homens.

Por fim, vale lembrar que, apesar das dificuldades nas relações de gênero no interior dos EES, a Economia Solidária segue sendo um lugar privilegiado para a busca de autonomia econômica e emancipação das mulheres na sociedade.

RESPOSTAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA À DESIGUALDADE DE GÊNERO

A partir do que foi apresentado acerca da presença e participação das mulheres na Economia Solidária e da desigualdade que insiste em aparecer e, por vezes, prevalecer na Economia Solidária, há também uma busca de novas relações de gênero no interior desse movimento através da organização em redes de Economia Solidária e Feminista, em que vemos que as mulheres têm se articulado cada vez mais para transformar essas relações no interior dos Empreendimentos e também no interior do movimento de Economia Solidária no Brasil.

No ano de 2011, houve a criação do Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, um grupo exclusivo de auto-organização das mulheres. Esse GT de Mulheres do Fórum Brasileiro de Economia Solidária elaborou um documento como forma de



subsídio para a discussão sobre a participação e presença das mulheres na Economia Solidária para a V Plenária Nacional de Economia Solidária que aconteceu no ano de 2012, em Luziânia, GO.

O documento foi um marco importante como forma de visibilizar e também problematizar sobre a participação das mulheres e sobre as desigualdades que existem no interior da Economia Solidária:

As mulheres são a maioria na construção da Economia Solidária. Porém, a igualdade de participação entre homens e mulheres, em todos os seus espaços, ainda é um desafio a ser superado. Não podemos continuar reproduzindo a contradição, afirmando que as mulheres estão de fato em condição de igualdade, sendo que, no cotidiano da ação, isto não se reproduz. Ainda é consistente uma condição de desigualdade entre homens e mulheres.

Esta realidade nos leva a refletir sobre qual tem sido a contribuição dos processos vividos, das mulheres como sujeitos políticos na Economia Solidária, para construção de novas práticas de superação das desigualdades de gênero. Como as mulheres estão neste espaço? Que poder elas exercem ou não? Como a atuação neste espaço tem provocado mudanças concretas em suas vidas? Por que e como a economia solidária pode contribuir para a superação das desigualdades vividas pelas mulheres? (CARITAS; FBES, 2016, p. 12).

Segundo o documento, um elemento fundamental da Economia Solidária, que estabelece relação direta de contribuição com a luta feminista, é a autogestão. Na construção da autonomia das mulheres, a autogestão pode levar a práticas de igualdade, garantindo às mulheres espaços de decisão e representação política (CARITAS; FBES, 2016, p. 13). Esse parece ser um ponto importante de reflexão que o documento, no sentido de avaliar um dos elementos que é fundamental para a Economia Solidária: a autogestão, compreendida como um “exercício de práticas participativas nos processos de trabalho, definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses” (1º Plano Nacional de Economia Solidária, 2015, p. 41).

E, na perspectiva do diálogo entre Economia Solidária e Economia Feminista, sabe-se que naqueles empreendimentos constituídos somente por mulheres, a gestão é feita pelas próprias mulheres, mas ao pensarmos nos empreendimentos constituídos por mulheres e homens, como ocorre a direção e coordenação dos mesmos? Em que medida se dá essa prática participativa nos processos de trabalho, direção e coordenação? Essas questões são fundamentais, principalmente pelo fato de que o sistema patriarcal molda a sociedade como um todo e, por isso, pensar as nossas práticas no interior dos EES tendo como objetivo a ruptura com esse sistema é um importante elemento para desconstruir as relações que reproduzem a desigualdade de gênero no âmbito da gestão dos empreendimentos.

Sabemos que a participação das mulheres na economia solidária vem garantindo, a elas e suas famílias, geração de renda; que vão se organizando como sujeitos políticos e cidadãs; que vão construindo autonomia econômica, pessoal e política, mas:



CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA ECONOMIA FEMINISTA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como a Economia Solidária se baseia em princípios contra-hegemônicos, pode parecer mais fácil avançar no rompimento com a divisão sexual do trabalho, mas a realidade dos empreendimentos re-produz, na prática cotidiana, estas amarras. As mulheres se concentram em empreendimentos menos valorizados e há uma naturalização do lugar das mulheres nos empreendimentos mistos. As mulheres são ainda minoria nas direções e em outros espaços de decisão e, frequentemente, desempenham funções associadas às tarefas da esfera da reprodução (CARITAS; FBES, 2016, p. 12).

Assim, como mostra o documento, apesar dos avanços a partir da Economia Solidária, ainda persiste um modelo que reproduz o trabalho doméstico (público x privado) e de reprodução (produção x reprodução), onde o que é produzido reproduz o âmbito do privado, e assim, acaba por ser desvalorizado, desqualificado e inferiorizado, pois assim é visto esse tipo de trabalho na sociedade capitalista patriarcal que vivemos.

Além da questão da divisão sexual do trabalho, outro elemento que deve ser considerado neste diálogo entre Economia Solidária e Economia Feminista é a reflexão crítica sobre a divisão entre público e privado, produção e reprodução. Para Flávia Biroli (2014), essa é uma característica do pensamento feminista:

Se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens – contestando, assim, sua naturalidade e sua pretensa adequação para a construção de relações igualitárias. Trata-se, como definiu Carole Pateman em sua análise das teorias do contrato, de expor a história não contada da construção da esfera pública e dos direitos individuais na modernidade a partir da posição das mulheres. (BIROLI, 2014, P. 31).

Segundo Biroli (2014), não há como separar a esfera pública da esfera privada, a esfera política da vida social, sendo assim, faz-se necessário que abandonemos a visão de que estes espaços da vida são departamentados, que correspondem a determinados lugares ou tempos na vida individual, mas são sim relações de práticas e de direitos inter-relacionados.

Essa crítica feminista leva às relações existentes no interior dos EES e na própria prática do movimento de Economia Solidária, quando se trata de forma desigual as mulheres por conta de sua responsabilidade quanto ao trabalho doméstico ou quanto ao cuidado dos filhos. Para muitas mulheres há uma difícil tarefa de conciliar o trabalho doméstico e a vida familiar com a vida profissional dentro dos Empreendimentos, com a continuidade da chamada jornada dupla ou tripla (Gibb e Oliveira, 2015). Há a necessidade de se ampliar o conceito de trabalho e se perceber que não há separação entre as esferas da produção e da reprodução.

Portanto a Economia Solidária pode contribuir com a luta feminista, na medida em que cria condições de desnaturalizar a separação de público e privado, produtivo e reprodutivo – desconstruindo a



CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA ECONOMIA FEMINISTA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

divisão sexual do trabalho, recolocando o olhar para o trabalho de cuidado com as pessoas como uma esfera mantenedora e relacionada ao mundo produtivo.

A presença do feminismo no movimento de construção da Economia Solidária, sem dúvida, será determinante para construir, de fato, outra economia com base na igualdade e autonomia de seus sujeitos. (CARITAS; FBES, 2016, p. 13).

A literatura já relata diversas experiências de Redes de Economia Solidária e Economia Feminista, suas práticas, suas propostas e conquistas dentro da perspectiva de empoderamento e autonomia econômica das mulheres. Aqui não iremos analisar as suas ações, mas tomar conhecimento destas redes e de como elas estão desenvolvendo seus trabalhos dentro do movimento de Economia Solidária.

Nesse sentido, voltamos ao início do século XXI para lembrar a primeira experiência, que é a Rede Economia e Feminismo (REF), criada em novembro de 2001 durante o Seminário Feminismo e Economia, que aconteceu em São Paulo com a participação de 33 mulheres de 12 estados brasileiros e também contou com a participação de 22 organizações. A proposta da Rede Economia e Feminismo (REF) é articular ativistas de movimentos sociais, técnicas de organizações não governamentais (ONGs) e pesquisadoras que queiram atuar prioritariamente dentro da temática de economia e feminismo. Sua metodologia busca atuar com núcleos nos estados ou por temas de pesquisas, seminários, atividades de formação e produção de conhecimento, através de grupos de estudo, intercâmbios, bibliografias comentadas e formação de mulheres, lideranças e assessoras de movimentos sociais. Uma primeira ação da Rede Economia e Feminismo (REF) foi um curso de formação sobre feminismo e economia, que se realizou no mês de junho de 2002, cerca de seis meses após a criação da Rede. Além das ações próprias, a REF participa com sua proposta feminista nos vários espaços de articulação que atuam colaborando no debate sobre desenvolvimento e alternativas econômicas.

A Rede Economia e Feminismo (REF) trabalha em conjunto e dialoga com as ações da REMTE (Rede Latino Americana Mulheres Transformando a Economia) e se propõe a fortalecer as ações da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) – movimento nascido de uma manifestação realizada em 1995 no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros e lograram o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária - na luta de combate à pobreza.

Entre as temáticas trabalhadas pela Rede Economia e Feminismo estão: a teoria econômica feminista, a questão da mulher e do trabalho, a distribuição de renda e o salário mínimo, a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), a questão da soberania alimentar e a Economia Solidária.

A segunda experiência é a Rede de Economia Solidária e Feminista. A sua construção é um desdobramento do projeto Brasil Local: Economia Solidária e Economia Feminista - (2010/2012), que foi desenvolvido através de uma parceria da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com a Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fundada em 2001.



Esse projeto Brasil Local mapeou mais de 300 EES compostos por mulheres em 09 estados do Brasil – RS, PR, SP, RJ, DF, PA, CE, RN, PE –, e permitiu o diagnóstico da realidade desses empreendimentos e a condição das mulheres no interior da Economia Solidária.

A proposta da Rede de Economia Solidária e Feminista é valorizar e fortalecer a presença das mulheres na Economia Solidária, contribuindo para que possam alcançar a sua autonomia econômica. Também a rede questiona a naturalização do trabalho doméstico como sendo algo do feminino e, por essa razão, desqualificado como trabalho. Além disso, a rede busca diversificar as possibilidades das mulheres no espaço profissional, para que não sejam relegadas às profissões consideradas “femininas”.

A articulação que a rede propõe possibilita a troca de informações e experiências entre os EES para que possam complementar e fortalecer as suas atividades produtivas e contribuir para ampliar sua capacidade de produção e de negócios.

Atualmente, o projeto desenvolvido pela Rede de Economia Solidária e Feminista visa o fortalecimento da rede e a sua articulação produtiva por segmentos e/ou arranjos locais, desenvolvendo a assessoria para a gestão e a comercialização, buscando dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho das mulheres, garantindo a sua autonomia econômica.

Outra ação importante que a Rede de Economia Solidária e Feminista vem desenvolvendo é a construção de indicadores para a Economia Feminista e a articulação com políticas públicas que colaborem com o desenvolvimento local e a sustentabilidade dos empreendimentos em rede. No encontro nacional da Rede de Economia Solidária e Feminista que aconteceu em maio de 2013, foram tiradas algumas metas que podem ser conferidas no seu site: ¹

Por fim, apresentamos a experiência de uma rede que foi fundada em 12 de abril de 2013, onde um grupo de 30 mulheres ligadas à Economia Solidária do estado de São Paulo se reuniu para fundar a AMESOL – Associação das Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo.

Esta iniciativa visa articular as mulheres do estado de São Paulo que trabalham com os Empreendimentos Econômicos Solidários. A Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo (AMESOL) é uma “ferramenta importante para a auto organização das mulheres em empreendimentos mistos ou só de mulheres, bem como para dar apoio financeiro para essas mulheres, tendo em vista que um dos seus objetivos é a criação de um fundo rotativo que possa contribuir para a ampliação e qualificação dos grupos”.

As mulheres que compõem a AMESOL são de diversas regiões da cidade de São Paulo e também de cidades próximas no Estado. Organizadas em grupos e cooperativas, produzem desde alimentos orgânicos até roupas e artesanatos, que vendem em eventos e feiras. Junto com a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), ONG com sede em São Paulo que faz parte do movimento de mulheres no Brasil e em âmbito internacional, fazem reuniões periódicas para a troca de conhecimentos, a organização do grupo, debates e compartilhamento de informações. Possuem em comum a compreensão da economia feminista e solidária como uma forma alternativa de geração de renda e autonomia, baseada em outros pilares, que não os do lucro, da competitividade e da exploração.

1. As metas da Rede de Economia Solidária e Feminista estão disponíveis em: http://guayi.org.br/?page_id=1584



Também faz parte dos objetivos da AMESOL a formação técnica e feminista para as mulheres da Economia Solidária, o espaço de articulação e a troca de experiência. Em abril de 2016 as mulheres da AMESOL participaram de um curso de comunicação feminista nas redes, que foi ministrado pela SOF e que teve como trabalho final a criação de uma página no *Facebook* que entrou no ar em maio de 2016, como uma importante ferramenta de comunicação e também de visibilidade para a associação, bem como de divulgação de feiras e eventos.

Como vimos acima, estas experiências de rede e de articulação das mulheres em torno das temáticas de Economia Solidária e Economia Feminista são importantes ferramentas para que os EES, principalmente os que são exclusivamente de mulheres possam garantir a troca de experiências, garantindo consequentemente uma autonomia econômica e o fortalecimento da garantia de seus direitos.

Há tantas outras iniciativas de trabalho em rede e articulação de mulheres dentro da Economia Solidária e Feminista, porém, nosso intuito foi visibilizar algumas no sentido de fazer ver a importância da participação das mulheres dentro da Economia Solidária, bem como, da importância e urgente necessidade do diálogo entre a Economia Solidária e a Economia Feminista para revermos as relações no interior do movimento de Economia Solidária em busca da igualdade e emancipação das mulheres e, assim, construirmos outra economia possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi apresentar o debate sobre a Economia Solidária e Economia Feminista para a inserção das mulheres na Economia Solidária. Realizamos uma análise das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, seguida das desigualdades de gênero dentro da Economia Solidária e as respostas teóricas e práticas da Economia Solidária à desigualdade de gênero.

A Economia Solidária, em sua perspectiva transformadora, deve ser também um espaço de discussão e combate às outras formas de opressão que não só a de classe, por isso a necessidade de refletir sobre a reprodução das desigualdades de gênero dentro da economia solidária e suas respostas no contexto brasileiro. As questões sobre o gênero das lideranças dentro do movimento da Economia Solidária, tamanho de empreendimentos e sua relação com o gênero e até mesmo as diferenças quanto às atividades econômicas desenvolvidas por grupos com maioria de homens ou de mulheres precisam ser problematizados.

Por outro lado, fica claro ao longo do texto que apesar de o enfoque do mesmo ser as contribuições da Economia Feminista à Economia Solidária, o contrário também é válido: as construções da Economia Solidária no sentido da construção de uma sociedade com um novo modo de produção e relações sociais menos hierarquizadas como hoje no capitalismo são contribuições importantes a serem apropriadas pela Economia Solidária e para o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade, levando em consideração as questões de classe e de gênero.

Mas, para a continuidade da redução da desigualdade de gênero dentro da Economia Solidária, com o apoio da Economia Feminista, é preciso também retomar, por parte do poder



público, os instrumentos para a aplicação de políticas públicas (como formação, acesso a crédito, entre outros) que incentivem novas formas de produção. Com a constitucionalização da austeridade fiscal, no entanto, a partir da Emenda Constitucional 95, tais instrumentos ficam limitados: como marco, a própria SENAES foi extinta em novembro de 2016 (Arcanjo e Oliveira, 2017). É preciso discutir a necessidade de retomar as institucionalidades para o fomento das políticas públicas que reduzem as desigualdades, sejam elas de gênero como debate a Economia Feminista, sejam elas de classe como debate a Economia Solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCANJO, Maria Antonia Silva e OLIVEIRA, Ana Luíza Matos (2017) *A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos*. Revista Perseu, São Paulo, Centro Buarque de Holanda, volume 13, p. 231-249.

CARITAS; FBES (2016) Caderno sobre Economia Solidária e Feminista, Brasília.

COLOMBI, Ana Paula; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (2014) Gênero e mercado de trabalho nos anos 2000: avanços e contradições Acesso em: 30/04/2018 Disponível em: shorturl.at/dEPY0

COSTA, Jussara (2011) Mulheres e Economia Solidária: hora de discutir a relação! Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun. 2011.

CULTI, Maria Nezilda (2004) Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos.

GEBARA, Ivone (2002) Cultura e Relações de Gênero, São Paulo, CEPIS.

GIBB, Lygia Sabbag Fares; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. (2015) A Desigualdade na Distribuição do Trabalho Total no Brasil: A Quem Favorece?. Pesquisa & Debate (São Paulo. 1985. Online), v. 26, p. 87, 2015.

IBGE (2018) Mulheres continuam a cuidar mais de pessoas e afazeres domésticos que homens. Agência IBGE de notícias. Acesso em: 20/03/2020 Disponível em: shorturl.at/ayJK0

IPEA (2016) Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa. Acesso em: 20/03/2020 Disponível em: shorturl.at/dftIU

LIMA, Márcia Maria Tait; JESUS, Vanessa Brito de. (2017) Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. Scientiae Studia, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 73-96, junho 2017. Acesso em: 09/07/2017. Disponível em: shorturl.at/bfgCX.

OIT (2014) Estudo de Caso: Brasil. Notas sobre a formalização. Disponível em: shorturl.at/cmGMT

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos (2013) Regulação estatal das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo: uma crítica ao discurso da flexibilização e desregulamentação. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp.



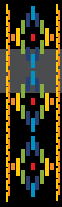
CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA ECONOMIA FEMINISTA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

PESSOA, Cleudes; RAMOS, Jeannette F.P. e PEIXOTO, Socorro L.F. (2008) Economia Solidária e Feminista: reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres. Setembro de 2008. Acesso em: 20/03/2020
Disponível em: shorturl.at/gzDKZ

SANTOS, Graciete (2009) Economia Solidária e Feminista um encontro possível. Acesso em: 20/03/2019
Disponível em: shorturl.at/xyOQU

SENAES (2009) Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007, ANTEAG, São Paulo, Todos os Bichos, 2009, p. 37-40.

SCOTT, Joan (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, vol. 20, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995, p. 71-99.



A DESIGUALDADE DOS CORPOS E A SELETIVIDADE DA MEMÓRIA NO BRASIL PÓS-TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

LA DESIGUALD DE LOS CUERPOS Y LA SELECTIVIDAD DE LA MEMORIA EN BRASIL POSTERIOR A LA TRANSICIÓN DEMOCRÁTICA

THE INEQUALITY OF BODIES AND THE SELECTIVITY OF MEMORY IN BRAZIL AFTER THE DEMOCRATIC TRANSITION

BEATRIZ BESEN DE OLIVEIRA

Psicóloga e pesquisadora em memória, juventude e direitos humanos. Mestre em Psicologia Social (IP-USP), doutoranda no Programa de Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP-EACH) da Universidade de São Paulo (USP) e mestranda em Estado, Governo e Políticas Públicas pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO).



A DESIGUALDADE DOS CORPOS E A SELETIVIDADE DA MEMÓRIA NO BRASIL PÓS-TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

RESUMO

O diagnóstico social desenvolvido a partir da pesquisa-participante em Heliópolis no projeto *Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada* (2016-2018) e de dados sobre a violência contra a juventude periférica no Brasil revela que feridas no tecido social são causadas pela persistência de práticas de violência e tortura pós transição democrática. O presente artigo busca demonstrar que tal violência está ancorada no estabelecimento da desigualdade entre corpos, ou seja, na definição dos corpos que são protegidos e valorizados, inclusive pelo Estado, em detrimento aos que são descartados e violentados. Também procura relevar como a suspeita sobre as narrativas feitas por corpos considerados desviantes das normas conduz à seletividade da memória e ao trauma. Inicia-se discutindo a persistência das marcas ditatoriais no Brasil (1), segue-se para uma análise sobre os corpos vítimas de violência, estabelecidos como incircunscritos e desumanizados (2), discute-se então a perversão da suspeita versus o direito à memória (3), e conclui-se apresentando uma breve reflexão sobre o papel de resistência da universidade por meio da construção da memória política e da produção partilhada do conhecimento.

Palavras-chave: marcas ditatoriais, memória política, juventude, Estado, corpos.

RESUMEN

El diagnóstico social desarrollado a partir de la investigación participante en Heliópolis en el proyecto *Memórias e Resistências: la dictadura en la quebrada* (2016-2018) y los datos sobre la violencia contra la juventud periférica en Brasil revela que las heridas en el tejido social son causadas por la persistencia de prácticas de violencia y tortura después de la transición democrática. Este artículo busca demostrar que dicha violencia está anclada en el establecimiento de la desigualdad entre los cuerpos, es decir, en la definición de los cuerpos que están protegidos y valorados, incluso por el Estado, en detrimento de aquellos que son descartados y violados. También busca revelar cómo la sospecha sobre las narrativas hechas por cuerpos considerados desviados de las normas conduce a selectividad de la memoria y al trauma. Se empieza discutiendo la persistencia de las marcas dictatoriales en Brasil (1), seguido de un análisis de los cuerpos que son víctimas de violencia, establecidos como no circunscritos y deshumanizados (2), luego se analiza la perversión de la sospecha frente al derecho a la memoria. (3), y se concluye presentando una breve reflexión sobre el papel de resistencia de la universidad por medio de la construcción de la memoria política y de la producción compartida de conocimiento.

Palabras clave: marcas dictatoriales, memoria política, juventud, Estado, cuerpos.

ABSTRACT

The social diagnosis developed from the participant research in Heliópolis through the project *Memories and Resistances: the dictatorship in the slum* (2016-2018) and data on



A DESIGUALDADE DOS CORPOS E A SELETIVIDADE DA MEMÓRIA NO BRASIL PÓS-TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

caused by the persistence of violent practices and torture after the democratic transition. This article seeks to demonstrate that such violence is anchored in the establishment of inequality between bodies, that is, in the definition of bodies that are protected and valued, including by the State, to the detriment of those that are discarded and violated. It also seeks to reveal how the suspicion about the narratives made by bodies considered to deviate from the norms leads to a selectivity of memory and trauma. It begins by discussing the persistence of dictatorial marks in Brazil (1), followed by an analysis of the bodies that are victims of violence, established as uncircumscribed and dehumanized (2), then discusses the perversion of suspicion versus the right to memory (3), and concludes by presenting a brief reflection on the resistance role of the university through the construction of political memory and the shared production of knowledge.

Keywords: dictatorial marks, political memory, youth, State, bodies.



Celebração das contradições/2

Desatar vozes, dessonhar os sonhos: escrevo querendo revelar o real maravilhoso, e descubro o real maravilhoso no exato centro do real horroroso da América.

Nestas terras, a cabeça do deus Elegguá leva a morte na nuca e a vida na cara. Cada promessa é uma ameaça; cada perda, um encontro. Dos medos nascem as coragens; e das dúvidas, as certezas. Os sonhos anunciam outra realidade possível e os delírios, outra razão.

Somos, enfim, o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia.

Nessa fé, fugitiva, eu creio. Para mim, é a única fé digna de confiança, porque é parecida com o bicho humano, fodido mas sagrado, e à louca aventura de viver no mundo. Eduardo Galeano, *Celebração das contradições/2*, 2017, p. 123.

Eduardo Galeano (2007) em *Celebração das Contradições/2* faz referência a Elegguá, deidade que evidencia as ambiguidades das perdas e encontros, das promessas e ameaças existentes no real horroroso e maravilhoso da América. Elegguá compõe a mitologia iorubá, sendo os iorubás um dos maiores grupos étnicos-linguísticos da África Ocidental. De acordo com Ribeiro (1996) a linguagem cotidiana dos iorubás é extremamente rica em metáforas por conta de sua tradição oral e do valor dado à palavra e à narrativa nestes grupos. Os iorubás tiveram grande importância na conformação sociocultural brasileira, mas essa tradição oral e a riqueza das metáforas periga se perder em meio a uma história oficial do país que procura apagar as contradições e lutas de parte do povo.

Com morte e vida na cara, apresenta-se o Brasil: no mesmo país em que houve uma redução significativa da taxa de mortalidade infantil nas últimas décadas, chegando, em 2018, a uma taxa de 12,4 mil mortos a cada mil nascidos vivos (IBGE, 2018), ocorreu, durante os últimos 11 anos, o assassinato de 325 mil jovens de 15 a 29 anos (IPEA e FBSP, 2018). Os dados evidenciam uma contradição essencial: o mesmo Estado que busca garantir condições de saúde e assistência para que as crianças não morram, tem dificuldades significativas para manter seus jovens vivos. Aprofundando-se mais, o mesmo Estado, que diz proteger, mata: o Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo¹ revela índices muito expressivos de óbitos pelo que chamam de “morte por homicídios e causas legais”, que diz respeito a todas as ações policiais e militares. A letalidade policial no Brasil aumentou em 19,6% de 2017 para 2018. Em 2017, 6.220 pessoas foram mortas por policiais militares e civis em serviço ou de folga. Em 2017, foram 5179 pessoas, sendo 33,4% jovens entre 22 e 24 anos (IPEA e FBSP, 2019).

Criada durante o período da ditadura militar no Brasil, a Polícia Militar, como força ostensiva do Estado, usa da violência para coibir e controlar os grupos e indivíduos. Seu uso

1. O Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo foi solicitado pela Prefeitura Municipal de São Paulo durante a gestão do prefeito Fernando Haddad para traçar o perfil da juventude paulistana nas regiões de São Paulo e pautar as políticas públicas voltadas a esse público. Ele foi realizado em uma parceria entre o Instituto de Economia (IE), o Centro de Estudos Sindicais de Economia do Trabalho (CESIT) e o Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O relatório final foi publicado em dezembro de 2014.



indiscriminado da violência resulta em feridas profundas no tecido social e o sangue que escorre continuamente dessas feridas é o sangue de homens (94%) e negros (75,5% das vítimas de assassinato em 2017 eram indivíduos negros). O Atlas da Violência 2019 nos permite ir ainda além nesse perfil: o homem jovem, solteiro, negro, com até sete anos de estudo e que esteja na rua nos meses mais quentes do ano entre 18h e 22h é quem tem maior probabilidade de morte violenta intencional no Brasil (IPEA e FBSP, 2019).

Alegar desconhecimento dos dados já não parece ser o caminho adotado pelo Governo Federal e Estadual de São Paulo. Desde Geraldo Alckmin em 2012 com o famoso: “Quem não reagiu está vivo”², se referindo a uma chacina em Várzea Paulista, até Jair Bolsonaro quando declara que é “É doloroso ver um policial preso por causa disso, é um sinal que ele trabalha”, se referindo aos autos de resistência em sua campanha para aprovação do pacote anticrime; ambos produzem um discurso de legitimação em relação ao homicídio de jovens no Brasil. Ou seja, há uma ideologia que sustenta a desumanização desses corpos, o que permite que se exerça indiscriminada violência com formatos próximo às torturas. Os autos de resistência sempre funcionaram como uma proteção jurídica para não apuração dos assassinatos da Polícia Militar. A CPI presidida por Lindbergh Farias em 2016 já afirmava:

Homicídio por auto de resistência” é a classificação, nos registros policiais, dada às mortes de civis em confronto com as forças policiais. Essa categorização implica entender que aquela morte teria ocorrido porque o sujeito morto teria entrado em confronto com os policiais e que, assim, os policiais teriam agido em legítima defesa. Trata-se, portanto, da classificação que é aplicada nos Registros de Ocorrência nas Delegacias da Polícia Judiciária, tendo por informantes e testemunhas os próprios policiais que participaram lá do confronto. (...) Em um ambiente onde a omissão do poder público suscita o aparecimento de grupos organizados de traficantes, bem como de milícias, os índices de violência contra a juventude negra atingem o paroxismo. De outro lado, o crescimento da violência policial contra esses jovens também é uma chocante realidade. Situações envolvendo a morte de jovens negros, sobretudo aquelas cujas justificativas da ação policial se apoiam nos chamados autos de resistência.³

Carvalho (2006) já apontava que a entrada da ideologia de guerra às drogas e ao crime na América Latina funciona como uma justificativa para um estado de exceção permanente, ou seja, para a consolidação do exercício contínuo da violência ilegal. Essa mesma perspectiva já era apontada por Martin-Baró (1988) para exemplificar como certas ideologias relacionadas à guerra provocam polarização social, institucionalização da mentira e generalização da violência. A contínua prática de ações violentas ilegais e sua posterior legalização e legitimação por meio de discursos e documentos como os citados acima incidem nas relações de confiança, desgastando o tecido social. De modo dialético, é possível apontar que a violência policial tem origem

2. Em 2012, a Rota matou 9 suspeitos em uma troca de tiros em Várzea Paulista, São Paulo. Geraldo Alckmin, na época governador do Estado, declarou publicamente no dia seguinte: “Quem não reagiu, está vivo!”. A perícia concluiu que todos as mortes se enquadravam nos homicídios por auto de resistência, apesar das inconsistências no processo.

3. Trecho do Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) presidida por Lindbergh Farias sobre o Assassinato de Jovens em 2016.



em sua estrutura institucional, no entanto incide de forma a violar e esgarçar de maneira brutal o tecido social, dos quais os mesmos policiais fazem parte.

O diagnóstico social desenvolvido na pesquisa de mestrado em Psicologia Social já concluída pela autora, *A sua memória agora é a minha memória: a construção da memória política e o re-estabelecimento do reconhecimento recíproco* (OLIVEIRA, 2019) a partir da pesquisa-participante em Heliópolis ressalta que tais feridas no tecido social são causadas por três movimentos principais: o esquecimento, o apagamento e a suspeita, ou seja, o seletivo apagamento de memórias ancorado na suspeita sobre as narrativas feitas por corpos considerados desviantes das normas que conduz a um esquecimento forçado. Estes movimentos são ancorados no estabelecimento da desigualdade entre os corpos, ou seja, pela definição dos corpos que são protegidos e valorizados, inclusive pelo Estado, em detrimento aos que são descartados e violentados. Dado o escopo do artigo, focaremos em alguns aspectos suscitados pela pesquisa de mestrado e posteriormente complementados pelo Seminário apresentado por Maria Rita Kehl (2019) na Fundação Perseu Abramo, *Psicanálise e Política: o que resta da ditadura*. Inicia-se discutindo a persistência das marcas ditatoriais no Brasil (1), segue-se para uma análise sobre os corpos incircunscritos e desumanizados (2), discute-se a perversão da suspeita versus o direito à memória (3), e conclui-se apresentando uma breve reflexão sobre o papel da universidade frente a tais disputas.

MEMÓRIA EM DISPUTA: AS MARCAS DITATORIAIS NO BRASIL

Há várias maneiras de narrar a história de um país. Uma visão sempre esquecida, conhecida como a “ótica dos vencidos”, é aquela forjada pelas práticas dos movimentos sociais populares, nas suas lutas, no seu cotidiano, nas suas resistências e na sua teimosia em produzir outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções. Práticas que recusam as normas pré-estabelecidas e instituídas e que procuram construir outros modos de subjetividades, outros modos de relação com o outro, outros modos de produção, outros modos de criatividade. (...) A memória histórica “oficial” é um lado perverso de nossa história, produzida pelas práticas dominantes para apagar os vestígios que as classes populares e os opositores vão deixando ao longo de suas experiências de resistência e luta, num esforço contínuo de exclusão dessas forças sociais como sujeitos que forjam a história. Pretendem com isso desconhecer, desfigurar e distorcer os embates reais dos “vencidos”, como se estes não estivessem presentes no cenário político. (ARAÚJO et al, 1995, p. 25).

Nos países da América Latina é necessário pensar que, para além das determinações advindas do campo econômico que definem a desigualdade como condição de manutenção do capitalismo, longos períodos de governos ditatoriais também são relevantes para a compreensão da fragilidade democrática evidenciada nos últimos anos. De 1964 a 1987 o Brasil viveu uma ditadura militar que culminou em um número ainda incalculável de mortos e desaparecidos e que deixou marcas profundas na sociedade brasileira. A legitimidade atribuída a instituições estatais para matar, torturar e fazer desaparecer é uma marca histórica que diversos autores apontam



como determinante para a compreensão da fragilidade da transição e construção democrática. A transição democrática no Brasil teve traços de acordo orquestrados pela elite, o que permitiu espaços para o estabelecimento da Constituição, mas que teve como tom uma reconciliação extorquida. O processo de Anistia funcionou como uma política de esquecimento, pois, além de garantir a impunidade dos envolvidos, também gerou o silenciamento das vítimas e familiares por diversos anos. Gagnebin (2010) e Gaborit (2011) apontam que seguimos pagando o preço dessa “reconciliação extorquida”, pois o direito ao esquecimento só é real diante da efetivação do direito à memória e a verdade.

Gagnebin aponta como a anistia, desde a época grega era apresentada como um processo de não lembrar para seguir, ou seja, um acordo de reconciliação com o passado para seguir em frente e reestabelecer a paz cívica e a vida comum. Trata-se de um processo de apaziguamento, de pacificação da história, tal como aquele evidenciado por Galeano (1976) em *Veias Abertas da América Latina* em relação a todo o passado da colonização latino-americana. A memória oficial é institucionalizada e o passar do tempo lhe dá a aparência de verdade:

a história oficial, com o peso que lhe confere o uso do poder e o sequestro ao qual este submete o imaginário social, indica que fatos transcorreram, quem atuou, com que motivações e como devem ocorrer as coisas no futuro, em virtude das justificativas apresentadas para o consumo popular. (...) Mais ainda, busca desvirtuar ou aniquilar esses interesses mediante dois processos inter-relacionados: o esquecimento e a suspeita (GABORIT, 201, p. 259).

O Estado é capaz de produzir e bloquear narrativas acerca de acontecimentos passados e presentes, pacificando-os através de uma omissão de seu aspecto conflituoso, ou por meio da criação da ideia de uma disputa entre “dois lados”, ou seja, um binarismo sustentado em uma moralidade específica que define vilões e vítimas. Um bom exemplo, citado por Maria Rita Kehl (2019) na conferência apresentada nos Seminários Avançados *Psicanálise e Política: o que resta da ditadura*, é acerca da ditadura. Criou-se uma ideia que havia o grupo de oposição, composto por “comunistas terroristas” que sequestravam, assaltavam bancos, e assassinavam. Diante de uma moralidade que coloca tais ações dos lados dos vilões, foi possível construir uma visão do Estado como protetor das famílias, e rememorar a ditadura como se duas forças, de iguais proporção, disputassem o palco social. Dessa maneira, ignora-se a questão principal de que a tortura praticada pelo Estado é definida como crime lesa-humanidade, ou seja, de que quem sofre tortura por parte do Estado sempre será uma vítima. A tortura é a imagem máxima do real que anula o simbólico, ou seja, ali não há margem para linguagem, é ato puro sobre o corpo. Não há dois lados nesse cenário, existe uma força desproporcional advinda do Estado, capaz de produzir traumas sociais profundos, por diversos movimentos: suspeitar, torturar, assassinar e fazer esquecer.

Não há reação mais nefasta diante de um trauma social do que a política do silêncio e do esquecimento, que empurra para fora dos limites da simbolização as piores passagens da história de uma sociedade. Se o trauma, por sua própria definição de real não simbolizado, produz efeitos sintomáticos de repetição, as tentativas de esquecer



A DESIGUALDADE DOS CORPOS E A SELETIVIDADE DA MEMÓRIA NO BRASIL PÓS-TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

os eventos traumáticos coletivos resultam em sintoma social. Quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras. (KEHL, 2010, p. 126).

O conceito de repetição e de trauma freudianos são fundamentais para compreender os sintomas sociais. Freud trabalha a partir de um modelo econômico do sistema psíquico, que diante do excesso de excitações tem o mecanismo de defesa do recalque (no caso dos neuróticos) que opera para proteger o sujeito daquilo que pode ser insuportável ou inenarrável. Um trauma então é: “uma experiência que, em curto período de tempo, aporta à mente um acréscimo de estímulo excessivamente poderoso para ser manejado ou elaborado de maneira normal, e isto só pode resultar em perturbações permanentes da forma em que essa energia opera” (FREUD, 1966, p. 283). O trauma registra então a ordem do excesso e do irrepresentável que dá origem à repetição. Enquanto a recordação está ligada à lembrança daquilo que é capaz de ser lembrado, a repetição atua movida por esses traços que foram recalcados. O sujeito repete ou atua, diante daquilo que não pode ser lembrado. A repetição entrelaça passado e presente, no entanto, não incide no campo do futuro, pois está presa ao que foi.

O “esquecimento” da tortura produz, a meu ver, a naturalização da violência como grave sintoma social no Brasil. Soube, pelo professor Paulo Arantes, que a polícia brasileira é a única na América Latina que comete mais assassinatos e crimes de tortura na atualidade do que durante o período da ditadura militar. A impunidade não produz apenas a repetição da barbárie: tende a provocar uma sinistra escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger os cidadãos e garantir a paz. (KEHL, 2010, p. 124)

Foi a partir dessa perspectiva que se desenvolveu a pesquisa de mestrado em Psicologia Social já concluída, *A sua memória agora é a minha memória: a construção da memória política e o re-estabelecimento do reconhecimento recíproco* (Oliveira, 2019). Ela teve origem nas experiências e encontros com a comunidade de Heliópolis- periferia urbana da cidade de São Paulo- enquanto a autora atuava como coordenadora de projetos no Centro Educacional Unificado (CEU) Heliópolis Profa. Arlete Persoli. Realizou-se uma *pesquisa-participante* (Montero, 2007) em um projeto de formação de oito jovens do território no campo dos direitos humanos, tendo como matriz central o resgate, compartilhamento e construção da *memória política* (Ansara, 2008) dos moradores, movimentos sociais e anistiados políticos da ditadura civil-militar brasileira. O subprojeto *Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada* era parte de um projeto maior aprovado e financiado pelo edital das Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia⁴ e proposto pelo coletivo Margens Clínicas⁵ em parceria com a União dos Núcleos e Associações dos

4. Foi para aprofundar a Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política que surgiu o Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia, que seleciona, por meio de Chamada Pública, projetos da sociedade civil para promoção de uma reparação simbólica, por meio de atenção psíquica a pessoas afetadas direta e indiretamente pela violência de Estado, ajudando a enfrentar os legados da ditadura (Ministério da Justiça, Governo Federal. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/clinicas-do-testemunho>).

5. O coletivo Margens Clínicas foi criado por alguns ex-alunos do Instituto de Psicologia da USP em parceria com colegas de outras áreas das ciências humanas. Surgiu do desejo de oferecer atendimentos psicanalíticos a vítimas da violência de Estado.



Moradores de Heliópolis e Região (UNAS), professores do Departamento de Psicologia Social da USP e a gestão do CEU Heliópolis. Nele, os oito jovens atuavam como pesquisadores da memória local e recebiam uma bolsa mensal para participarem do projeto. A pesquisa de mestrado buscava analisar o potencial do processo de construção da *memória política* protagonizada pelos jovens no re-estabelecimento relações de *reconhecimento recíproco* (Honneth, 2009) e no engajamento à participação política. Buscava-se observar se as pontes entre passado e presente geravam a desnaturalização, compartilhamento e a elaboração das experiências de violência vivenciadas pelos jovens.

A ponte e a reverberação do passado no presente foram apontadas pelos jovens pesquisadores ainda nas primeiras reuniões do projeto, por meio de uma pergunta muito interessante: o que essa impunidade pós ditadura tem a ver com a imunidade parlamentar? A ponte é extremamente coerente, já que ser parte do Estado garante lugares privilegiados no Brasil, lugares de impunidade e de relativização da tortura e violência. Hélio Bicudo, no manual do Conselho Regional de Psicologia para profissionais frente a tortura, afirma:

As convenções internacionais sobre tortura são posteriores às Ditaduras Militares, principalmente na América Latina. Eu era deputado quando se votou a lei que criminaliza a tortura no Brasil, e sentimos a dificuldade para a aprovação dessa lei, porque está na consciência geral de que a tortura não é crime. Se a tortura é uma maneira de se obter informações, é uma maneira de se combater o crime, então, por que combater a tortura? (...) Nesse sentido será a meu ver, bastante relevante que se faça uma relação entre o que aconteceu nos porões da Ditadura Militar e a lei de Anistia, promulgada em 28 de agosto de 1979. Em uma solução que poderíamos dizer de compromisso, para que não se esbarrasse em dificuldades no processo de redemocratização, entendeu-se que se tratava de uma lei de duas mãos, a favorecer vítimas e algozes. (...) Então, há de se dizer que a impunidade decretada no Brasil aos torturadores, não significa isentá-los da responsabilidade pelas atrocidades que cometeram. Não se trata apenas de um problema técnico jurídico, mas um problema ético e moral, que tem que ser ressaltado. Mesmo porque, o delito da tortura é considerado pelo Direito Internacional, imprescritível. Em remate, temos na verdade nos omitido nessa questão da Anistia aos torturadores e assassinos da Ditadura Militar. Não basta o afastamento dessas pessoas de funções públicas relevantes, porque outras funções públicas eles estão desempenhando, mas deveríamos buscar a sua responsabilização penal (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO, 2007, p. 15).

Durante a realização das entrevistas com lideranças comunitárias e da pesquisa em Heliópolis, começou a se delinear a conclusão de que há uma sensação de continuidade da ditadura no território por conta, principalmente, do cotidiano de violações que seguiu após 1985. Ainda no final da década de noventa, Heliópolis era um dos territórios mais violentos da cidade, ainda se lutava por moradia, educação e condições básicas de vida. A impunidade dos agentes do Estado quando atuam sobre os corpos, violando-os de diversas maneiras – desde revistas, agressões, até assassinatos, extermínios e desaparecimentos- é uma realidade ainda presente. Os períodos ditatoriais com certeza caracterizam tempos em que a violação dos corpos toma outras formas –



tornando a tortura como meio legítimo de ação do Estado-, mas principalmente são tempos em que todas as classes estão sujeitas a tal violência. Mas o que dizer daqueles que sofrem com a cotidiana violência através dos períodos coloniais, ditatoriais e democráticos? Aqueles que sequer podem conceber a ideia de justiça, porque não legitimaram seu sentimento de injustiça perante as ações do Estado? A pesquisa em Heliópolis, apoiada nos dados sobre Violência já apresentados, nos revelam que nos territórios periféricos do Brasil se morre mais do que em outros países em guerra. A violência e a violação são cotidianas e não cessam após a transição democrática.

A violência permanece na medida em que submete as classes menos favorecidas e grupos minoritários à exclusão social, às práticas autoritárias, bem como a ausência de políticas públicas e a própria negação de seus direitos sociais que também violam os direitos humanos. (SANTOS, 2010; SANTOS E CHAUI, 2013; BENEVIDES, 2004). “A violência é, portanto, uma modalidade de relação entre homens e grupos de homens, na qual uma das partes nega a outra algum aspecto de sua realidade humana (de seus direitos enquanto ser humano), criando com isso uma situação de injustiça (MARTIN-BARÓ, 1968/2015, p. 418, tradução nossa).”

A ausência de informações, combinada a suspeita, reverberam e provocam o rompimento de muitas relações de confiança e reconhecimento. Esse rompimento do tecido social também incide na relação entre privado e público, deixando os limites muito borrados. As ações violentas tomam outra proporção em diferentes espaços e corpos da cidade. Isso tem conexão direta com o que Martin-Baró apresenta em relação aos efeitos da guerra e a quem são as principais vítimas:

Acima de tudo, a classe social. A guerra não afeta, direta ou indiretamente, da mesma maneira os diversos setores que compõem nossa sociedade. Aqueles que, dia após dia, morrem nas frentes de batalha pertencem, em sua maioria, aos setores mais humildes de nossa sociedade, principal fonte do discriminatório recrutamento militar. São também os setores mais pobres, sobretudo os camponeses, os que mais sofrem o impacto direto do conflito bélico, o qual destrói suas habitações e arrasa seus plantios. Também são os camponeses os mais afetados pelos mecanismos de repressão, pela ação dos “esquadrões da morte” ou dos operativos militares de todos os tipos (MARTIN-BARÓ, 1984, p. 509).

A desagregação do tecido social se reflete nas diferenças existentes em relação a privacidade dos corpos tidos como desviantes das normas. A invasão e a intencionalidade da ação policial são marcas constantes no cotidiano. Chama atenção também a necessidade dos policiais militares de agir e discursar de modo violento em todos os tipos de abordagens realizadas no território de Heliópolis. Os relatos mostram que os pobres, negros e dependentes químicos são vítimas potenciais da violência:

E não por poucas razões: habitam predominantemente áreas de múltiplas carências sociais nas quais são elevados os conflitos que resultam com muita frequência em desfechos fatais compreendem majoritariamente pessoas pertencentes aos grupos desprovidos de proteção e de direitos humanos, sobretudo dos direitos econômico-sociais; são objetos de múltiplas formas de discriminação – social, religiosa, étnica, cultural etc. – o que os torna



A DESIGUALDADE DOS CORPOS E A SELETIVIDADE DA MEMÓRIA NO BRASIL PÓS-TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

alvo preferencial das agências de contenção dos crimes e da violência. Daí a hipótese, presente em vários estudos brasileiros, de que os pobres pertencem às “classes criminalizáveis”, isto é, aquelas sobre as quais recaem as suspeitas dos crimes e os rigores do controle social e das agências encarregadas de reprimir a violência. (ADORNO, 1994, p.6)

Durante a realização do projeto *Memórias e Resistências*, diversos relatos sobre experiências de violência com o Estado foram emergindo e coincidiam com a perspectiva de uma maior incidência de violações contra os negros. É interessante destacar que desde o primeiro encontro realizado uma das hipóteses que tínhamos se confirmava: quando falávamos sobre o período da ditadura, descrevendo a violência de Estado, a tortura e a censura, os jovens automaticamente relacionavam à violência da polícia no presente e, por fim, à violência dentro das escolas. Percebia-se que alguns tipos de violações eram tão recorrentes que ganhavam naturalidade, ou seja, depois de certo tempo algumas das experiências de violência passam a ser tratadas como parte da vida. Lucas⁶ conta sobre um dos espaços em que acontece semanalmente o baile funk:

No wifi é o inferno, tem tropa de choque, bala de borracha. Primeira vez que fui nem consegui dormir. Eles preferem chegar e dar tiro.

(informação verbal de reunião do grupo durante o segundo semestre de 2016)

Ou seja, no espaço das ruas em que se vive o lazer semanal dos jovens da comunidade e de fora, a ação recorrente é de violência extrema. E isso ocorre semanalmente, como foi reforçado pela maior parte dos jovens. Luis contou que viveu uma abordagem policial junto a um amigo apenas por estar escutando funk nas ruas de Heliópolis. Ressalto um dos relatos feitos por ele logo no início do projeto. Luis é um jovem negro e foi o que mais trouxe relatos sobre abordagens policiais. Falando sobre a primeira experiência de ser enquadrado⁷ pela polícia, ele ri contando sobre o chute que o policial deu entre as suas pernas:

Meu primeiro enquadro, eu ainda não tava acostumado. Eu aprendi depois. Chutou as duas, quase abri um spacate (ri). Sim, Sr. Não, Sr. Tinha sangue nos olhos, disse que ia me ensinar a posição certa.

(informação verbal de reunião do grupo durante o segundo semestre de 2016)

E então há um aprendizado envolvido, uma adaptação necessária do jovem a essa realidade. Um aspecto recorrente que permeava os discursos é que a adaptação deve vir da parte do jovem periférico, não há, inicialmente, esperança ou mesmo dúvida sobre a coerência da ação policial. A brutalidade passa a não gerar mais surpresa ou espanto, a risada toma um aspecto de defesa diante de experiências sobre as quais se vê pouca margem para transformação. Seus corpos, nos diferentes espaços da cidade, devem variar de postura, obedecendo a regras, compartilhadas e enunciadas até pelos próprios familiares, como forma de proteção.

6. Todos os nomes utilizados são fictícios para proteção dos jovens.

7. Enquadro é o nome que se dá a abordagem e revista policial.



CORPOS INCIRCUNSCRITOS E CORPOS DESUMANIZADOS

Caldeira (2000) em *Cidade de Muros* analisou a brutalidade e a intimidação envolvidas nas ações da Polícia Militar. Segundo sua análise alguns corpos se tornam incircunstritos: corpos violáveis, para os quais não existe o privado e nem proteção de direitos. As experiências de enquadro, revistas e a brutalidade dos assassinatos revelam o apagamento desse limite e proteção ao corpo:

O corpo é concebido como um locus de punição, justiça e exemplo no Brasil. Nos corpos dos dominados – crianças, mulheres, negros, pobres ou supostos criminosos – aqueles em posição de autoridade marcam seu poder procurando, por meio da infligência da dor, purificar as almas de suas vítimas, corrigir seu caráter, melhorar seu comportamento e produzir submissão. (...) Por um lado, o corpo incircunscrito não tem barreiras claras de separação ou evitação, é um corpo permeável, aberto à intervenção, no qual as manipulações de outros não são consideradas problemáticas. Por outro lado, o corpo incircunscrito é desprotegido por direitos individuais e, na verdade, resulta historicamente da sua ausência. No Brasil, onde o sistema é publicamente desacreditado, o corpo (e a pessoa) em geral não é protegido por um conjunto de direitos que o circunscreveriam, no sentido de estabelecer barreiras e limites à interferência ou abuso de outros (CALDEIRA, 2000, p. 370).

E nesse apagamento de limites se instaura uma ambiguidade notável em relação a visibilidade e a invisibilidade desses corpos. Se, por um lado, suas existências e seus corpos são marcados pela invisibilidade diante de certas instituições estatais e de grupos das elites, por outro, a visibilidade em alguns espaços e instituições parece apenas garantir que seus corpos possam ser violados. O que se torna melhor: passar continuamente despercebido ou ser continuamente percebido como ameaça e como corpo violável? O que define os corpos que serão cuidados e preservados e aqueles que podem ser destruídos? O que nos torna humanos?

Em *Vidas Precárias*, Judith Butler (2011) reflete sobre o que nos vincula eticamente à alteridade, ao Outro compreendido como as pessoas marcadas por vidas precárias. Segundo ela, esse vínculo emerge apenas quando reconhecemos a humanidade deste Outro sob ameaça, o que é construído através da imagem do *rosto* que exprime o irrepresentável, tema e termo resgatado de Levinas. Por meio da exploração e da divergência do rosto personificado, versus esse outro *rosto* emerge a problemática da representação do Outro em nossos tempos midiáticos, quando frequentemente não nos permitem ver a alteridade ou a apresentam de forma a impedir nossa identificação com ele(a). Na argumentação de Butler, a representação da alteridade constitui-se em um meio de humanização/des-humanização, de reconhecimento do vínculo ético-moral com o Outro ou de justificativa para sua eliminação. Ela revela como a mídia ao personificar e representar a guerra através de rostos estampados em jornais e revistas, por exemplo, acaba por eliminar a perda existente nesses rostos e a precariedade da vida. O humano não precisa ser representado pelo rosto: segundo Levinas, para uma representação exprimir o humano ela deve justamente falhar e demonstrar a sua falha em representá-lo, exprimir que o que o faz ser



humano é o irrepresentável. Não é possível, nos casos da mídia, escutar o *rosto* através do rosto. Esse rosto mascara o sofrimento humano e a precariedade da vida. Se desfaz a percepção da perda que existe na guerra. E esse desfazer da percepção da perda – a insensibilidade humana à dor e ao sofrimento – torna-se o mecanismo por meio do qual a desumanização se consuma. Este desfazer da percepção não se consuma nem dentro, nem fora da imagem, mas através da própria moldura que contém a imagem. Diante dos rostos veiculados nas mídias, em programas como Brasil Urgente do apresentador Datena, o poder normativo opera de duas formas distintas para que se estabeleça uma relação de desumanização e, conseqüentemente, de possibilidade de violência: opera produzindo uma identificação simbólica do rosto com o inumano, por meio da forclusão de nossa apreensão do humano na cena; ou funciona por meio de um apagamento radical, como se nunca tivesse existido um humano, nunca houvesse existido uma vida ali, e, portanto, nunca tivesse acontecido nenhum homicídio ou violação. Assim, certas mortes não são representadas e se desfaz a percepção de perda, inaugura-se uma insensibilidade humana à dor e ao sofrimento. O sofrimento teria a possibilidade de produzir uma experiência de humildade, de vulnerabilidade e de dependência e tudo isso pode se tornar um recurso à humanidade, se não achamos a necessidade de resolvê-las muito facilmente. Por meio da constatação e contato com a vulnerabilidade do Outro, pode-se sair do lugar de regeneração das justificativas para a guerra e para a violência. Para Butler, trata-se de uma luta ética contra os próprios impulsos homicidas e, ao mesmo tempo, uma apreensão do sofrimento dos outros que leva à compreensão do sofrimento que é capaz de infligir:

Fomos deslocados do rosto, algumas vezes através da própria imagem do rosto, este que é feito para expressar o inumano, o que já está morto, aquele que não é precariedade e, portanto, não pode ser morto. Não obstante, esse é o rosto que somos convocados a matar, como se livrando o mundo desse rosto nos faria voltar ao humano em vez de consumir nossa própria inumanidade (BUTLER, 2011, p.32).

Judith Butler, dessa forma, apresenta como outras produções simbólicas da nossa sociedade (tal como a mídia) tem reforçado a desumanização, por meio de um discurso de “humanização” das vítimas. A exibição constante do sucesso, das tecnologias que buscam fornecer-nos um reconhecimento imediato, acabam por gerar uma maior desumanização, afastando-nos da constatação dessa precariedade essencial, de um contato que nos tornaria mais capazes de humanizar os diversos corpos em sua alteridade. Ou seja, os diversos instrumentos ideológicos definem os corpos que pesam e aqueles que se tornam descartáveis. Mesmo quando as mídias estampam os rostos de Heliópolis, fazem de forma a não operar uma humanização daqueles corpos, e isso fica ainda mais dificultado quando esses corpos fogem aos imperativos categóricos, ou seja, se são de mulheres, negros, periféricos, LGBTs. O corpo, para Butler, é marcado constantemente pelas práticas discursivas e é nele que se operam o controle ou a subversão, mas, para tal transformações, também é necessário criar linguagem e discurso que abarque as forclusões, ou seja, esses apagamentos radicais operados na construção das identidades.



De encontro à reflexão de Judith Butler sobre a desumanização causada pelo rosto, aparece a de Maria Rita Kehl em relação aos corpos torturados. Kehl se debruça em entender também a capacidade de um torturador executar seu ato e cindir qualquer humanidade naquele sujeito, separando corpo e mente ou corpo e espírito.

A tortura refaz o dualismo corpo/mente, ou corpo/espírito, porque a condição do corpo entregue ao arbítrio e à crueldade do outro separa o corpo e o sujeito. Sob tortura, o corpo fica tão assujeitado ao gozo do outro que é como se a “alma” – isso que, no corpo, pensa, simboliza, ultrapassa os limites da carne pela via das representações – ficasse à deriva. A fala que representa o sujeito deixa de lhe pertencer, uma vez que o torturador pode arrancar de sua vítima a palavra que ele quer ouvir, e não a que o sujeito teria a dizer. Resta ao sujeito preso ao corpo que sofre nas mãos do outro o silêncio, como última forma do domínio de si, até o limite da morte. E resta o grito involuntário, o urro de dor que o senso comum chama de “animalesco”. Por que animalesco, se é um homem que urra? Talvez porque o grito de dor não represente mais o sujeito/homem, mas apenas o que agora nele é carne em sofrimento. O urro de dor não é mais expressão do sujeito – assim como a palavra extorquida pelo torturador também não. Mas talvez seja um mero preconceito chamar de animalesca a expressão extrema desse homem-corpo. Talvez ele evoque o terror a tal ponto que seja conveniente considerá-lo animalesco para não correremos o risco de nos identificar com ele. (KEHL, 2004, p.11)

A frase “são animais!” não raramente é escutada para se referir àqueles que cometem crimes. Tal afirmação garante um distanciamento e a impossibilidade de qualquer identificação com esses corpos. Na reflexão da autora, no mesmo campo dos torturadores entram os policiais que se tornam capazes de chacinar e espancar corpos. Os autos de resistência, como modo de esquecer e apagar tais crimes, sustentam ainda um apagamento das memórias e a suspeita.

A PERVERSÃO DA SUSPEITA VERSUS O DIREITO À MEMÓRIA

É importante destacar que fazer memória não é questão de construir ou reconstruir o passado, ainda que esse último seja de enorme importância para os que não tiveram voz sendo, portanto, necessário. É questão de esboçar possibilidades e de articular presenças e diálogos, cuja meta principal é a reconciliação e a reparação do tecido social (GABORIT, 2011, p. 259).

A violência de Estado perpetuada contra a juventude periférica se sustenta pela construção da suspeita e do esquecimento. Famílias passam anos às voltas com o significante “o bandido”, esse que justificaria a violência e o assassinato. Ainda como nos aponta Caldeira (2000), a sociedade brasileira com sua legitimação da vingança e do punitivismo, criou o slogan “bandido bom é bandido morto”, que reforça essa mesma suspeita, pois admite que, em caso de serem bandidos, a morte seria justificada. São processos ideológicos sobrepostos, um primeiro de instaurar a suspeita e deslegitimar o discurso e os laços de confiança no interior da família



e dessa com a sociedade, e outro que sustenta que, já que o sistema judicial tem falhas, pode-se fazer “justiça com as próprias mãos”. A crueldade é indescritível, pois dá margem à desconfiança, fazendo famílias e amigos viverem um estranhamento e considerarem desconhecer aqueles com quem conviviam cotidianamente em suas casas. Trata-se de um mecanismo perverso que rompe processos de solidariedade e cria o isolamento nas vítimas. Essa mesma suspeita incide sobre toda a família, rompendo até mesmo o reconhecimento da vítima como merecedor da estima familiar. A dureza com que a política trata as famílias e o lugar que as colocam aprofunda esse processo de estilhaçamento e rompimento. Ao mesmo tempo em que surge revolta em relação ao tratamento recebido pela polícia, também se sustenta a suspeita no interior do discurso. Assim é representado em uma das falas das mães dos jovens atendidos pelo serviço de medidas educativas em Heliópolis durante um grupo focal na pesquisa de pós-doutorado de Soraia Ansara (2014):

(...) o caso do meu filho, eu não fui atendida na delegacia como um ser humano, como uma pessoa honesta. Porque o meu filho errou eu sou tratada como ele foi tratado, é o que eles falam, seu filho é bandido, você é mãe de bandido. Eu acho que isso não é coisa pra eles chegar e falar. Eu como mãe eu não vou falar pro meu filho roubar, eu ensino o que é certo, o que é direito que é com honestidade, é trabalhando que a gente consegue as coisas da gente, tem que ter paciência! Meu marido começou a trabalhar desde os 10 anos de idade. Quando ele veio conseguir comprar um carro pra ele, foi há seis anos atrás. Ele não teve paciência, pra comprar, pra trabalhar, pra juntar o dinheiro, dá uma entrada, ficar pagando prestação? Porque que hoje os filhos da gente querem só andar com roupa de marca, com tênis de marca e não tem paciência de esperar pra trabalhar, pra poder comprar, porque a gente que é pai e mãe não pode. Se você tem dois, três filhos você não pode comprar um tênis de marca, porque pra você comprar pra um, você tem que comprar pro outro, então eles têm que ter paciência e querer aquilo que a gente que é pai e mãe pode dar. Mas, eles escutam o que a gente fala? Não escuta. Eles vão atrás dos amigos, quer vestir a roupa que o amigo lá tá vestindo, não importa a maneira que tá conseguindo aquela roupa. Aí a gente chega na delegacia e a gente é tratada como lixo! (...) Do jeito que ela falou pra mim parece que foi, assim que eu entendi, né. Não tem educação pra falar com a gente, não respeita, fala cada coisa assim que você fica, Nossa!. E a gente tem que ficar calado, esperar a boa vontade deles. Nossa! Eu fui perguntar pra, acho que era carcereira, uma senhora que tava lá, sei lá o que ela é, o que é que tinha acontecido, ela mandou eu calar a boca porque ela não fala com família de ladrão. Como seu eu fosse também (M3) (ANSARA, 2014, p. 54, grifos nossos).

Com o estigma do bandido e da família de bandido/ladrão se justifica o tratamento desumano nas delegacias. Esse poder é instituído a partir do silenciamento dessas famílias, como destacado no trecho: a polícia não deixa eles falarem. Esse silenciamento repercute indefinidamente, pois faz com que os familiares não se sintam possuidores do direito à palavra e à memória. Do lugar de suspeita vem a necessidade daqueles que são ameaçados e invadidos de se defenderem utilizando significantes relacionados à trabalho, esforço, dignidade, honestidade, entre outros, para se oporem àqueles relacionados ao “bandido”, que seria, como já afirmado, aquele que perde a humanidade podendo ser violado:



A DESIGUALDADE DOS CORPOS E A SELETIVIDADE DA MEMÓRIA NO BRASIL PÓS-TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

M3-Pegam os meninos e jogam na parede. Ah é assim, que nem barata, joga na parede? ‘Senhora é uma abordagem’. Ah, e abordagem é assim? Chega chutando, metendo o pé e jogando na parede? ” Vai reclamar com seu chefe, chefe de que? Aqui ninguém é bandido! Ele (o filho) acorda 4 horas da manhã porque trabalha na padaria. Ah faça o favor! Vocês tão em lugar errado. (ANSARA, 2014, p. 58)

Tal perversão torna evidente a necessidade de luta pelo direito à memória. A memória dos que são presos e assassinados, deve seguir acompanhada de afeto e indignação. A tentativa de entender a origem da violência e justificá-la muitas vezes conduz a uma seleção das memórias preservadas. Conforme apresentado no item 1 a persistência das marcas ditatoriais incide de forma a naturalizar diversas práticas de violação por parte dos aparatos estatais. O apaziguamento e a pacificação da memória do passado abrem feridas no tecido social, mas o processo de desideologização da memória ou de construção de memória política pode ser analisado justamente como esse que busca romper com esses aspectos, operando por meio de uma coletividade. A pesquisa de mestrado desenvolvida pela autora, para além do diagnóstico do presente, identificou práticas eficientes de reparação do tecido social no interior de nosso arranjo social, econômico e cultural. Práticas essas que ocorrem espontaneamente, mas que podem ser potencializadas e/ou criadas como um caminho para o reestabelecimento de reconhecimento recíproco e construção de memória política. Gagnebin trabalha esse resgate da memória e da narração do passado articulados a dois termos: o primeiro utilizado por Adorno (1995), *Aufklärung*, que é traduzido como esclarecimento, e o segundo, utilizado por Freud, *Durcharbeitung*, que é traduzido como trabalho de elaboração e luto. A autora destaca que ambos tratam de uma luta contra a repetição e ressentimento. Ou seja, ambos falam da criação de instrumentos que evitam que a repetição aconteça, mesmo que sob novas formas, como é o caso da exclusão e do genocídio.

O que tratamos aqui por elaboração psicossocial encontra-se justamente no interstício entre o trabalho de elaboração e o esclarecimento. Trata-se de um processo dialético que ocorre apenas por meio da intersubjetividade e envolve a representação daquilo que antes era inenarrável ou insuportável, de modo a articular experiências e gerar esclarecimento sobre as condições objetivas que o tornaram possível. É um processo de reparação do tecido social, rompido por experiências traumáticas de violência ou violações de direitos. Assim, diante do diagnóstico do presente, que sugere o rompimento de relações de reconhecimento recíproco, por conta da desconfiança e do isolamento causado pela própria ação e estrutura estatal, evidencia-se a necessidade de processos que promovam elaboração psicossocial, essa que não é pautada nem no perdão individual, nem mesmo na reconciliação. É a elaboração que envolve recuperação da crença na coletividade e que acontece em meio a ela.

A experiência de violência evoca silenciamentos e isolamentos e, muitas vezes perde-se a crença nos grupos e a confiança nos pares. A elaboração psicossocial trata tanto da dimensão psíquica, reconhecendo que a lembrança insiste em retornar e necessita de elaboração do indivíduo por meio de uma representação a nível consciente. Mas, principalmente, ela é social, porque tem a função de costurar as feridas e reestabelecer o tecido social que fundamenta toda



experiência de coletividade e de política, inclusive. Por isso, a elaboração psicossocial também traz a dimensão da criação da esfera pública, porque é a restauração do espaço político, no qual há espaço para o diverso e para o conflito, onde não se instaura silenciamento, e principalmente, no qual existe confiança. Tal como nos aponta Gagnebin: “uma tarefa de análise deveria produzir instrumentos de reflexão para esclarecer também o presente, para evitar a repetição incessante, sob novas formas, das políticas de exclusão e de genocídio: “direcionar seu pensamento e seu agir de tal forma que Auschwitz não se repita, que nada de semelhante aconteça” (GAGNEBIN, 2010, p. 184).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante pensar que, por muitos anos, a universidade pública consolidou um lugar de destaque no palco social, como o espaço de produção do saber científico que, segundo muitos pesquisadores, afastava-se do senso comum e trazia análises verdadeiras sobre a realidade. No último ano, a universidade e a produção científica foram brutalmente atacadas por meio do projeto Future-se, da PL 4992/2019 e dos enormes cortes nos repasses às agências de financiamento federais (Capes e CNPQ). Esse conjunto de medidas compromete a autonomia universitária e fragiliza muito a produção científica e seu compromisso social, baseado no tripé fundamental do ensino, pesquisa e extensão. Diante desse cenário, nota-se que muitos dos acadêmicos novamente tentam proteger-se levantando como destaque a separação entre o senso comum (de onde viriam as críticas e ataques) versus o conhecimento científico. Seria reducionista dizer que toda a academia se identifica com essa distinção ou se apoia nela, mas, se alguns partidos políticos são acusados de pecar por seu distanciamento das bases, talvez a academia também possa refletir sobre sua posição. Se uma grande parte da população vê as universidades e a ciência como questionável e distante, isso se deve também ao postulado citado no início do parágrafo. A universidade deve entrar nas disputas do palco social, sem recuar, mas escolhendo aliados e colocando-se lado a lado aos corpos que estão sendo mais diretamente atacados nesse momento, e que hoje, mais do que nunca, também estão no interior das universidades. A academia deve também sair de sua zona de conforto e repensar o que entende por senso comum, ciência e produção acadêmica. A produção partilhada do conhecimento (BAIRON, 2017) e a construção da memória política (ANSARA, 2008) são alguns caminhos possíveis. Ambas têm como centro as classes populares e minorias como produtoras de conhecimento e de memória não hegemônica.

Mesmo o Brasil sendo um país de memórias roubadas, de perdões extorquidos e de tradições renegadas, é também o país das revoltas, das rebeliões, da luta, da criatividade, dos tambores e dos corpos que pulsam. São diversos os corpos que viveram e vivem a luta em seu dia a dia; luta pelo reconhecimento de sua identidade, de sua história, e também de suas memórias. Luta pela liberdade, pela democracia, pelos direitos humanos ou, simplesmente, por uma vida digna. Um passado que se une a um presente de violações ao nível de um país ou ao nível de um



indivíduo deixa feridas, marcas e traumas. O grande espaço de elaboração e de reconhecimento dessas feridas parece ser o coletivo. Por essa razão, é essencial que sigamos privilegiando experiências que reforçam a consolidação da esfera pública; que privilegiam o diálogo e o diverso, unindo corpos e construindo memória.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, S. Violência, um retrato em branco e preto. In: Alves, M.L; Martins; Ângela Maria; & Grossbaum, E. *Violência, um retrato em branco e preto*. 21, 17-26, São Paulo, 1994.

ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado. In ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANSARA, Soraia. Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 31-56, jun. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 mar 2019.

_____. Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 31-56, jun. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 mar. 2019.

_____. *Memória Política e Direitos Humanos: resistência e luta de grupos oprimidos contra a violência do Estado, Relatório de Pós-Doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política*, EACH-USP, 2014.

ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida et al.. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*. Pernambuco: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

BAIRON, Sérgio. A habilitação do senso comum nas esferas heterárquicas da produção de conhecimento: o entorno cultural palinódico. In: Di Felice, Massimo (org.). *Net-ativismo: Redes digitais e novas práticas de participação*. São Paulo, Papirus, 2017.

BENEVIDES, M. V. Cidadania e Direitos Humanos. In. Carvalho, J.S. *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. (p. 43-65). Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

BENTO, M. A. S., & BEGHIN, N. *Juventude negra e exclusão radical*. IPEA, 2005.

BENJAMIN, Walter, GAGNEBIN, Jeanne Marie e ROUANET, Sérgio Paulo. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam. In *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

BUTLER, Judith. Vida Precária. *Revista Contemporânea*. Ufscar, 2011. Disponível em <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3>



A DESIGUALDADE DOS CORPOS E A SELETIVIDADE DA MEMÓRIA NO BRASIL PÓS-TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

- KEHL, M. Prefácio: Três perguntas sobre o corpo torturado. In: KEHL, Ivete; TIBURI, Marcia (Orgs.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004.
- KEHL, M. Tortura e sintoma social. In: O que resta da ditadura : a exceção brasileira / Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.). - São Paulo : Boitempo, 2010.
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34, 2000.
- CARVALHO, Salo. Política de guerra às drogas na América Latina: entre o direito penal do inimigo eo estado de exceção permanente. *Revista Crítica Jurídica. Revista Latinoamericana de Política, Filosofia y Derecho*, n. 25, 2006. <http://dx.doi.org/10.22201/ceiich.01883968p.2006.25tomo3.16749>
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. O Profissional diante da situação de tortura / Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. – São Paulo: CRP/SP, 2007.
- FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro, Imago, v. 12, p. 163-171, 1914.
- _____. Fixação em traumas – o inconsciente. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1966. v. XVI.
- GABORIT, M. *Memória histórica: reverter a história a partir das vítimas*. Psicologia social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação, 245-276, 2011.
- GAGNEBIN, J. M.. *Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur*, Estud. av. vol.11 no.30 São Paulo May/ Aug, 1997
- _____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- _____. *O preço de uma reconciliação extorquida*. In: TELLES, E.; SAFATLE, V. (orgs.). O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976
- _____. *Celebração das contradições/2: o livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- HABERMAS, J. *Teoria do Agir Comunicativo*. Vols I e II. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.
- HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento: a gramática social dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2018*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.
- MARTIN-BARÓ, Ignacio. Guerra y salud mental. *Estudios Centroamericanos*, 39(429-30), 503-514, San Salvador: Universidad Centroamericana José Simeon Cañas Ed, 1984.



A DESIGUALDADE DOS CORPOS E A SELETIVIDADE DA MEMÓRIA NO BRASIL PÓS-TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

_____. Los cristianos y la violencia. *Teoría y Crítica de la Psicología* 6 (2015), México, p. 415-456 (1968/ 2015). Recuperado de <http://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/70/46>

_____. La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial. *Revista de Psicología de El Salvador*. 9 (35), p. 89-108. San Salvador: El Salvador, 1989

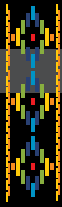
MONTERO, M. *Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria*. Buenos Aires. Paidós, 2007.

OLIVEIRA, Beatriz B. *A sua memória agora é minha memória: a construção da memória política e o re-estabelecimento do reconhecimento recíproco*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo), 2019. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11072019-104655/pt-br.php>

PINHEIRO, P., IZUMINO, E., & FERNANDES, M. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). *Revista USP*, (9), 95-112, 1991. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i9p95-112>.

SANTOS, Cecília MacDowell. Memória na Justiça: A mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 88, p. 127-154, 2010.

SANTOS, B.S e CHAUI, M. *Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo, SP: Cortez, 2013.



PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM DEBATE

A "VELHA POLÍTICA" NÃO FUNCIONA?

PRESIDENCIALISMO DE COALICIÓN EN DEBATE

¿NO FUNCIONA LA "VIEJA POLÍTICA"?

COALITION PRESIDENTIAL ISM IN DEBATE

DOESN'T THE "OLD POLITICS" WORK?

LUANA FORLINI

Mestranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
luana.forlini@gmail.com



PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM DEBATE: A “VELHA POLÍTICA” NÃO FUNCIONA?

RESUMO

Desde o começo de seu mandato, bem como durante a campanha eleitoral em 2018, o atual presidente Jair Bolsonaro apresenta uma narrativa de combate ao que ele chama de velha política, a qual seria vista, em linhas gerais, como a troca de favores entre Executivo e Legislativo. Essa velha política também é associada a como o sistema político brasileiro funcionou até então, nas bases do presidencialismo de coalizão. Entretanto, quando voltamos aos trabalhos sobre a coalizão no sistema presidencialista vemos que não há razão para que ela seja posta como algo pernicioso e que, na realidade, o seu funcionamento é muito parecido com a coalizão no sistema parlamentarista. Portanto, o objetivo desse artigo é resgatar os argumentos desses trabalhos e demonstrar que a coalizão no presidencialismo funcionou de maneira estável.

Palavras-chaves: Presidencialismo; Coalizão; Parlamentarismo;

RESUMEN

Desde el comienzo de su mandato, así como durante la campaña electoral en 2018, el actual presidente Jair Bolsonaro ha presentado una narrativa sobre la lucha contra lo que él llama vieja política, que sería, en general, el intercambio de favores entre el Ejecutivo y Legislativo. Esta vieja política también está asociada con el funcionamiento del sistema político brasileño hasta entonces, sobre la base del presidencialismo de coalición. Sin embargo, cuando volvemos al trabajo sobre la coalición en el sistema presidencial, vemos que no hay ninguna razón por la que deba considerarse algo pernicioso y que, en realidad, su funcionamiento es muy similar al de la coalición en el sistema parlamentario. Por lo tanto, el propósito de este artículo es recuperar los argumentos de estos trabajos y demostrar que la coalición en el presidencialismo trabajó de manera estable.

Palabras clave: Presidencialismo; Coalición; Parlamentarismo

ABSTRACT

Since the beginning of his government, as well as during the election campaign in 2018, the current President Jair Bolsonaro has presented a narrative of combating what he calls old politics, which would be seen, in general, as the exchange of favors between the Executive and Legislative. This old policy is also associated with how the Brazilian political system worked until now, on the basis of coalition presidentialism. However, when we turn to the work on the coalition in the presidential system, we realize that there is no reason why it should be considered something pernicious and, in reality, its functioning is very similar to the coalition in the parliamentary system. Therefore, the purpose of this article is to retrieve the arguments of these works and demonstrate that the coalition in presidentialism worked in a stable manner.

Keywords: Presidentialism; Coalition; Parliamentarism



INTRODUÇÃO

Desde o começo do governo de Jair Bolsonaro, atualmente sem partido, as divergências entre o Executivo e o Legislativo são noticiadas quase diariamente. Um exemplo foi quando ele discutiu publicamente com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia dos Democratas (DEM), no contexto das negociações sobre a Reforma da Previdência¹ e, mais recentemente, Bolsonaro foi acusado de ter convocado manifestações contra o Congresso².

Na narrativa do governo, os embates com o Congresso seriam frutos de uma tentativa, por parte de Bolsonaro, de criar uma nova política, em detrimento da velha, baseada na corrupção e na troca de favores entre o Executivo e o Legislativo. Essa velha política pode ser vista como a maneira que o sistema brasileiro funcionou até o momento, através do presidencialismo de coalizão. A própria formação e manutenção da coalizão são analisadas, frequentemente, como algo pernicioso para as instituições e a política brasileira.

Entretanto, quando nos voltamos para os estudos da coalizão no sistema presidencialista há evidências suficientes de que ela funcionaria de maneira muito parecida, guardada as diferenças, com a coalizão dos sistemas parlamentaristas. Não haveria razão, nesse sentido, para argumentar que ela seria a causa de corrupção e de instabilidade da política; ou, como no discurso utilizado por Bolsonaro, que estaria posto a necessidade de criação de uma nova política.

O objetivo desse artigo é, através do resgate e análise da bibliografia que trata sobre a coalizão, desconstruir a narrativa de que a velha política, aqui tratada como sinônimo do presidencialismo de coalizão, seria o que provocaria os problemas já mencionados da política brasileira e que ela não funcionaria. Para tanto, utilizamos os textos de autores como Figueiredo e Limongi (2017), Cheibub e Limongi (2010) e Freitas (2016).

Além dessa breve introdução, o artigo conta com duas seções e uma consideração final. Na primeira seção tratamos sobre o debate anterior aos estudos que colocam as coalizões no presidencialismo e no parlamentarismo nas mesmas bases, quando ainda estava consolidado uma bifurcação entre os dois sistemas. Já na segunda seção é feita uma revisão dos trabalhos que compreendem a coalizão no presidencialismo como similar a do parlamentarismo, focando no caso do Brasil.

O PARLAMENTARISMO VERSUS PRESIDENCIALISMO

Por muito tempo a literatura que abordava as relações entre os dois poderes, o Executivo e o Legislativo, se dividiu entre aquela que estudava o parlamentarismo e aquela que se voltava para o presidencialismo. Isso ocorria porque havia entendimento de que esses dois sistemas te-

1. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/previdencia-expoe-dura-relacao-entre-rodrigo-maia-e-bolsonaro/>> Acesso em 11 mar. 2020.

2. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/oposicao-reage-a-video-em-que-bolsonaro-convoca-para-ato/>> Acesso em 11 mar. 2020.



PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM DEBATE: A “VELHA POLÍTICA” NÃO FUNCIONA?

riam princípios diferentes e que, portanto, não poderiam compartilhar de análises que partiam de um mesmo ponto. De um lado, o parlamentarismo seria pautado na cooperação, formando um sistema de dependência mútua entre os poderes. De outro lado, o presidencialismo teria o conflito como sua base, sendo um sistema de independência mútua entre os poderes (Cheibub, Limongi, 2010).

A relação conflituosa (ou de cooperação) entre o Executivo e o Legislativo é, inclusive, uma das questões relevantes dentro dos chamados modelos de segredo eficiente e ineficiente. Cox (1987), ao analisar as reformas ocorridas no sistema político britânico ao longo do século XIX, percebeu que houve o aumento de poderes legislativos do Executivo e que este passou a controlar a agenda política frente ao Parlamento. Aconteceu, então, uma fusão entre os dois poderes, ou seja, entre o Executivo e o Legislativo, sendo que o primeiro prevaleceu.

Antes das reformas supracitadas, os parlamentares preocupavam-se em aprovar projetos que seriam benéficos somente aos seus eleitores, agindo de maneira paroquial. Porém, com a centralização da agenda nas mãos do Executivo, os parlamentares viram seu espaço de manobra para a aprovação de projetos diminuir e passaram a ter que recorrer justamente ao Executivo para isso acontecer.

Como consequência, os parlamentares começaram a se preocupar mais com projetos que fossem nacionais ao invés de concentrados para seus eleitores, o que acarretou uma mudança no comportamento desses últimos que, a partir disso, passaram a votar nos partidos pensando em sua agenda nacional e em quem será o primeiro-ministro. Além disso, a disciplina partidária aumentou, já que os parlamentares perceberam que as políticas propostas pelos seus partidos eram de extrema importância para continuarem no cargo. Esse é o segredo eficiente (Cox, 1987).

Ao estudar o sistema presidencialista, Shugart e Carey (1992) argumentam que, diferente do sistema parlamentarista, nele o Executivo e o Legislativo são poderes concorrentes com agendas diferentes. Enquanto o primeiro possui uma agenda nacional, já que é eleito em eleição majoritária, o segundo emprega uma agenda com interesses paroquiais, sendo eleito por eleição proporcional. Isso quer dizer que, durante o período eleitoral, os candidatos ao congresso não apresentam ao eleitorado projetos claros de alcance nacional, sendo motivados a levar benefícios somente aos seus eleitores com a finalidade de permanecerem no cargo, e que a disciplina partidária é fraca. Por isso, em contraponto a Cox, os autores cunharam o termo segredo ineficiente.

Quando olhamos para o momento de formação do governo, os dois sistemas também apresentariam diferenças importantes. No sistema parlamentarista, o governo só se forma quando os partidos se aliam e conseguem mais de 50% das cadeiras no Legislativo. Como é muito difícil algum partido sozinho conseguir a maioria, é necessário formar uma coalizão. Os momentos de nascimento e de fim de uma coalizão são muito caros para os estudos que analisam o parlamentarismo, deixando muitas vezes de lado a manutenção e o governo da coalizão em si: “A principal função dos Parlamentos é criar ou destruir governos” (Laver, 2006 apud Cheibub, Limongi, 2010, p. 40, tradução nossa).



PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM DEBATE: A “VELHA POLÍTICA” NÃO FUNCIONA?

Nesse sentido, obter a maioria para formar o governo é a ação primordial dentro dos Parlamentos e, por isso, governos minoritários seriam frutos de um mal funcionamento do sistema, seja por fragmentação ou por uma polarização extrema. Ainda, de acordo com Cheibub e Limongi (2010, p. 40, tradução nossa):

O tipo de governo que surge no processo de formação importa por causa da sua duração. Governos minoritários são produtos de uma situação caracterizada por fragmentação e polarização, por isso eles são mais instáveis e ingovernáveis (...) As coalizões governamentais são os fenômenos políticos verdadeiramente interessantes. Afinal, elas se baseiam em uma barganha precária entre partidos sobre como dividir os ônus do governo e definir as principais políticas. Elas são frágeis no sentido que podem terminar por causa de maiores ou menores problemas (...)

Nos sistemas presidencialistas o Executivo se origina diretamente no momento da eleição e, por isso, não teria que se preocupar com o apoio do Legislativo e em formar maioria nele. Além disso, diferentemente do parlamentarismo que apresenta mecanismos como o voto de confiança que pode destituir o primeiro-ministro, o presidente possui tempo de mandato pré-definido, ou seja, tanto a formação de uma coalizão, quanto sua duração, não eram temas vistos como relevantes.

De acordo com Linz (1994), autor que estudou como as divergências entre Executivo e Legislativo causaram crises nas democracias latino-americanas, como a sobrevivência do presidente não depende do Legislativo, assim como os congressistas não dependem do primeiro para obter e manter seus cargos, são poucos os incentivos para se formar coalizões. Outro fator que enfraqueceria a possibilidade de uma coalizão seria o grande poder que o presidente tem frente ao Legislativo, como por exemplo decretos e vetos, o que superestimaria a capacidade deste de governar sozinho, burlando o Congresso.

Interessante notar que em ambas áreas de estudo, o sistema parlamentarista e o sistema presidencialista, o que prevalecia era uma visão *office-seeking*. Nela, os atores políticos estão preocupados, em última instância, em conseguir e manter seus cargos e, nesse sentido, os partidos agem com o intuito de conquistar mais votos o possível para aumentar suas chances de estarem no Executivo. Isso é resumido, segundo Laver e Schofield (1998, p. 36, tradução nossa), na famosa frase de Anthony Downs “Partidos formulam políticas para vencer eleições, ao invés de ganhar eleições para formular políticas”.

Em suma, os sistemas parlamentarista e presidencialista teriam princípios diferentes, sendo o primeiro baseado na cooperação entre os poderes e, o segundo, no conflito. Por ser a partir do Legislativo a formação do Gabinete, sendo que este só é formado com a maioria, nas democracias parlamentares haveria maior incentivo para a coalizão. Por outro lado, no presidencialismo os congressistas não dependem do presidente para obterem e manterem seus cargos, da mesma forma que o último não necessita do Legislativo para isso também, então poucos são os incentivos para a formação de coalizão.



DESCONSTRUINDO ALGUNS PRINCÍPIOS DOS SISTEMAS PARLAMENTARISTA E PRESIDENCIALISTA

A partir de dois trabalhos fundamentais a literatura sobre as relações entre Executivo e Legislativo nos sistemas parlamentarista e presidencialista começou a mudar, são eles: Strom (1990) e Huber (1996). O primeiro questionou um dos princípios que norteavam as análises até então, o *office-seeking*. No segundo se argumenta contra o modelo que coloca uma lente de conflito entre os dois poderes supracitados. Vale ressaltar que ambos partiram de estudos sobre o Congresso dos Estados Unidos, ou seja, um sistema presidencialista (Cheibub, Limongi, 2010).

Como vimos na seção anterior, governos minoritários no parlamentarismo seriam anormalidades de uma conjuntura fragmentada e polarizada. Entretanto, Strom (1990) demonstra que esse tipo de governo não é infrequente na Europa e que ele pode funcionar tão bem quanto governos majoritários. Isso ocorre pois os líderes dos partidos fazem um cálculo baseado não somente em obter ou não um cargo no Executivo (*office-seeking*), mas sim em como afetar as políticas (*policy*) e os votos (*votes*). Se o Legislativo oferecer condições para que a oposição possa influenciar as políticas, governos minoritários serão mais frequentes. De acordo com Cheibub e Limongi (2010), essa contribuição é importante porque, além de considerar relevante as políticas e o voto, Strom compreende o funcionamento interno do Legislativo.

(...) a organização do Legislativo varia significativamente nos regimes parlamentares, o suficiente para afetar como os partidos calculam o benefício de entrar oficialmente em um governo (...) a maneira como a legislatura é organizada pode explicar as variações na relação entre Executivo e Legislativo através dos tipos de regimes democráticos (Cheibub, Limongi, 2010, p. 43, tradução nossa)

A contribuição de Huber (1996), por seu turno, contraria a noção de que haveria um conflito inerente nas relações entre Executivo e Legislativo e que isso seria uma das principais causas de instabilidade no sistema presidencialista. O autor mostra que o Executivo não utiliza poderes restritos quando quer que sua vontade prevaleça sobre o Legislativo, pois, mesmo nos mecanismos como decretos e vetos, a vontade da maioria é a que prevalece. Além disso, ter um Executivo forte não implicaria, necessariamente, em um Legislativo fraco (Cheibub, Limongi, 2010).

Nesse sentido, Cheibub, Przeworski e Saiegh (2002) argumentam que, apesar dos sistemas parlamentarista e presidencialista possuírem desenhos institucionais diferentes (no sistema presidencialista destacam-se três: o partido do presidente deve fazer parte do governo; o partido do presidente sempre é o formador da coalizão e o governo sobrevive mesmo quando a maioria deseja substituí-lo), as condições de formação de coalizão são parecidas em ambos. A única diferença substancial seria o “ponto de reversão”, ou seja, quando uma coalizão não consegue ser formada o que, no parlamentarismo, acarretaria uma eleição antecipada e, no presidencialismo, seria quando o partido do presidente controla as pastas ministeriais. Nas palavras dos autores:



PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM DEBATE: A “VELHA POLÍTICA” NÃO FUNCIONA?

(...) Dado que a distribuição de cadeiras legislativas é praticamente idêntica nos dois sistemas, e assumindo-se uma mesma distribuição de preferências políticas em ambos, a frequência de governos minoritários seria idêntica nos dois sistemas se eleições antecipadas não fossem possíveis em regimes parlamentaristas. Segue-se, portanto, que a única diferença entre a frequência de coalizões no parlamentarismo e no presidencialismo advém da frequência de eleições antecipadas. Enquanto é verdade que nos sistemas parlamentaristas as crises de coalizão podem ser resolvidas através de eleições, o que não é possível nos sistemas presidencialistas, não há razão para que se suponha que as coalizões sejam excepcionais nos sistemas presidencialistas. Ademais, a nossa análise sugere que, em ambos os sistemas, não se deve esperar a ocorrência de desastres quando as coalizões não se formam (Cheibub, Przeworski e Saiegh, 2002, p.190).

| Presidencialismo de coalizão no Brasil |

Um dos primeiros autores a estudar o presidencialismo de coalizão no Brasil foi Abranches (1998). Porém, ele apenas aceitava que a coalizão existia e não se debruçou sobre os incentivos para a sua formação (Cheibub, Limongi, 2010). Além disso, segundo Figueiredo e Limongi (2017, p. 80), a conotação ao termo “presidencialismo de coalizão” dado por Abranches “era claramente negativa, visando descrever uma realidade anômala e instável, quando não inviável, em razão, fundamentalmente, do fato de a coalizão carecer de bases partidárias”.

Ainda de acordo com Figueiredo e Limongi (2017), que olham para o termo presidencialismo de coalizão a partir da crise política brasileira e do impedimento da ex-presidenta, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), tal termo é utilizado recentemente, tanto academicamente quanto em jornais e revistas, de uma maneira negativa, como se a instabilidade da política no país tivesse como estopim justamente o seu desenho institucional. Os autores resumem o que seria, nesse sentido pernicioso, o presidencialismo de coalizão: “um sistema bem brasileiro, em que presidentes são obrigados a lotear cargos, enquanto os partidos querem em troca oportunidades para fazer negócios” (Figueiredo, Limongi, 2017, p. 83).

Nesse sistema o que motivaria os atores políticos seria, em última instância, seus interesses próprios, ou seja, “trocaríamos votos pelo direito à pilhagem” (Figueiredo, Limongi, 2017, p. 85). Percebemos então que o discurso de Bolsonaro, o qual pretende acabar com a velha política, não estaria descolado dessa análise que coloca como um dos problemas centrais da democracia brasileira o presidencialismo de coalizão. A própria formação de seus ministérios quando Bolsonaro tomou posse, que seguiu uma lógica de nomear técnicos ao invés de políticos de partidos, ilustra isso.

Entretanto, como vimos anteriormente, a formação de uma coalizão no sistema presidencialista não é algo “bem brasileiro”, já que a literatura mostra que, assim como no parlamentarismo, no presidencialismo ela não é infrequente. Além disso, guardada as diferenças nos desenhos institucionais desses dois tipos de sistemas, a coalizão tende a ser parecida entre estes. Ademais, como apontam Figueiredo e Limongi (2017), o argumento de que os atores políticos



PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM DEBATE: A "VELHA POLÍTICA" NÃO FUNCIONA?

só importam com seus interesses não leva em consideração que estes querem se reeleger e que, para tanto, precisam dar satisfação ao eleitorado.

O trabalho de Freitas (2016) também é importante para desconstruir o presidencialismo de coalizão como algo negativo. Nele, a autora busca, através de uma análise do caso brasileiro entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio Lula da Silva, contestar justamente as três premissas da literatura que olha para o presidencialismo e o parlamentarismo com princípios diferentes, sendo elas: 1) Legislativo e Executivo tem relação conflitiva e agendas diferentes, pois enquanto o primeiro representa uma agenda local, pelo modo como o parlamentar é eleito (através de acordos e apoios locais e regionais), o segundo representa uma agenda nacional, por ser eleito pela maioria da população; 2) políticos são motivados por cargos (*office-seeking*); 3) partidos não são capazes de coordenar ação coletiva.

Segundo a autora supracitada, a própria existência de presidencialismos de coalizão, reiterando que este é um regime que não ocorre somente no Brasil, coloca em cheque essas premissas. Primeiro, porque, na coalizão, o Legislativo está representado no Executivo através dos ministérios, com os partidos servindo como uma ponte entre estes dois poderes. Segundo, porque formar uma coalizão tem como objetivo principal, para os políticos, a aprovação de uma agenda, assim há um forte indício que eles se preocupam com a aprovação de políticas (*policy*). Isso ocorre pois, para continuarem em seus cargos, os políticos precisam produzir resultados ou, em outras palavras, mudar o *status quo*. A melhor estratégia para isso seria os parlamentares converterem seus projetos locais para nacionais, já que esse último ganharia maior aderência e maior probabilidade de ser aprovado. A maneira de conseguir essas alianças, bem como coordenação entre os parlamentares para aprovação de um projeto, seria através de um partido e, ainda, de uma coalizão entre partidos.

Empiricamente falando, Freitas (2016) analisou projetos que saíram do Executivo e, após passar pelo Congresso, foram vetados parcialmente ou totalmente pelo primeiro (179 no total, sendo 1 veto totalmente). Foram estudados três tipos de espécies normativas: medidas provisórias (MVP's), projeto de lei ordinária (PL's) e projeto de lei complementar (PLP's). Os resultados obtidos mostraram a importância do Legislativo, pois ele é responsável por quase 40% do conteúdo das leis examinadas, bem como a relevância da coalizão: 1) 70% dos projetos analisados são assinados por ministro de um partido e relatado por parlamentar de outro partido, assim todos partidos da coalizão influenciam no resultado final e 2) poderes de agenda do Executivo não dão possibilidade deste contornar o Legislativo para governar, pois quando a coalizão é minoritária o controle do Executivo sobre o conteúdo das leis diminui (e vice-versa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura sobre as relações entre o Executivo e o Legislativo era dividida entre aqueles que analisavam o parlamentarismo e aqueles que estudavam o presidencialismo. Acreditava-se que esses sistemas possuíam princípios diferentes, marcados pela cooperação entre os dois pode-



PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM DEBATE: A “VELHA POLÍTICA” NÃO FUNCIONA?

res no parlamentarismo e pelo conflito entre os poderes no presidencialismo. Como o Executivo e o Legislativo neste último sistema eram vistos como poderes independentes, sendo que o presidente não precisaria do Congresso para conquistar e permanecer no cargo e vice-versa, poucos seriam os incentivos para a formação de uma coalizão.

Com as contribuições de Strom (1990), que adicionou dois elementos importantes a essa literatura, a relevância do funcionamento do Legislativo através das democracias e que políticos também se importam com políticas (*policy*) e votos (*votes*), e de Huber (1996), o qual contestou a relação conflituosa entre Executivo e Legislativo, mostrando que o presidente pode utilizar mecanismos como decretos e vetos mas a vontade da maioria sempre prevalece, autores começaram a olhar para a coalizão no presidencialismo com as mesmas bases, guardada as diferenças institucionais, do parlamentarismo. Esse foi o caso de Cheibub, Przeworski e Saiegh (2002) que argumentam que a única diferença substancial entre coalizões nos dois sistemas seria o “ponto de reversão”.

No caso brasileiro, mostramos que, recentemente, o termo presidencialismo de coalizão tem sido utilizado de maneira negativa, como se esse desenho institucional fosse uma das principais causas da instabilidade política no país. Isso aparece no discurso do presidente Bolsonaro quando ele fala em combater a velha política e acabar com a troca de favores entre os poderes. Entretanto, a formação e o funcionamento da coalizão não são restritas ao Brasil, estando presente em vários regimes e, além disso, como mostra o trabalho de Freitas (2016), a coalizão é quem governou o país de maneira estável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988.

CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian. “Governos de coalizão nas democracias presidencialistas e parlamentaristas”. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, 2002.

CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. “From Conflict to Coordination: Perspectives on the Study of Executive-Legislative Relations”. *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, Belo Horizonte, v. 1, n.1, 2010.

CONGRESSO EM FOCO. *Previdência expõe dura relação entre Rodrigo Maia e Bolsonaro*. Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/previdencia-expoe-dura-relacao-entre-rodrigo-maia-e-bolsonaro/>> Acesso em 11 mar. 2020.

COX, Gary. *The efficient secret: The Cabinet and the development of political parties in Victorian England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

EXAME. *Bolsonaro compartilha vídeo sobre ato contra Congresso e políticos reagem*. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/oposicao-reage-a-video-em-que-bolsonaro-convoca-para-ato/>> Acesso em 11 mar. 2020.



PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM DEBATE: A “VELHA POLÍTICA” NÃO FUNCIONA?

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. “A crise atual e o debate institucional”. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, v. 36, 2017.

FREITAS, Andréa. *O presidencialismo da coalizão*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

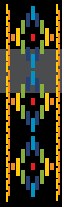
HUBER, John. *Rationalizing Parliament*. New York: Cambridge University Press, 1996.

LAVIER, Michael; SCHOFIELD, Norman. *Multiparty government: The politics of coalition in Europe*. University of Michigan, 1998.

LINZ, Juan. *The Failure of Presidential Democracy: The Case of Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

SHUGART, Matthew; CAREY, John. *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

STROM, Kaare. *Minority Government and Majority Rule*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.



TELEJORNALISMO E MÍDIA NA CRISE
POLÍTICA E SOCIAL BRASILEIRA
A PARTIR DE 2013

TELEJOURNALISM AND MEDIA
IN THE BRAZILIAN POLITICAL AND
SOCIAL CRISIS FROM 2013 ONWARDS

EL TELEPERIODISMO Y LOS MEDIOS
DE COMUNICACIÓN EN LA CRISIS
POLÍTICA Y SOCIAL BRASILEÑA
A PARTIR DE 2013

PEDRO SIMON CAMARÃO TELLES RIBEIRO

Mestrando em Comunicação e Semiótica pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
pedrosctr@gmail.com.



TELEJORNALISMO E MÍDIA NA CRISE POLÍTICA E SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DE 2013

RESUMO

Este artigo analisa a participação do jornalismo, mais especificamente do telejornalismo da TV Globo, no início da crise política e social brasileira que explodiu em junho de 2013, que teve consequência o golpe de 2016 e que perdura até o presente momento. A análise toma como base os principais fatos ocorridos entre junho de 2013 e abril de 2016 que foram elencados para dissertação de mestrado sobre a cobertura realizada pelo Jornal Nacional dos discursos antagonistas ao redor de impeachment de 2016. O presente artigo se concentra, principalmente, nos fatos de 2013 e como o debate nas redes sociais online fizeram com que o jornalismo optasse por uma determinada narrativa que era mais condizente com os interesses do sistema hegemônico mídia-publi-cidade. A análise se desenvolve tomando como base a história do jornalismo brasileiro e a forma como a censura e os interesses empresariais influenciaram a construção da narrativa sobre o que ocorria no Brasil.

Palavras-chave: 1. Polarização; 2. Telejornalismo; 3. Jornal Nacional; 4. Crise política; 5. Circulação.

RESUMEN

En este artículo se analiza la participación del periodismo, más concretamente del teleperiodismo de TV Globo, en el inicio de la crisis política y social brasileña que estalló en junio de 2013, que dio lugar al golpe de Estado de 2016 y que se prolonga hasta el momento actual. El análisis se basa en los principales hechos ocurridos entre junio de 2013 y abril de 2016 que se enumeraron para una tesis de maestría sobre la cobertura por el National Journal de los discursos antagonistas en torno a la impugnación en 2016. Este artículo se centra principalmente en los hechos de 2013 y en cómo el debate sobre las redes sociales en línea hizo que el periodismo optara por una cierta narrativa más acorde con los intereses del sistema hegemónico de medios de comunicación-publi-cidad. El análisis se basa en la historia del periodismo brasileño y en cómo la censura y los intereses empresariales influyeron en la construcción de la narrativa sobre lo que estaba sucediendo en Brasil.

Palabras clave: 1. Polarización; 2. Teleperiodismo; 3. Revista Nacional; 4. Crisis política; 5. Circulación.

ABSTRACT

This article analyzes the participation of journalism, more specifically TV Globo's news broadcast, at the start of the Brazilian social and political crisis which broke out in June 2013, leading to 2016 coup and lasts until the present moment. The analyses is based on the main facts occurred between Jun 2013 and April 2016, that were chosen for a master's dissertation on the coverage carried out by Jornal Nacional, of the antagonistic



TELEJORNALISMO E MÍDIA NA CRISE POLÍTICA E SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DE 2013

2013 and how the discussion on online social networks made journalism choose for a specific narrative, more consistent with the interests of the hegemonic media-advertising system. The analysis is build based on the Brazilian journalism history and the way in which censorship and business interests influenced the narrative construction on what happened in Brazil.

Keywords: 1. Polarization; 2. Telejournalism; 3. National Journal; 4. Political crisis; 5. Circulation.



INTRODUÇÃO - JORNALISMO NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

A desigualdade social e os curtos períodos de democracia no Brasil são elementos fundamentais para o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e do jornalismo no país. A desigualdade no Brasil é educacional, judicial, informacional, de oportunidades e de condições de sobrevivência. Todos esses elementos, acrescidos da censura que foi instituída por décadas e em diferentes períodos fez com que a atividade jornalística nos grandes meios de comunicação se tornasse uma ferramenta de manutenção destas injustiças. As poucas iniciativas que trabalham no sentido contrário costumam ser criticadas por esse sistema. O jornal impresso, primeiro veículo de informação jornalística do país, sempre teve pouquíssimo poder de comunicar e, conseqüentemente, de influenciar diretamente a maior parte do tecido social. O índice atual de tiragem dos jornais e o de maior circulação no país, a Folha de S. Paulo, mostra como é pequena a abrangência desses veículos.

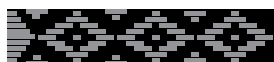
Tabela 1: Circulação jornais – 3 anos – 2015 a 2017.

CIRCULAÇÃO JORNAIS – 3 ANOS – 2015 A 2017												
(circulação impressa e assinaturas digitais)												
veículo	média de exemplares (auditada pelo IVC)						evolução - dez.2014 a dez.2017					
	dez.14			dez.17			%			nº absolutos		
	impr.	digital	total	impr.	digital	total	impr.	digital	total	impr.	digital	total
Folha (SP)	211.933	159.117	371.050	121.007	164.327	285.334	-42,9%	3,3%	-23,1%	-90.926	5.210	-85.716
Globo (RJ)	204.780	148.472	353.252	130.417	112.987	243.404	-36,3%	-23,9%	-31,1%	-74.363	-35.485	-109.848
Super Notícia (MG)	284.082	39.117	323.199	156.572	48.143	204.715	-44,9%	23,1%	-36,7%	-127.510	9.026	-118.484
Estado (SP)	163.314	74.111	237.425	114.527	88.745	203.272	-29,9%	19,7%	-14,4%	-48.787	14.634	-34.153
Zero Hora (RS)	164.352	37.705	202.057	100.979	80.150	181.129	-38,6%	112,6%	-10,4%	-63.373	42.445	-20.928
Estado de Minas (MG)	55.743	52.968	108.711	26.366	25.356	51.722	-52,7%	-52,1%	-52,4%	-29.377	-27.612	-56.989
Correio Braziliense (DF)	40.882	9.841	50.723	26.493	18.427	44.920	-35,2%	87,2%	-11,4%	-14.389	8.586	-5.803
Valor Econômico (SP)	43.177	15.795	58.972	29.382	28.985	58.367	-31,9%	83,5%	-1,0%	-13.795	13.190	-605
Gazeta do Povo (PR)	38.397	1.894	40.291	*	n.d.	n.d.	*	n.d.	n.d.	*	n.d.	n.d.
A Tarde (BA)	30.389	9.680	40.069	16.759	13.348	30.107	-44,9%	37,9%	-24,9%	-13.630	3.668	-9.962
O Povo (CE)	19.273	n.d.	19.273	13.844	n.d.	13.844	-28,2%	n.d.	-28,2%	-5.429	n.d.	-5.429
total	1.256.322	548.700	1.805.022	736.346	580.468	1.316.814	-41,4%	5,8%	-27,0%	-519.976	31.768	-488.208

Fonte: dados oficiais do IVC (Instituto Verificador de Circulação). Jornais: tiragem média diária + assinaturas digitais.
A "Gazeta do Povo" deixou de circular em versão impressa diária em 2017. O "Povo" não tem dados sobre assinaturas digitais.
Elaboração: Poder360/Drive

Fonte: Poder 360, 2018

Em um país de dimensões continentais é praticamente impossível um jornal impresso ser capaz de estar presente em todo o território. De qualquer forma, quando se compara a capacidade dos impressos à audiência do *Jornal Nacional*, a diferença é abismal. Cada ponto de audiência, apenas em São Paulo, equivale a 84 mil televisores sintonizados no canal. Na Grande São Paulo, o JN tem em média 30 pontos de audiência, de acordo com levantamento do Kantar IBOPE Media realizado em novembro de 2019.



TELEJORNALISMO E MÍDIA NA CRISE POLÍTICA E SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DE 2013

Esse domínio da televisão não é obra do acaso. É fruto do interesse político pelo poder de controlar o conteúdo dos meios de comunicação tecnológicos. Na década de 1930, quando mais de 50% da população brasileira era considerada analfabeta, de acordo com o IBGE, Getúlio Vargas criou instituições governamentais para controlar a programação das rádios e o conteúdo dos jornais impressos. A maior emissora de rádio do país era ligada aos interesses políticos do governo da época. “O rádio é o jornal de quem não sabe ler”, dizia um manuscrito de Edgar Roquette-Pinto que foi recuperado por Reinaldo Tavares e mencionado por Luiz Artur Ferrareto (2001).

O governo tinha controle sobre as concessões para autorização de funcionamento de emissoras de rádio e ainda controlava o seu conteúdo através do Departamento de Imprensa e Propaganda. Desde então, somente uma parte dos discursos sociais teve espaço nos *media*. Ou seja, o que não tinha conexão com os grupos que estavam no poder, não era tratado. Essa relação promíscua entre o Estado e os meios de comunicação se manteve ao longo do tempo. Quando o rádio deixou de ser o principal meio de entretenimento das famílias brasileiras, a televisão apareceu como o aparelho mais cobiçado. A popularização dos dester se deu somente após o golpe de 1964 através de uma política governamental.

Tabela 2: Popularização dos televisores no Brasil – 24 anos – 1950 a 1974

Ano	Nº de aparelhos
1950	200
1952	11.000
1954	34.000
1956	141.000
1958	344.000
1960	598.000
1962	1.056.000
1964	1.663.000
1966	2.334.000
1968	3.276.000
1970	4.584.000
1972	6.250.000
1974	8.781.000

Fonte: ABINEE – Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos apud Guerra, 2017, p. 101.

A meta do governo militar era utilizar a televisão como meio para criar uma identidade nacional (OLIVEIRA, 2001). Os militares concederam uma série de benefícios à recém-criada TV Globo. A emissora escolhida pelos militares para ser a comunicadora do governo contou com o apoio tecnológico estatal para ter a capacidade de atingir todo o território nacional.



Durante as décadas em que a ditadura militar imperou, a censura aos veículos de comunicação se fez presente e manteve o bloqueio para determinados discursos que não podiam ter espaço.

JORNALISMO E TELEJORNALISMO

O jornalismo tem vocação factual, mas não necessariamente de forma superficial. O aprofundamento, algo que deveria ser obrigatório, bem como a investigação de fatos que não sejam somente os da última hora, não têm muito espaço na prática jornalística das grandes empresas de comunicação brasileiras.

Jornalismo é atualidade e, para a comunicação, assumimos a definição de Prado (2013, p.104) para quem trata-se de um “dispositivo cognitivo de mapeamento do mundo e identificação de atores”. Jornalismo é uma prática que, necessariamente, oferece referências para o público que recebe as notícias. Os jornalistas muitas vezes com os “olhos fechados” para o grande sistema de produção de capital no qual estão inseridos, são, ainda assim, batalhadores na busca para conseguir a informação e compartilhá-la com o público.

O exercício do jornalismo passou por quatro fases, na concepção de Marcondes Filho (2000): a primeira, a partir da revolução francesa até meados do século XIX, em que os jornalistas contribuíram para a circulação de saberes que antes estavam restritos à igreja e à universidade; a segunda é constituída pela utilização de maquinários que desenvolvem a produção e possibilitam a formação de públicos amplos; a terceira, mais fortemente na primeira metade do século XX, a prática jornalística é afetada pela criação da indústria da publicidade e, finalmente, a quarta, em que, a partir dos anos 1970,

o jornalismo se configura com a tecnologia da cibercultura e da época pós-moderna e se amplia para além do noticiar, transformando-se em um dos tipos de convocação disponíveis para divulgar não somente notícias, mas pacotes identitários, de autoajuda, baseados em novos programas criados pela psicologia positiva e pela administração neoliberal das consciências (PRADO, 2013; p. 30).

Nesse contexto, o telejornalismo ganha relevância em função do dinamismo com que apresenta simultaneamente imagens, sons e informação. Trata-se de um produto que convoca as audiências e oferece narrativas audiovisuais com emoção, informação e imagens de fatos que se assemelham ao real ocorrido ou que esteja ocorrendo no momento da transmissão. Este conteúdo é apresentado com base em linhas editoriais que sustentam a construção das narrativas jornalísticas e, por consequência, da informação. Esses produtos jornalísticos, no caso do Brasil, têm o objetivo de emitir mensagens universais capazes de acessar diferentes classes sociais e grupos de interesse, por isso, se consolidaram no horário nobre “assumindo novos contornos para além da função objetiva de informar, ocupando um lugar estrategicamente construído como defensores dos direitos do público diante da fragilidade da sociedade civil, amparando e promovendo denúncias populares” (BECKER, 2016; p.37). Na atualidade, a televisão continua a ser



um meio de comunicação extremamente popular entre os brasileiros, como mostra a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016, realizada pela Secom (governo federal): em média, os brasileiros passam 4 horas em frente a um televisor de segunda à sexta-feira; 73% mantém o hábito de ligar diariamente o aparelho. Nesse sentido, para Bucci e Kehl (2004, p.12) no Brasil “a TV dá a primeira e a última palavra e, mais do que isso, a primeira e a última imagem sobre o assunto”. A conclusão dos autores expressa a relevância da televisão no Brasil, entretanto, nos dias atuais a TV já não tem o monopólio sobre a palavra e as imagens em função da concorrência das novas tecnologias que oferecem acesso à internet.

O MUNDO NO QUAL O TELEJORNALISMO E A CRISE POLÍTICA BRASILEIRA SE INSEREM

O sistema vigente é o capitalismo comunicacional globalizado que se caracteriza pela busca incessante do capital em criar novas formas e possibilidades de consumo, como descreve Prado:

Ele ouve compreensivamente seus públicos, adapta-se rapidamente, aprende a dialogar com eles, torna-se propositivo, adianta-se às necessidades, recua, estuda novamente o ambiente, assim por diante. Qualquer signo de diferença emitido na mais remota aldeia do planeta é rapidamente captado por um caçador semiótico e transformado em *input* de um sistema cognitivo, que apreende o caos semiótico e o transforma em tendência de moda, de vivência, de busca de futuro (PRADO, 2013. p. 12).

Ao analisar a forma como os *media* servem a esse sistema como ferramentas convocadoras para o consumo, Prado argumenta que os meios de comunicação formam um subsistema hegemônico mídia-publicidade (2013, p.36). Essa utilidade que os meios tecnológicos recebem no capitalismo comunicacional é importante para esta pesquisa porque o *Jornal Nacional* sempre esteve estrategicamente posicionado no horário nobre, ou seja, na faixa da grade de programação mais assistida pelos telespectadores e de maior valor comercial. Por ir ao ar entre telenovelas, o JN tem como característica ser um folhetim da vida real que busca narrar de uma forma dramática e afetiva fatos que ocorrem no Brasil. Característica que se repete em outras emissoras brasileiras.

Essa construção narrativa vem sendo transformada e moldada com o passar dos anos de acordo com o entendimento do que é de maior preferência entre os telespectadores. Apesar do conteúdo formatado pelo enunciador, as audiências não apreendem a mensagem desses produtos jornalísticos da forma como o JN apresenta, conforme argumenta Prado ao dizer que os espectadores não são ingênuos e que “as capturas nunca são totais, sempre falham em menor ou maior grau, pois as leituras são variegadas”. O autor detalha as razões pelas quais as capturas não são totais:



TELEJORNALISMO E MÍDIA NA CRISE POLÍTICA E SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DE 2013

(...) compreender um texto localmente consiste em recusar certos sentidos construídos pelo enunciatador global, mesmo que consideremos *global* como relativo a uma perspectiva segmentada, ou seja, não somente os textos dirigidos a bilhões de pessoas em vários países, mas também aqueles dirigidos a milhões no mesmo país, como no *Jornal Nacional*, ou mesmo os textos de revistas mensais para públicos dirigidos. O texto elaborado pelo enunciatador globalizado suprime sentidos demasiado locais, que são, positiva ou negativamente, recusados pelos enunciatadores locais, sem que outros sentidos do mesmo texto precisem necessariamente ser dispensados (PRADO, 2013, p.35).

Esse telespectador integra um mundo que se transformou entre as décadas de 1950 e 1960 e provocou alterações estruturais.

O modernismo também se preocupava compulsivamente com o novo e tentava captar sua emergência (e para isso inventou mecanismos de registro e impressão semelhantes a uma foto de baixa velocidade histórica); o pós-moderno, entretanto, buscava rupturas, eventos em vez de novos mundos, buscava o instante revelador depois do qual nada mais foi o mesmo, buscava um “quando-tudo-mudou” [...], ou melhor, buscava os deslocamentos e mudanças irrevogáveis na *representação* dos objetos e do modo como eles mudam. Os modernos estavam interessados no que poderia acontecer depois de tais mudanças e nas suas tendências gerais: pensavam no objeto em si mesmo, substantivamente, de modo essencialista ou utópico. Nesse sentido, o pós-modernismo é mais formal, e mais “distraído”, como poderia dizer Benjamin; apenas cronometra as variações e sabe, bem demais, que os conteúdos são somente outras imagens. No modernismo [...] ainda subsistem algumas zonas residuais da “natureza”, ou do “ser”, do velho, do mais velho, do arcaico; a cultura ainda pode fazer alguma coisa com tal natureza e trabalhar para reformar esse “referente”. O pós-modernismo é o que se tem quando o processo de modernização está completado e a natureza se foi para sempre. É um mundo mais completamente humano do que o anterior, mas é um mundo no qual a “cultura” se tornou uma verdadeira “segunda natureza”. (JAMESON, 1996, p.13 *apud* PRADO, 2013, p. 14)

Esse tipo de mudança transforma os indivíduos que buscam ser cada vez mais flexíveis, como Prado descreve ao utilizar como exemplo o livro *A corrosão do caráter*, de Sennett (2002). Na obra, o autor detalha a diferença entre gerações, que encaram de maneiras totalmente diferentes as relações trabalhistas. Os mais novos são obrigados a estar em constante renovação em função das longas carreiras num mesmo emprego deixarem de existir. De acordo com Prado, trata-se de uma tendência “líquida” que Bauman descreve como “aquiescência à desorientação, imunidade à vertigem, adaptação ao estado de tontura, tolerância com falta de itinerário e direção, e com duração indefinida de viagem” (BAUMAN, 2007, p.11 *in apud* PRADO, 2013, p.16). Ao analisar a forma como os *media* operam as convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais, Prado investiga o comportamento do indivíduo no capitalismo globalizado e, tomando Bauman como referência, aponta que os indivíduos da era “líquida” são atormentados por problemas de identidade.



Os dispositivos comunicacionais, como o *Jornal Nacional*, têm enunciadores que convocam para programas específicos que tem como base interesses mercadológicos. Estes, por sua vez, buscam moldar o público para determinadas formas de comportamento. No caso do JN, trata-se de convocar o público a ser um bom cidadão consumidor, que tem uma série de exigências e não pode compactuar com determinadas formas de atuação dentro da coletividade, formas que são apresentadas como ilegais, imorais ou erradas. Entretanto, cabe explicar o conceito de convocações biopolíticas estabelecido por Prado. Tais convocações se dão através dos discursos modalizadores dos *media*, que oferecem receitas de comportamento através de analistas simbólicos como os jornalistas; elas são, portanto, um impulso para que os consumidores façam parte do sistema de comunicação. Com base nos conceitos de poder de Foucault, Prado assume que na contemporaneidade o poder age sobre o corpo individual e, posteriormente, sobre o corpo populacional (2013):

A velha potência de morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um biopoder (FOUCAULT, 2003, p.131 *in apud* PRADO 2013, p. 28).

Neste cenário da contemporaneidade, o sistema capitalista busca “reduzir a experiência ao consumo nos textos audioverbovisuais do subsistema hegemônico mídia-publicidade” (*ibidem*, p. 36). Sistema do qual telejornais como o *Jornal Nacional* fazem parte e, portanto, são produtos que têm o interesse de manter essa lógica hegemônica na qual, de acordo com Prado, o mercado é motivado por um consumidor bombardeado por convocações e que é convidado a gozar sem limites.

O contexto mediático explicitado até aqui é no qual se dá a crise política brasileira que transformou o país com a derrubada de um governo em 2016 e a ascensão de um conservadorismo fundamentalista defensor de um projeto econômico neoliberal, que vinha sendo rejeitado nas eleições desde 2002. Há ainda uma alteração fundamental que vem fortalecendo a hegemonia deste sistema e transformando cenários políticos e relações sociais. Trata-se das tecnologias cibernéticas que vêm sendo transformadas em meios e estão superando, ou assumindo a mesma importância que os meios de comunicação de massa na circulação de informações e, consequentemente, na produção de sentidos e significados. As tecnologias mencionadas operam graças à internet, mas são acessadas através de computadores, telefones celulares, *smartphones*, *smart TVs* e outros. Falamos aqui de redes sociais *online* e outras ferramentas de comunicação rápida, o que Fausto Neto chama de “novos mecanismos de circulação de sentido” (2018, p.11) que afetam “de modo intenso e complexo, todas as práticas sociais. É uma troca de período” (*ibi-*



dem 2018, p.11). O autor aponta que os *media* estão se misturando com todos os aspectos do funcionamento social, o que ele chama de midiatização. A consequência é que a sociedade em midiatização criou uma nova forma de comunicar. As mídias estão tornando-se “intermediárias incontornáveis da gestão do social” (VERÓN, 2004, p.278 *in apud* NETO 2018, p.11-12). A teoria aponta para uma transformação no conceito de circulação. Antes da popularização dessas novas tecnologias a circulação era basicamente uma “zona de passagem” e transformou-se em um “local permanente”. Na prática, o autor defende que tenha ocorrido uma mudança no modelo de transmissão-recepção de sentidos.

Antes da mencionada mudança de período a circulação era compreendida como “a diferença de uma atividade de contato entre produtores e receptores de mensagens” (FAUSTO NETO, 2018, p.15). A partir do que é chamado de “nova ambiência” elenca-se uma série de fatores novos:

“O crescimento de meios operando através de um novo dispositivo técnico-comunicacional, [que] tipicamente produz efeitos radiais, em todas as direções, afetando de diferentes formas e com diferentes intensidades todo os níveis da sociedade” (...). 2) O caráter radical e transversal dos efeitos produzidos é resultado de sua natureza sistêmica, implicando em uma enorme rede de relações de retroalimentação (...). 3) Da aceleração do tempo histórico [causada pelas duas questões anteriores], resulta que nos (...) últimos dez anos a internet alterou a condição de acesso ao conhecimento científico, dado, instituições e pessoas (...)” (VERÓN, 2014, p. 16-17 *in apud* FAUSTO NETO, 2018, p. 26-27).

Estas características fazem surgir novas formas de produção de sentido e afetam a organização social, de acordo com o autor. Para ele, a internet “além de provocar a revolução do acesso, faz com que a circulação imponha à organização social um novo desenho de interação, fundado na exasperação de “contatos entre muitos”, segundo temporalidades diversas (FAUSTO NETO, 2018, p.27).

Conteúdos produzidos pelo *Jornal Nacional* e outros enunciadores jornalísticos circulam através da internet e, a partir de 2013 esta circulação tornou-se mais intensa e alterou a forma como o debate político se dava uma vez que até mesmo campanhas eleitorais passaram a utilizar a internet para atingir o público. Além disso, protestos e movimentos começaram a ser organizados através das redes sociais *online*.

DE 2013 ATÉ O IMPEACHMENT (GOLPE) DE 2016

O Domingo, 17 de abril de 2016, foi “um dia histórico” nas palavras dos apresentadores e repórteres do *Jornal Nacional*. A expressão foi utilizada mais de uma vez em edições que foram exibidas antes e depois da votação na Câmara que determinou a abertura do processo de impeachment contra a então presidenta, Dilma Rousseff. A insatisfação social que vinha sendo manifestada desde 2013 serviu para que uma parcela da classe política colocasse o processo de

impeachment em curso – o que no entendimento deste analista do discurso, foi um golpe de Estado, classificado em diversas publicações como “golpe suave”.

Fabrizio Brugnago e Vera Chaia (2014) defendem que o Brasil viveu uma polarização assimétrica na qual

a polarização tem que acontecer com o agrupamento entre polos de direita e de esquerda. Em segundo lugar, é preciso que as forças não tenham a mesma intensidade de radicalização. [...] houve polarização da esquerda, porém sem se extremar. A polarização da direita aconteceu com a mesma intensidade de polarização, porém com maior intensidade de radicalização (BRUNAGNO & CHAIA, 2014, p. 109).

De fato, a polarização se estabeleceu em uma estrutura que pode ser representada desta forma, mas é questionável a afirmação de que havia uma disputa entre grupos de esquerda e grupos de direita. A polarização se deu muito mais em torno do apoio às políticas promovidas pelos governos do PT de um lado e a discordância e o ódio a esses mesmos programas e ao partido. Para que esta perspectiva seja compreendida demonstraremos as etapas que formam a estrutura da crise política.

A imagem abaixo, extraída de reportagem sobre a votação do impeachment na Câmara dos deputados, mostra concretamente como o jornalismo da emissora se autoproclama isento e imparcial. O repórter aparece entre as palavras “sim” e “não” que naquele momento representavam os dois campos da polarização. Porém como mencionado no item anterior, o *Jornal Nacional* faz parte do “subsistema hegemônico mídia-publicidade” e embora o seu produto seja a informação e, supostamente, a informação de maior qualidade, por essa lógica o telejornal não pode ir contra o sistema ao qual pertence e pelo qual é alimentado e em função do qual ocupa posição de poder. Como veremos, nessa disputa política estavam em jogo os interesses do mercado: um governo neoliberal voltado para a maximização dos lucros ou um governo focado na expansão do poder estatal e dos direitos de cidadãos e cidadãs.

Imagem 1: Polarização e o JN



Fonte: Jornal Nacional, exibido em 18 de abr. 2016



A imagem 1 foi extraída da reportagem exibida em 18 de abril de 2016 no *Jornal Nacional* um dia após a sessão que determinou a abertura do impeachment. O texto se iniciava com essa imagem e o repórter disse que os brasileiros se posicionaram pelo “sim” ou pelo “não” frente ao impeachment, mas “pelo menos em um ponto eu acho que todo mundo concorda, que esse foi um domingo histórico”. A reportagem fazia referência ao amadurecimento da democracia brasileira, que é a forma como o jornalismo da TV Globo tentou identificar todo o processo que o Brasil vivera de 2013 até ali, com as manifestações de grupos opositores e as disputas nas ruas. Uma forma de criar uma narrativa constitucional para o ocorrido.

Em 2013, protestos que questionavam a eficiência do Estado (NOBRE 2013; PRADO, 2018) e a forma de se fazer política no Brasil ocuparam as ruas da maior parte das capitais brasileiras. A insatisfação popular tida como a “faísca” iniciadora das chamadas *Jornadas de junho de 2013* constituiu-se em relação ao transporte coletivo. O Movimento Passe Livre, o MPL, baseado na cidade de São Paulo, organizou protestos contra o aumento de R\$ 0,20 no preço das passagens que havia sido anunciado pela prefeitura. À época, o prefeito da cidade era Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, mesma agremiação da então presidenta Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Neste período, a política nacional era polarizada entre dois grupos políticos: o Partido dos Trabalhadores (PT), mais à esquerda, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mais à direita, que governava o estado de São Paulo. De 1994 até 2014 as duas agremiações polarizaram a política nacional disputando a presidência da República no segundo turno de todas as eleições. Entretanto, faz-se necessário pontuar que até 2013 não havia no país uma participação política efetiva da maior parte do tecido social (BRUGNAGO & CHAIA, 2014, p. 101).

Antes das Jornadas de Junho de 2013 o Brasil passou por alguns eventos significativos que evidenciaram divisões entre grupos sociais. Fora o julgamento do “mensalão” – que condenou importantes integrantes do Partido dos Trabalhadores e ex-integrantes do governo Lula por corrupção – realizado em dezembro de 2012 e que teve recursos apresentados em março de 2013, houve uma série de protestos e invasões promovidas por povos indígenas entre março e junho. No período ainda foi promulgada a legislação que criou direitos trabalhistas para empregados domésticos – um marco nos direitos trabalhistas e motivo de revolta da classe média alta em 2014 – no início de abril, foram realizados protestos contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tinha o objetivo de impedir que o Ministério Público conduzisse investigações – pauta que ressurgiria a partir das manifestações de junho. Houve também protestos a favor e contra o deputado evangélico Pastor Marco Feliciano que presidia a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e tinha o objetivo de implementar entendimentos baseados no fundamentalismo religioso cristão. Todos esses eventos tiveram repercussão nacional e foram debatidos nas redes sociais. Entre os meses de maio e junho ocorreram protestos contra o aumento do preço das passagens do transporte público em Natal, capital do Rio grande do Norte, Goiânia, capital de Goiás e Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Todas as manifestações terminaram em confronto com a polícia e destruição de prédios e veículos. Além destes, o conservadorismo



mostrou força e mobilização quando aproximadamente 40 mil pessoas participaram de uma manifestação contra a legalização do aborto e da união homoafetiva, em 5 de junho. No *Jornal Nacional*, os dirigentes desse protesto, personagens como Silas Malafaia, puderam dizer ao microfone da *TV Globo* que não aceitariam a “concessão de privilégios para a comunidade homossexual” e nem o assassinato de inocentes. O conteúdo da declaração é parte do discurso conservador que passaria a ser majoritário nas ruas quando os protestos foram dominados pelos grupos “patriotas” (ALONSO, 2017).

A onda de manifestações que batizou as Jornadas de Junho de 2013 eclodiu no dia 6 de junho daquele ano e foi classificada por Ângela Alonso como *ciclo mosaico (junho de 2013)*.

A eclosão do protesto (6 de junho), liderada pelo Movimento Passe Livre, obstruiu o trânsito, demandando tarifa zero. O estilo de ativismo autonomista, aprendido por membros do Movimento Passe Livre (mpl) no Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2012), marcou os atos: deliberação por consenso, negação de lideranças e hierarquia de gênero, performances cênicas (fanfarras, artes plásticas), jograis, estética punk (vestuário preto), violência simbólica (queima de catracas) e física (tática black bloc), sobrepondo expressão artística e política.

Autoridades políticas habituadas a protestos socialistas patinaram ante o novo estilo. (ALONSO, 2017, p.51).

A cobertura jornalística sobre os primeiros protestos tentou proteger o sistema hegemônico e minar qualquer legitimidade que as manifestações pudessem ter, sempre apresentando os participantes dos protestos como vândalos. Para isso, foram utilizadas imagens de vidros de lojas quebrados, de bancas de jornais depredadas e de pichações em ônibus e fachadas de estabelecimentos comerciais. Nenhum manifestante era ouvido, não se falou nada sobre o que o aumento no preço da passagem significava na vida de qualquer usuário do sistema público de transporte. Dessa maneira, o enunciador fez com que parecesse que os protestos não fossem pela reivindicação de direitos dos cidadãos, e sim, contra a sociedade. Trabalhadores apareceram em reportagem do JN exibida no dia 7 de junho, 2º dia de protestos, dizendo que se assustaram com a violência dos manifestantes. O repórter destacou que “durante o protesto contra o reajuste de três Reais para três e vinte nas passagens de ônibus e do metrô, começou a violência”. O restante da imprensa tradicional acompanhou essa construção de sentido.

No dia 10 de junho a *Folha de S. Paulo* mostrou que as redes sociais passavam a se tornar fonte para a imprensa e local de mobilização e debate popular, mas mostrou também como já havia presente no tecido social o ódio contra a esquerda. A *Folha* reproduziu a publicação de um promotor que incitou a violência contra os manifestantes: “Estou há duas horas tentando voltar para casa, mas tem um bando de bugios revoltados parando a Faria Lima e a Marginal Pinheiros. Por favor alguém pode avisar a Tropa de Choque que essa região faz parte do meu Tribunal do Júri e que se eles matarem esses filhos da puta eu arquivarei o inquérito policial”.

Na mesma edição, outra notícia tratava de um vídeo publicado pelo Movimento Passe



Livre em sua página no Facebook que denunciava a violência dos PMs. O jornal informou que a polícia investigaria as acusações. A notícia indica como o processo de circulação (FAUSTO NETO, 2018) passou a ter novos fatores, temas relevantes e já debatidos nas redes sociais *online*, que passaram a ser considerados importantes pela imprensa tradicional que estava produzindo novos produtos que seriam rediscutidos em plataformas como Facebook e Twitter. É um processo que afeta a produção de sentidos e as práticas sociais, estabelecendo novas formas de agir e de se relacionar com o outro (PRADO, 2013).

A realização de manifestações se espalhou pelo Brasil. Essa reação em cadeia se deu por dois meios: A mobilização potencializada através das redes sociais *online* e pela cobertura midiática que deu destaque à violência policial contra os manifestantes. Não existiu um movimento nacional organizado ao redor de uma pauta, o que ocorreu foi a solidariedade com a insatisfação do Outro. Ou seja, num primeiro momento os insatisfeitos se agruparam, independentemente de sentirem insatisfações diferentes. A partir do dia 11 de junho, teve início uma disputa pela liderança dos protestos. A pauta já estava indo além dos vinte centavos (ALONSO, 2017, p.51). A insatisfação social era com relação à forma como a política estava estruturada conforme definem Nobre (2013) e Prado (2018). A circulação das imagens da juventude protestando contra o aumento da taxa cobrada para ir e vir e contra a baixa qualidade dos serviços públicos atingiu a maior parte dos brasileiros. Afinal, diminuía a renda do trabalhador e aumentava os custos de patrões.

A narrativa da imprensa se intensificou. Apresentadores e repórteres da *Globo* desqualificaram a ação dos revoltados e diziam que “nada justifica depredar o patrimônio público que é de todo mundo”. Já a *Folha de S. Paulo* foi mais taxativa: “Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista”. Tanto os *media* quanto o sistema político estavam alinhados com relação ao que ocorria, mas “o sistema político ‘não entendeu, nem podia entender, o que acontecia. Ao longo de vinte anos esse sistema cuidou tão bem de se blindar contra a força das ruas que não podia mesmo entender como as ruas o tinham invadido com tanta sem cerimônia” (NOBRE, 2016, 44/751 *in apud* PRADO, 2018, p.3).

No dia 13 de junho, a perspectiva da *Globo* sobre os protestos e a ação policial começou a mudar. Foram realizados novos protestos em São Paulo e no Rio de Janeiro. A repórter do JN que relatava em tempo real o que estava ocorrendo no Rio informou que os manifestantes provocavam a polícia a todo momento e que os policiais foram obrigados a reagir. Enquanto ela falava, apareciam imagens de policiais batendo em manifestantes com cassetetes. Apesar do cenário apresentado na participação em tempo real, a mesma edição do telejornal informou em uma notícia de 20 segundos que a Anistia Internacional havia manifestado preocupação com o aumento da violência na repressão aos protestos nas duas capitais. Outra reportagem detalhou quem eram os 21 manifestantes presos na cidade de São Paulo após os protestos. Imagens mostraram 8 policiais batendo em um dos presos quando ele já estava cercado.

A mudança na perspectiva do sistema hegemônico dos *media* se alterou, de fato, no dia 14 de junho. O jornal matinal da *TV Globo*, o *Bom dia Brasil* informou que São Paulo teve seis



horas de protesto que “transformou as ruas da maior cidade do país num cenário de guerra”. “Dessa vez, a Polícia endureceu a repressão, agiu com violência. Duzentas pessoas foram detidas e dezenas ficaram feridas”, complementou o apresentador que utilizou a palavra “repressão” para se referir à ação da polícia – algo raro na *TV Globo*. Outro apresentador relatou, “cenas de uma guerra urbana e a população foi a principal vítima. No 4º dia de protestos contra o aumento da tarifa de ônibus a repressão policial foi mais intensa”. Nota-se que o texto jornalístico coloca a polícia de um lado, manifestantes do outro e a “população” no meio da confusão. Essa estrutura vai se alterar ao longo do tempo, até chegar no impeachment quando o JN afirmou que a sociedade estava dividida entre dois lados, conforme foi mencionado no início deste item.

A reportagem do *Bom dia Brasil* mostrou que os policiais atiraram bombas e balas de borracha no meio da população. Um repórter da emissora ficou preso em um posto de gasolina e apareceu com as mãos levantadas tentando pedir calma aos PMs. Uma jornalista da *Folha de S. Paulo* foi atingida no olho por uma bala de borracha. Outros seis profissionais de imprensa ficaram feridos. A narrativa passou a ser de que a polícia foi violenta demais. As imagens da repressão se sobrepuseram às de “atos de vandalismo” como os protestos vinham sendo tratados até ali. “O episódio virou a opinião pública, com imagens multiplicadas nas redes sociais e nos *media* (incluída a Globo), que, ante jornalistas feridos, trocou de lado” (ALONSO, 2017, p.52).

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou reportagem apresentando um levantamento feito pelo *Instituto Datafolha* que constatou uma divisão entre os paulistanos com relação à realização dos protestos. De acordo com o instituto, 55% dos moradores da cidade apoiavam os atos e 41% se diziam contrários. Para 78%, os manifestantes “foram mais violentos do que deveriam”. A notícia também mencionou que o apoio às manifestações estavam crescendo entre os entrevistados com renda acima de 10 salários mínimos, atingindo 67%. Por último, o texto afirmou que 51% dos apoiadores declarou que não usava transporte público. O apoio de quem não utilizava o serviço público é um indicativo que havia solidariedade com a revolta contra o Estado em geral e, não, pela melhora do serviço público.

A insatisfação com a política e a solidariedade com a revolta foram potencializadas ainda por outros fatores: ao mesmo tempo em que as chamadas “jornadas de junho” estavam ganhando força e se espalhando pelo Brasil, ocorriam no país outras brigas políticas que giravam ao redor de valores, como mencionado antes com a realização de passeatas em Brasília contra o aborto e o casamento homossexual, mas também pela terra. Povos indígenas estavam realizando uma série de ocupações no país, começando pela Usina de Belo Monte que teve a obra paralisada temporariamente e fazendas no Mato Grosso do Sul e no Paraná. A questão indígena ganhou mais amplitude porque o governo federal entrou nas negociações entre fazendeiros e indígenas. No dia 14 de junho, produtores rurais realizaram protestos em diversos estados do país: Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (estado em que 66 fazendas estavam “invadidas” por povos indígenas), Pará e Roraima. O objetivo dos protestos era reivindicar que a decisão sobre a demarcação de terras passasse do poder Executivo para o Legislativo. Aqui, mencionamos mais dois grupos de interesse que estavam demonstrando insa-



tisfação com a condução política e que anos depois formaram poderosas bancadas no Congresso Nacional: da bala, da bíblia e do boi. Eles apoiaram o impeachment em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República em 2018.

Ainda no dia 14 de junho aparece a primeira manifestação de insatisfação com relação à realização da Copa do Mundo no Brasil. Segundo notícia veiculada pelo *Jornal Nacional*, um grupo de sem tetos protestou em Brasília (não informou o número de manifestantes presentes), no Eixo Monumental, “contra o dinheiro que foi usado na construção estádio”. Ato semelhante ocorreu em Porto Alegre (cerca de 200 pessoas) e em São Paulo (não menciona o tamanho do protesto). A apresentadora afirmou que os manifestantes reclamaram que 200 mil pessoas foram despejadas em todo o país para a construção de estádios.

TENSÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

Para além das manifestações, o cenário político ainda tinha outros ingredientes importantes. Dilma Rousseff sofria queda de popularidade e estava sendo criticada pela condução da política econômica, em função dos conflitos com grupos indígenas e porque espalharam-se boatos com relação ao fim do programa Bolsa Família (fake news). No Congresso, o então senador Romero Jucá apresentava um projeto que tipificava o crime de terrorismo. Quando o projeto ainda estava em discussão, foi dito que havia uma brecha que poderia enquadrar protestos de movimentos sociais como atos terroristas. O senador negou categoricamente, declarou que seria tomado cuidado com relação a isso, mas a informação já circulava. Em um período de tantas manifestações e tensões, o projeto soou como uma intenção de reprimir os movimentos. Jucá pertencia à base do governo e foi mais um ponto negativo sobre Dilma Rousseff.

EXPLOSÃO DE PROTESTOS

No domingo, 16 de junho, brasileiros que moravam fora do país organizaram protestos que, de acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, eram em solidariedade às passeatas de São Paulo que estavam sendo reprimidas pela polícia. Apenas em Dublin, na Irlanda, duas mil pessoas participaram do protesto. Também ocorreram atos em Berlim (Alemanha), Nova York (EUA), Boston (EUA) e Montreal (Canadá). Os manifestantes também carregavam cartazes contra a realização da Copa do Mundo e da Olimpíada no Brasil. Uma participante do protesto em Nova York que concedeu entrevista à *TV Globo*, demonstrou a insatisfação com o Brasil de uma maneira geral, focando no governo: “é um dos países que mais paga imposto no mundo. O salário do trabalhador é péssimo, a educação é péssima, a saúde é péssima”. A cantora Preta Gil que fazia um show na cidade viu os cartazes na plateia e gritou “liberdade de expressão já! Acorda Brasil! Estou do lado de vocês.” A *Folha de S. Paulo* do dia 16 informava que naquela semana deveriam ocorrer 44 manifestações pelo Brasil. Trinta e nove delas pediam a redução do preço das passagens. A notícia afirma que todos os protestos estavam sendo organizados pelo Facebook.



A mobilização mudava de escala. No dia 16, as hashtags “#mudabrasil”, “#changebrazil” e “#giganteacordou” foram trending topics nacionais. No dia 13, 6,5 mil pessoas tinham ido à rua em São Paulo. No dia 17, diz o Datafolha, compareceram 65 mil. Grandes atos tomaram doze capitais. Foi a massificação. Novas bandeiras tremularam à esquerda: por mais e melhor educação, saúde, salários, habitação, direitos, contra a Copa do Mundo e a Rede Globo. Junto veio repúdio a autoridades políticas, partidos, polícia. No Brasil e no exterior, pulularam críticas à brutalidade policial. Ongs de direitos humanos, promotores e advogados se engajaram em prol dos “presos políticos” (ALONSO, 2017, p.52).

Em 17 de junho, ocorreram grandes manifestações em várias capitais estaduais, inclusive em Brasília. Na capital federal, o protesto tinha como pauta, segundo o JN, o passe livre, a crítica aos gastos para a construção dos estádios da Copa e contra a PEC 37. De acordo com o *Jornal Nacional*, as manifestações eram em função do preço das passagens, “contra a violência e pela melhoria dos serviços públicos”. No Rio de Janeiro, 100 mil pessoas participaram do protesto. Pelas imagens foi possível ver cartazes com a frase “vamos juntos escrever outra história!” e “Faz a hora não espera acontecer”.

O ódio à política também esteve presente nas ruas e foi reproduzido pelas reportagens: os manifestantes gritavam “Sem bandeira de partido!” e “vem pra rua, vem!”. Um participante que concedeu entrevista deixou claro pela sua fala como a insatisfação generalizada era um sentimento comum, “aumento da passagem pública sem melhoria no transporte é roubo e também não é só isso. É questão de investimento na saúde, em educação. A gente não tem nada”. Reportagem da *TV Globo* afirmou que o protesto era “contra o aumento das passagens de ônibus e do custo de vida”. A expressão “custo de vida” serviu para expressar o que era a insatisfação em erupção. A reportagem ainda ressaltou que “a maioria dos manifestantes se dizia sem partidos políticos”. Em um dos cartazes presentes nas manifestações era possível ler: “O que queremos: (X)Saúde (X)Educação (X)Transporte públicos e de qualidade”. O que demonstra como as manifestações ainda eram por mais e melhores serviços públicos, ou seja, mais Estado. No entanto, simultaneamente, havia insatisfação e revolta contra a coisa pública como um todo. Ângela Alonso trata da complexidade deste período:

Havia dominâncias de pauta em cada setor da mobilização. Autonomistas e socialistas se situaram à esquerda do governo do pt, com agenda reformista, mais e melhores políticas públicas e expansão de direitos. O setor patriota ia do liberalismo (a favor do Estado enxuto e eficiente “padrão Fifa”) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do pt com a corrupção, via Mensalão (“Corruptos”) (ALONSO, 2017, p.52).

No dia 17, após reunião com o governador do Estado de São Paulo, os líderes do Movimento Passe Livre tentaram controlar a narrativa ao declararem que o objetivo das passeatas era



um só, a revogação do aumento da tarifa. No entanto, a revolta geral estava presente e ganhava espaço nos *media*. Reportagem do JN mostrava a multidão gritando “o povo acordou”. E declarações seguidas de manifestantes: “a gente se encheu daquilo que o governo impõe pra gente. As taxas, os juros, os altos impostos, a corrupção. Vinte centavos, vamos lutar contra isso” e “a gente sofre ‘pra’ pegar ônibus, sofre ‘pra’ pegar metrô, sofre no trânsito, então está na hora de a gente dar um basta nisso. Pelo menos dizer aquilo que está engasgado há muito tempo”. O povo que antes “sofria” por causa da guerra entre manifestantes e polícia agora aparecia apoiando os atos, como é o caso de um engenheiro que estava preso no trânsito há horas: “complicado, mas, sinceramente, cara, eu morro de orgulho dessa molecada. Muito legal esse movimento, muito legal o que eles estão fazendo”. Também preso no trânsito, outro engenheiro disse que se não houvesse quebra-quebra e destruição, que então era uma manifestação válida.

A *Folha de S. Paulo* de 18 de junho detectou a mudança nas pautas dos manifestantes. “Milhares vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios” foi a manchete que estampou a capa do jornal. A capa do caderno Cotidiano mostrava uma foto da manifestação que ocupava a página inteira e em frente a ela aparecia a palavra “contra”. O jornal decretou que tratava-se da maior mobilização no país depois do ‘fora, Color’.

A POLÍTICA INSTITUCIONAL TENTA RESPONDER

Dilma Rousseff discursou em um evento em Brasília enaltecendo a grandeza das manifestações, ela afirmou que “o Brasil acordou mais forte”. Dilma disse ainda que “as vozes das ruas precisam ser ouvidas”, que se tratava de uma mensagem contra a corrupção e o uso indevido do dinheiro público. A pressão das manifestações fez com que prefeitos recuassem. Em Porto Alegre, Cuiabá, João Pessoa e Recife foi anunciado que os preços das tarifas de ônibus seriam reduzidos. O prefeito de São Paulo anunciou que estava sendo discutida a possibilidade de também voltar atrás no aumento.

DIVISÃO NAS RUAS

No dia 20 de junho, a *Folha de S. Paulo* noticiou que, apesar da redução das tarifas, os 88 protestos programados pelo Brasil para aquele dia 20 seriam mantidos. Nesse dia, a *TV Globo* acompanhou a organização e chegada dos manifestantes aos protestos em diferentes locais do país. Repórteres diziam que “pessoas continuam a chegar no horário marcado, ao local marcado”, em uma referência ao evento que havia sido organizado no Facebook. O telejornal servia como um propagador do que estava sendo tratado na rede social online. No *Jornal Nacional*, ao invés de tratar os atos como algo perigoso, as reportagens construíram o sentido de que estava em curso uma reunião de brasileiros contra a política. Entretanto, houve violência, confrontos e vandalismo. A *Folha de S. Paulo* do dia seguinte estampava na capa: “Protestos violentos se espalham pelo país e Dilma chama reunião”. O jornal anunciou que 1 milhão de pessoas par-



ticiparam das manifestações em todo o país mesmo após a redução das tarifas. Militantes das agremiações Partido dos Trabalhadores, Partido Socialismo e Liberdade, Partido Socialista do Trabalhador Unificado e Partido da Causa Operária foram hostilizados por manifestantes que se diziam “antipartidários”. A fala de um manifestante em uma entrevista à *Folha de S. Paulo* resume bem como o motivo dos protestos mudou, “Estou aqui porque investiram na Copa, e não investiram em educação e saúde (...) para tirar Renan Calheiros [então presidente do Senado], abaixar os impostos e por mais saúde e educação.

Os telejornais da *TV Globo* enalteceram parte dos atos do dia 20, ou seja, somente o conteúdo com o qual a linha editorial da emissora concordava. No *Bom dia Brasil*, os apresentadores falaram que foi uma manifestação histórica que terminou com a ação de vândalos. Populares se diziam otimistas: “eu apoio quem participa. Sem quebrar, sem fazer bagunça, só manifesto mesmo” e “mobilização popular por um Brasil melhor, né”. Enquanto a reportagem enaltecia a realização do protesto, pessoas apareceram dizendo que o objetivo do ato era lutar por um Brasil melhor, garantir os direitos hoje e de filhos e netos. Centenas de milhares participaram do protesto.

DESFECHO DOS PROTESTOS E CLIMA NO PAÍS

A *Folha de S. Paulo* do dia 21 noticiou que a economia passava por um momento difícil, “Real é a moeda que mais perde em dia tenso para os mercados globais”. A crise social e política deflagrada pelas manifestações que ocorriam em todo o país era um dos aspectos que pressionavam o governo federal. A economia também dava sinais de instabilidade e o aumento da inflação começava a ser assunto da imprensa que construía a ideia de descontrole das contas públicas. A mesma edição mostrou como o jornal adotou o viés antipetista em sua linha editorial.

Lideranças do Movimento Passe Livre anunciaram que não voltariam a organizar novos protestos. A explicação veiculada pelo JN foi de que com a revogação do aumento da tarifa o objetivo inicial das manifestações estava liquidado. A repórter, porém, questionou o integrante do Movimento, “mas e o restante das outras pautas, PEC 37, chega de corrupção” e a resposta foi que o Movimento Passe Livre nunca chamou manifestação por essas pautas, que a unificação de todos era a revogação do aumento. O questionamento feito pela repórter mostra que existia interesse da *TV Globo* na continuidade dos protestos para que as outras pautas se mantivessem circulando.

O tamanho monstro do protesto finalmente suscitou reação da presidente, que recebeu manifestantes e, no dia 21, propôs, em rede nacional, “cinco pactos” em torno de educação, saúde, transporte, responsabilidade fiscal e controle da inflação, e plebiscito visando constituinte específica para reforma política. O protesto arrefeceu, mas o fogo morto se revelaria brasa dormida (ALONSO, 2017, p.53).

Essa brasa dormida a que se refere Alonso apareceu na sequência do pronunciamento feito por Dilma Rousseff. A oposição mostrou que tentaria manter o clima contra o governo.



O senador Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira, declarou por meio de nota que Dilma acertou em convocar a reunião, mas errou no conteúdo. Para Neves, a presidenta reproduziu o tipo de ação política que estava sendo condenada pelos movimentos.

Apesar do movimento contra o aumento das passagens ter chegado ao fim, eventos de insatisfação com o governo federal continuavam a ser demonstrados em protestos que ocorreram até o final deste mês. O que sobressai é que os *media* e, especialmente, a *TV Globo*, começaram a enaltecer as manifestações de rua e o seu conteúdo “patriótico”. Esse “patriotismo” fazia oposição ao governo vigente. Vale mencionar alguns detalhes de reportagens realizadas nesse período: Reportagem exibida no *Bom dia Brasil*, no dia 24 de junho de 2013, mostrou pais com crianças em algumas manifestações pelo Brasil. A reportagem afirmava que os adultos estavam plantando sementes em seus filhos fazendo com que eles participassem dos protestos. As crianças apareciam dizendo que queriam um país com mais educação e saúde. O tom adotado no comentário de Alexandre Garcia foi de patriotismo:

e as crianças estão dando aula de cidadania pra nós também. Imagina aquela menina no Rio de Janeiro exigindo honestidade. Isso deve cair assim como uma vergonha sobre as lideranças políticas. E é tudo um ótimo exemplo que os pais estão dando às crianças. O que começou com centavos de passagens de ônibus, agora chega aos milhões. O que começou com os jovens, agora chega às crianças e aos brasileiros de todas as idades. O que estava em São Paulo, agora está em todo o país, inclusive, nas cidades pequenas. O que estava nas ruas, agora está nas janelas, como se vê nas gravações feitas no Rio de Janeiro na noite de sexta-feira depois do pronunciamento da presidente. Saem de uma aparente indiferença para o exercício da cidadania que cobra, fiscaliza e exige. Infiltrados, vândalos se aproveitam para saques como já constatou a Polícia Civil de vários estados. Gente com ficha criminal. As manifestações pacíficas, imensa maioria, reagem a outro tipo de vândalos, os que vandalizaram a educação, a saúde, a segurança pública, as leis, a Justiça, o transporte público, as estradas, os portos, a lavoura, as obras públicas, os impostos. As crianças estão, sim, nos dando lição. Quem sabe elas sejam super-heróis de amanhã (BOM DIA BRASIL, 2013).

Em 25, 26, 27 e 28 de junho ocorreram mais manifestações pelo Brasil, no entanto, elas já eram em menor número e com menos participantes. A “brasa dormida” mencionada por Alonso apresentou as pautas que perdurariam até o impeachment:

no dia 26, veio o primeiro “Fora Dilma!”. No 29: “Justiça! Queremos os mensaleiros na cadeia!” e “Procurando Lula!”. Esse estilo de ativismo atarraxou os laços fracos entre manifestantes avulsos, e o que até então era crítica genérica aos governos desabrochou em antipetismo (ALONSO, 2017, p.53).

No dia 29, a *Folha* de São Paulo publicou levantamento feito pelo *Instituto Datafolha* sobre a popularidade de Dilma. Ela havia caído de 58% para 30% em apenas 3 semanas. O mesmo levantamento apurou que 8 em cada 10 brasileiros eram a favor dos protestos. Na primeira



semana de julho, médicos protestaram em todo o país contra a contratação de profissionais da saúde estrangeiros e os caminhoneiros bloquearam rodovias em mais de dez estados. Essa paralização durou três dias. “Em junho de 2013, fenômeno desse tipo pôs o Brasil estupefato, com 470 manifestações, noventa delas na cidade de São Paulo” (ALONSO, 2017, p.51).

ELEIÇÕES DE 2014 E A POLARIZAÇÃO

A insatisfação que explodiu com protestos nas ruas em 2013 pode ser considerado como defende Prado (2018) um *acontecimento* na concepção do filósofo francês Alain Badiou (1986). Trata-se de um evento que cria um elemento novo nas relações sociais, elemento este que simplesmente não existia até então. Ainda de acordo com Prado (2018, p.3), “no pós-acontecimento, porém, deu-se a polarização, surgindo grupos à direita (MBL, Vem pra Rua) e à esquerda (Frente Brasil Popular, Frente Povo sem Medo) principalmente na internet, organizando os campos de disputa”.

Brugnago e Chaia, que analisaram a polarização nas eleições de 2014, defendem que enquanto a esquerda se fortificou, a direita se radicalizou. Políticos com ideias ultraconservadoras ganharam espaço na política nacional de uma forma que não tinham antes. Os pesquisadores também veem a internet como a grande arena de debate político:

A declarada esquerda se mobilizou contra o suposto projeto neoliberal do PSDB, e a direita conservadora desenvolveu sua ideologia em torno de um forte antipetismo declarado antipartidário, com discussões radicalizadas para os extremos dos valores considerados da direita.

O radicalismo conservador da direita adquiriu elementos de ódio. A campanha das eleições de 2014 foi muito tensa, elevando as provocações entre partidários. Vários conflitos foram relatados em manifestações, principalmente quando esquerda e direita se encontravam. A tensão que normalmente pertencia às torcidas de futebol em jogos clássicos acalorados passou para a política. A massa passou a discutir política em seu dia a dia, principalmente pela Internet.

O Facebook se tornou então o principal meio para a proliferação das discussões políticas. Nele, os 59 milhões de usuários diários brasileiros se polarizaram em redes que proliferavam ideologia política. A liberdade de expressão e a homofilia natural gerada pelo ambiente das redes do Facebook desenvolveram grupos ideológicos com liberdade para se expressarem e se radicalizarem, conforme se sentiam seduzidos em seu poder de massa em redes (BRUGNAGO E CHAIA, 2014, p.102).

Os quatro autores mencionados neste item convergem com relação ao antipetismo ter se tornado uma bandeira de todos os cidadãos que discordavam das políticas aplicadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Além disso, apontam o medo do comunismo como uma característica comum nos grupos de direita. Outro fator é a luta contra a corrupção e a defesa do “partido da Justiça” como argumenta Prado (2018). Para uma enorme parcela do tecido social, o Partido dos Trabalhadores tornou-se o grande inimigo do Brasil,



TELEJORNALISMO E MÍDIA NA CRISE POLÍTICA E SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DE 2013

Dizer esquerdas passou a querer dizer, nos discursos à direita, corrupção, de um lado, ligada ao petismo, e de outro, esse mal-estar trazido pelas lutas identitárias, que Bolsonaro resumiu ao falar em “vitimismo”. Ao concentrar tudo isso na figura do petismo, em especial de Lula, operou a ideia de que por trás da multiplicidade de nossos infortúnios está uma causa concentrada dos nossos males, da mesma forma que o complô judaico foi o ponto nodal do nazismo. Nessa versão do mal-petralha perdeu-se os sentidos da história e desconectou-se das mazelas do pemedebismo, ao qual, aliás, o PT se juntou para governar segundo a política da conciliação com a direita pemedebista, e acabou por ver despejada sobre si toda a culpa da corrupção (PRADO, 2018, p.6).

Sobre essa visão que os grupos de direita têm da esquerda e dos grupos identitários, Brugnago e Chaia afirmam que

Eles foram o principal alvo do ódio da direita depois da perda das eleições. Eles roubam os impostos dessa população orgânica conservadora que se julga trabalhadora. Estão em uma situação cômoda por não precisar trabalhar e vivem só de fazer filhos para se beneficiar, da maneira mais ampla possível, do Bolsa Família. Eles são a grande massa de propagação da alterideologia imaginada para o PT (BRUGNAGO & CHAIA, 2014, p.115).

A vitória de Dilma Rousseff sobre o então senador Aécio Neves nas eleições de 2014 fez com que os grupos da nova direita e o próprio senador demonstrassem enorme insatisfação com o resultado e passassem a querer desestabilizar o governo,

Seis dias após a reeleição de Dilma, reagiram: “Fomos roubados nas urnas”. No aniversário da República, o estilo patriota se firmou, carregando símbolos nacionais, artistas e 10 mil pessoas para a Paulista, embalados por novo escândalo, o Petrolão. O Reaçonaria, autoapresentado como “o maior portal conservador do Brasil”, listou “gritos de ordem contra a corrupção, o PT, a inflação, defesa do juiz federal Sérgio Moro, pelas investigações do Petrolão e a favor da pm”. Uma tônica era o conservadorismo moral, com ataque a minorias e proposição de políticas autoritárias, via intervenção militar ou judicial. Outra era a corrupção (“Lula, pai do Mensalão. Dilma, mãe do Petrolão”). Nas faixas, a crítica se afunilou no impeachment de Dilma e emergiu líder alternativo à política profissional: “Somos todos Sérgio Moro” (ALONSO, 2017, p.54).

Como as ruas foram ocupadas majoritariamente por estes grupos de direita, Alonso intitulou o período de *ciclo patriota*

O MBL ganhou protagonismo nas ruas, e o Vem pra Rua se conectou com o sistema político, via PSDB. Juntos, os grupos do setor patriota se juntaram na Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos. Em 20 de agosto, protestos em todos os estados clamaram contra Dilma e a corrupção, com 135 mil aderentes em São Paulo. A reação do setor socialista, quatro dias depois, foi muito menor:



37 mil participantes. A popularidade da presidente bateu no chão: 71% a reprovavam (ALONSO, 2017, p.55).

Este contexto dá início ao que Alonso chamou de *ciclo do impeachment*, que, de acordo com a autora, se inicia em dezembro de 2015 e vai até março de 2016.

CONCLUSÃO

A descrição dos fatos e o significado da movimentação política das diferentes parcelas da sociedade mostram que os *media* optaram por servir como ferramentas propagadoras de uma das narrativas criadas nas redes sociais *online* ainda em 2013. Narrativa esta que constrói a esquerda e o Partido dos Trabalhadores como inimigos do bem estar social. A imprensa comercial não abre espaço para que todas as formas de pensamento possam apresentar seus argumentos impossibilitando que as audiências tenham uma visão completa dos mais variados grupos políticos. A edição das reportagens ainda reduz os comentários fazendo com que os temas abordados sejam tratados de forma simplista. A abordagem que o JN, especificamente, faz dos acontecimentos políticos é polarizada, sempre apresentada em um cenário de confronto e distante dos cidadãos comuns. Essa restrição do debate não é declarada pelo telejornal. Ao contrário, o JN procura propagandear que tem o noticiário mais “quente” e a cobertura mais completa do cotidiano.

Essa lógica esteve presente em todos os anos de crise política, desde 2013, e se acentuou na cobertura da Operação Lava Jato, como foi constatado em pesquisa realizada para dissertação de mestrado. O JN e outros veículos serviram como propagadores das teses acusatórias defendidas pelos investigadores e pelo então juiz Sérgio Moro e assumiram que cada investigador representava a instituição Ministério Público Federal ou a instituição Polícia Federal, permitindo que aparecessem como donos de ideais baseados em condutas morais ilibadas, acima de qualquer suspeita e portadores da verdade sobre o que seria bom e ruim, positivo ou negativo.

Essa narrativa jornalística colaborou para que a política brasileira fosse ressignificada. Os sentidos que estavam sendo construídos desde o fim da ditadura militar foram, em grande parte, destruídos. O governo de coalizão, os partidos políticos tradicionais, as lideranças políticas que eram tidas como representantes de enormes parcelas da sociedade e até mesmo a imagem de um país que vinha se tornando próspero, foram duramente abalados. A destruição só não foi completa e permanente porque existiu a organização de um movimento de resistência e de defesa da política.

O deslocamento dos sentidos que constituíam o Brasil até então, começou quando os avanços sociais e dos serviços públicos passaram a ser considerados como inócuos e insuficientes. Praticamente, já não eram considerados avanços. Embora os governos do Partido dos Trabalhadores tivessem anunciado uma série de melhorias ao longo dos anos, o movimento iniciado em junho de 2013 denunciava que a coisa pública estava muito aquém do que seria o ideal. A imprensa tradicional não esclareceu, ao contrário.



O estopim da mobilização geral de insatisfeitos que teve início em 2013 permitiu observar a novidade proporcionada pelas redes sociais *online*. Está em curso uma alteração no processo de circulação de informações, mudando também as práticas sociais de produção de sentido (FAUSTO NETO, 2018). Entretanto, para além da circulação de informações, há um outro fator: muitas das manifestações passaram a ser organizadas através do Facebook, mas não pela troca de informações e convencimento de que o movimento tivesse relevância e, sim, pela adesão a algum evento criado na rede social, o que configura uma mudança na forma de produção de sentidos sobre o engajamento político. A tradicional necessidade de politização ou mesmo de adesão a algum movimento ou do alinhamento com alguma liderança ou grupo políticos foi deixada de lado. Essa nova forma de mobilização gerou a participação de parcelas do conjunto social que são despolidizadas, que não tinham conhecimento aprofundado nem mesmo sobre a própria reivindicação.

A falta de compreensão sobre o funcionamento dos sistemas político e econômico é o grande nó da jovem democracia brasileira. Se os sistemas e as propostas políticas não são conhecidos, a construção do sentido sobre o que é avanço e o que é retrocesso sempre será nebulosa. De forma que é necessário levar em conta que embora nos últimos 10 anos o Brasil tenha implementado uma série de ferramentas de transparência que funcionam majoritariamente através da internet, antes disso, o maior meio de comunicação entre o Estado e a sociedade era a imprensa que esteve por décadas sob censura e que não trabalha para esclarecer o funcionamento de qualquer um dos sistemas, ao contrário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*, São Paulo, n. ju 2017, p. 49-58, 2017.
- BADIOU, Alain. *O ser e o vento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- BOM DIA BRASIL. Saímos de uma aparente indiferença para o exercício da cidadania, diz Alexandre Garcia. Exibido em 24 jun. 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2651321/>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- BUCCI, Eugenio; KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BRUGNANO, Fabrício; CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, out.2014-jan.2015.
- FAUSTO NETO, A. Circulação: trajetos conceituais. *Rizoma*, Santa Cruz do Sul, v. 6, n.2, p.9, dezembro 2018.



TELEJORNALISMO E MÍDIA NA CRISE POLÍTICA E SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DE 2013

FERRARETTO, Luiz Artur. *Radio o veículo, a história e a técnica*. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

GUERRA, Alexandre et al. *Poder e Corrupção no Capitalismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

JORNAL NACIONAL. País inteiro parou para assistir a uma sessão histórica na Câmara dos Deputados. Exibido em 18 abr. 2016 (3min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4965958/>. Acesso em: 10 jun. 2019

MELO, José Marques de. Indústria cultural, jornalismo, jornalistas. *Periodística*, 1992. p. 2331. Disponível em: <https://publicacions.iec.cat/repository/pdf/00000160%5C00000026.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PEREIRA JUNIOR, A.E.V.; CORREIA, J.C. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, Alfredo et al. *A sociedade do telejornalismo: a influência política da TV no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 11-28

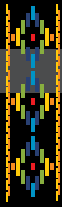
PODER 360. Tiragem impressa dos maiores jornais perde 520 mil exemplares em 3 anos. Publicado dia 31 jan. 2018. Disponível Em: <https://www.poder360.com.br/midia/tiragemimpressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>. Acesso em: 05 abr. 2019.

PRADO, José Luiz Aidar. *Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2013.

PRADO, José Luiz Aidar. *Sintoma e fantasia no capitalismo comunicacional*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.

PRADO, José Luiz Aidar. Polarização e insatisfação midiáticas no capitalismo comunicacional: como manter a democracia?. In: CASTRO, Paulo Cesar (org.). *Midiatização e reconfigurações da democracia representativa*. Campina Grande: EDUEPB, 2019, p.101123.

ROSSI, C. *O que é jornalismo*. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROSIÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

LA LEY DE LICITACIÓN Y LA EROSIÓN DEL ESTADO SOCIAL BRASILEÑO

THE BIDDING LAW AND THE EROSION OF THE BRAZILIAN SOCIAL STATE

ANTÔNIO CARLOS SOUZA DE CARVALHO

Advogado, especialista em Economia do Trabalho pelo CESIT/Unicamp e assessor da Fundação Perseu Abramo
antonioacasoca@gmail.com.

MARCELO MANZANO

Economista, posdoutorando do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp), coordenador da Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas (Flacso/FPA),
manzano1968@gmail.com.



RESUMO

A evolução institucional brasileira após a Constituição Federal de 1988 foi sendo crescentemente erodida com o avanço do neoliberalismo no Brasil. O Estado Social que se pretendia erigir junto com uma carta constitucional programática e dirigente foi, desde muito cedo, contrarrestado por iniciativas legislativas pautadas por uma orientação anti-Estado, emada das organizações multilaterais em prol dos interesses extravagantes das corporações capitalistas internacionais. A lei de licitações (8.666/1993) foi um dos marcos mais importantes desse processo e neste artigo procura-se analisar alguns de suas principais implicações para o arcabouço institucional brasileiro. Conclui-se que, a partir das limitações trazida por aquela lei, as possibilidades de desenvolvimento econômico e social seguiram por um processo de crescente estrangimento, em prejuízo da política, da justiça social e da soberania popular.

Palavras-chave: Evolução institucional; Neoliberalismo; Licitações; Constituição Federal de 1988.

RESUMEN

La evolución institucional brasileña después de la Constitución Federal de 1988 se erosionó cada vez más con el avance del neoliberalismo en Brasil. El Estado social que se pretendía erigir junto con una carta constitucional programática y gobernante fue, desde una edad temprana, contrarrestado por iniciativas legislativas guiadas por una orientación antiestatal, derivada de organizaciones multilaterales a favor de los intereses extravagantes de las corporaciones capitalistas internacionales. La ley de licitación (8.666 / 1993) fue uno de los hitos más importantes en este proceso y este artículo busca analizar algunas de sus principales implicaciones para el marco institucional brasileño. Se concluye que, a partir de las limitaciones traídas por esa ley, las posibilidades de desarrollo económico y social siguieron un proceso de restricción creciente, en detrimento de la política, la justicia social y la soberanía popular.

Palabras clave: Evolución institucional; Neoliberalismo; Ofertas públicas; Constitución Federal de 1988.

ABSTRACT

The Brazilian institutional evolution after the Federal Constitution of 1988 was being increasingly eroded with the advance of neoliberalism in the country. The Social State that was intended to be erected together with a programmatic and leading constitutional charter was, from an early age, countered by legislative initiatives guided by an anti-State orientation, drawn from multilateral organizations in favor of the extravagant interests of international capitalist corporations. The bidding law (8,666 / 1993) was one of the most important milestones in this process and this article seeks to analyze some of its main implications for the Brazilian institutional framework. It is concluded that, from the limitations brought by that law, the possibilities of economic and social development followed by a process of increasing constraint, to the detriment of politics, social justice and popular sovereignty.



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

“Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade linguística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades, e principalmente de nossas fraquezas. Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera, e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação.”

Celso Furtado (2000)

INTRODUÇÃO

A relação entre as instituições e o desenvolvimento dos países é algo fundamental para a compreensão da construção da sociedade moderna. É nesse sentido que talvez a Economia e o Direito possuam suas conexões mais relevantes. Os diferentes modelos de Justiça existentes no mundo se desenvolveram a partir da necessidade de se legitimar modelos econômicos vigentes em determinados períodos históricos. No entanto, essas conexões não são automáticas, e precisam ser analisadas especialmente sob o ponto de vista de sua eficácia.

Também é fundamental compreender que os tempos do Direito e da Economia são distintos. Na maior parte das vezes, as mudanças legais formalizam mudanças econômicas que já se realizam na prática, especialmente no âmbito do mercado. Isso, contudo, não significa que o Direito guarda em si a tarefa de viabilizar burocraticamente as alterações previstas por um arranjo econômico específico. Frequentemente, as mudanças legislativas são portadoras de demandas por legitimidade social associadas um contexto democrático que a agenda econômica não alcança. Por essa razão, ao longo da história, mesmo países que tiveram processos similares de desenvolvimento econômico não guardam semelhança na evolução de suas respectivas arquiteturas jurídicas.

Na experiência brasileira, porém, as especificidades da formação de seu Estado nacional tornem talvez ainda mais complexa a análise daquelas relações entre desenvolvimento econômico e as instituições jurídicas. Carente de um projeto persistente de desenvolvimento econômico e social, a sociedade brasileira tem em seu sistema jurídico um espelho da instabilidade política que a caracteriza. Considerando-se que o país declarou sua independência há pouco menos de duzentos anos, 62 dos quais vividos ainda sob o regime monarquista e com pelo menos duas décadas de ditadura, o Brasil já está em sua sétima Constituição Federal.

Boa parte da industrialização brasileira se deu nos marcos do regime militar (1964 a 1985) que encontrou a sua decadência naquilo que Faria e Campilongo (1991) chamariam de *dupla face da crise da matriz organizacional do Estado brasileiro*. Segundo os autores, essa dupla face expressava-se, por um lado, pela falência da estrutura institucional-burocrática brasileira e,



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

por outro lado, pelas contradições que emergiam com as transformações sociais decorrentes da própria industrialização.

Naquele contexto de esgotamento institucional, foram necessárias “soluções institucionais inovadoras e criativas nos domínios da relação entre capital e trabalho, da estrutura fundiária, da eliminação da pobreza, do equacionamento da violência, da reorganização da produção e da vida comunitária” (FARIA; CAMPILONGO, 1991, p.20).

“Segundo Renato Lessa (2008, p. 382), a Constituição Dirigente – tida como fundamental em países periféricos – se ergue ‘como resposta a três ordens básicas de violência: (i) a falta de segurança e liberdade, enfrentada pelo Estado de Direito e pelos limites que interpõe à violência física e ao arbítrio; (ii) desigualdade política, combatida pelos princípios do Estado democrático e (iii) pobreza, contra a qual se batem os esquemas de ‘socialidade’ do Estado Social”. (MANZANO, 2017, p.31)

Assim, a Constituição Federal de 1988, buscava instituir um modelo de Estado de Bem-Estar Social que não apenas pudesse estabelecer um sistema de proteção social universal, fortalecendo as relações de trabalho e reduzindo as desigualdades históricas que nos caracterizam, como também depositando no Estado o protagonismo na tarefa de dirigir o processo de desenvolvimento econômico.

“Ao reconhecer a igualdade de todos perante a lei (art. 109), [a CF88] o faz compreendendo a igualdade desde uma visão substantiva, diz Neumann. Também a ordem econômica tem como suposto a instituição de um Estado Social. Não sendo uma Constituição liberal, não assegura a livre iniciativa como um direito incondicionado e fundamental. Em seu artigo 151, I, traz expresso que o ordenamento da vida econômica deve corresponder aos princípios de justiça e garantir a todos a existência digna, devendo o exercício da propriedade voltar-se ao bem comum. Nesse sentido, os direitos fundamentais que essa Constituição contempla impõem limites específicos, dirigindo-se a todos para que a igualdade substantiva lhes seja assegurada. Ao dotar o princípio da igualdade como igualdade positiva, exprime a exigência de que o Estado garanta aos cidadãos não só as possibilidades jurídico-formais à igualdade, mas as concretas de acesso aos bens materiais da coletividade”. (BIAVASCHI, 2005, p. 151)

Passados mais de 30 anos da Carta de 1988, contudo, a realidade é que o modelo esboçado pela Constituição Cidadã jamais foi plenamente implementado, com exceção de alguns avanços pontuais até 2014. A partir do início da década de 1990, o sistema jurídico institucional brasileiro foi todo remodelado em conformidade com ditames do neoliberalismo.

A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E ESTRUTURA NORMATIVA

A análise do caso brasileiro na relação entre o processo de criação de normas pós-88 e o desenvolvimento nacional do período deve levar em conta os parâmetros de evolução legislativa



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

dos países atualmente desenvolvidos. Mas antes, vale recordar o que dizia Chang (2004). Os *países atualmente desenvolvidos* (PADs) estiveram muito distantes dos termos das atuais cartilhas de arcabouço jurídico institucional para se desenvolverem. A evolução legislativa hoje preconizada pelos países desenvolvidos e ecoada pelas organizações multilaterais a serviço de seus interesses guarda escassa semelhança com aquela que esteve vigente em seus próprios ciclos de industrialização. Ou seja, os PADs não seguiram de forma alguma a ordem liberal que recomendam como pré-condição ao desenvolvimento dos países da periferia. Observando o caso pioneiro da industrialização inglesa, Barbosa de Oliveira advertia que:

“(...) o triunfo do liberalismo e a afirmação de que a expansão capitalista passava a dispensar apoios externos não significam que o Estado inglês tenha deixado de interferir em assuntos econômicos. Mesmo nos momentos de auge do *laissez-faire*, eram múltiplas as ações do Estado, como a legislação fabril, as leis regulamentando a jornada de trabalho etc., entretanto não eram as necessidades imediatas do processo de acumulação capitalista que exigiam essa legislação, que, na verdade, aparecia como uma defesa da própria sociedade burguesa contra a voracidade dos capitalistas individuais, cuja sede de mais-valia levava a exploração capitalista a níveis insuportáveis”. (OLIVEIRA, 2003, p.182)

Ainda de acordo com Barbosa de Oliveira, discorrendo acerca do processo de expansão do modo de produção capitalista, acrescenta:

“Nas áreas de antigas sociedades que apresentavam certo nível de complexidade, tais como Índia, China, Egito, etc., a missão civilizatória do capital foi exercida de forma agudamente contraditória. As bárbaras formas de dominação locais foram sendo substituídas por novas formas de organização da sociedade por meio de práticas brutais, numa flagrante violação dos próprios primórdios do liberalismo, indicando assim que o capital não hesita em abandonar sua ideologia quando seus interesses estão em jogo”. (OLIVEIRA, 2003, p. 191)

Em termos históricos, é possível perceber que os ditames da ordem econômica liberal foram sistematicamente ignorados nos processos de desenvolvimento daquelas nações, o que não impediu que, mais tarde, essas mesmas passassem a defendê-los de forma explícita. De forma similar, também os institutos jurídicos liberais, tão difundidos na atualidade, tardaram décadas para serem efetivamente implementados nos PADs¹,

“Será, no entanto, verdade que as políticas e instituições tão recomendadas aos países em desenvolvimento foram adotadas pelos desenvolvidos quando se achavam em processo de desenvolvimento? [...], não faltam indícios e evidências históricas fragmentárias sugerindo o contrário. É possível que alguns saibam que, contrariamente à sua natureza nos séculos XVIII ou XX, o Estado francês do século XIX foi essencialmente conservador

1. A título de exemplo, pode-se mencionar os casos da estruturação das burocracias estatais ligadas à fiscalidade, dos regimes de proteção de propriedade e de respeito às leis de patentes, do conceito de responsabilidade limitada em sociedades, da criação dos regimes de falência e concorrência, dos institutos de regulamentação do sistema bancário, da transparência de informação das empresas, entre outros.



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

e não intervencionista. Também é provável que estejam informados sobre as elevadas tarifas praticadas pelos Estados Unidos, pelo menos a partir do fim da Guerra de Secessão. Uns poucos terão ouvido dizer que o banco central norte-americano, o Federal Reserve Board, foi criado bastante tardiamente, nada menos que em 1913. E é possível que uma ou duas pessoas saibam até que, no século XIX, a Suíça se alçou à categoria de líder mundial em tecnologia sem contar com uma só Lei de Patentes.

À luz dessas provas contrárias à visão ortodoxa da história do capitalismo, cabe indagar até que ponto os países desenvolvidos não estão procurando esconder o 'segredo de seu sucesso'. [...]

A resposta mais sucinta é que eles não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e as instituições que agora recomendam às nações em desenvolvimento. Muitos recorreram ativamente a políticas comerciais e industriais 'ruins', como a proteção à indústria nascente e a de subsídios à exportação – práticas hoje condenadas ou mesmo proscritas pela Organização do Comércio (OMC). Antes de se tornarem completamente desenvolvidos (ou seja, antes do fim do século XIX e do início do século XX), eles possuíam pouquíssimas dessas instituições agora consideradas tão essenciais aos países em desenvolvimento, inclusive as mais 'básicas' como os bancos centrais e a responsabilidade limitada". (CHANG, 2004, p. 13 e 14)

Amsden (2009) alerta para o que ela chama de "mecanismo de controle do resto". Em outras palavras, a autora aponta a criação de uma lógica complexa de subsídios e proteção econômica com vistas a garantir a industrialização, mas sem afetar o mercado de produtos primários, numa espécie de compensação para equilibrar o mercado e manter a proteção do capital em outras áreas que não a indústria.

"O mecanismo de controle recíproco do 'resto' transformou assim a ineficiência e venalidade associadas à intervenção governamental em um bem coletivo, assim como a 'mão invisível' do mecanismo de controle guiado pelo mercado do Atlântico Norte transformara o caos e o egoísmo das formas do mercado em um bem-estar geral." (AMSDEN, 2009, p. 39)

Além disso, ainda é preciso destacar que a evolução normativa dos PADs foi em geral, bastante lenta e cuidadosa. (Chang, 2004)

"Nesse contexto, a exigência atual e tão generalizada de que os países em desenvolvimento adotem, imediatamente ou nos próximos cinco a dez anos, instituições de "padrão mundial", ou que sofram punições por não o terem feito, parece contrariar a experiência histórica dos próprios PADs que fazem tal exigência" (CHANG, 2004, p. 200)

Deve-se destacar também o caso do extraordinário desenvolvimento chinês. A China é mundialmente reconhecida por ter parâmetros baixíssimos de proteção à propriedade intelectual, possui um sistema político que não segue os preceitos das democracias liberais e que coloca o Estado acima do mercado, em forte e ativa coordenando estatal das decisões de investimento, nem adota os sistemas europeus de proteção às relações de trabalho. Apesar disso tudo,



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

sua acelerada industrialização fez de seu sistema de manufaturas o maior e mais importante do planeta, manteve as taxas de crescimento do país persistentemente acima e distantes da média mundial e, mais importante que tudo, segundo o relatório do Banco Mundial de 2019, resgatou um contingente de 850 milhões de pessoas da condição de pobreza em um período de apenas quatro décadas (WORD BANK, 2019)

Assim, uma conclusão preliminar que se pode chegar é que os parâmetros legislativos e a estrutura institucional da ordem liberal estiveram, em grande medida, ausentes dos processos de desenvolvimento dos PADs. Chang (2004, p. 215), entretanto vai além: “a maioria das instituições atualmente recomendadas aos países em desenvolvimento como parte do pacote de ‘boa governança’ foram, na verdade, resultados, e não causas, do desenvolvimento econômico dos PADs”.

Mais do que isso, ainda de acordo com o mesmo autor:

“Ao exigir dos países em desenvolvimento padrões institucionais que eles mesmos não tinham quando estavam em estágios comparáveis de desenvolvimento, os PADs estão usando, efetivamente, dois pesos e duas medidas e lesando-os com a imposição de muitas instituições de que eles não precisam e as quais não podem sustentar” (CHANG, 2004, p.223)

Ademais, não se deve deixar de assinalar que a pressão internacional para que os países da periferia capitalista adotem determinados pressupostos normativos coincide com o processo de globalização e do advento do ideário neoliberal. De fato, desde os anos 1980 percebe-se uma crescente influência daquele ideário sobre o mundo jurídico, como se pode observar com nitidez nos preceitos do Consenso de Washington, associados especialmente aos processos de privatização, de ajuste fiscal e de estrangulamentos aos sistemas de seguridade social.

Entretanto, a despeito do ineditismo do Consenso de Washington no que tange a sua radical intenção orientar e tutelar as políticas de superação do subdesenvolvimento, é importante recordar que a evolução das estruturas legislativas nacionais foi sempre derivada dos sistemas econômicos. O Direito nasce do binômio linguagem e poder e a consolidação de elites nacionais ao longo da história também é a própria consolidação normativa. Pachukanis, na obra *Teoria Geral do Direito e Marxismo* (1924) já tratava da necessidade de uso do método marxista para se compreender os sistemas jurídicos. Para ele, não haveria forma jurídica sem que se tenha adotado como premissa do sistema normativo uma forma econômica particular e, portanto, os sistemas de produção necessariamente antecedem os sistemas jurídicos. Em outros termos, a estrutura institucional própria de cada país é determinada pela estrutura de relação social associada ao sistema econômico vigente.

Por outro lado, a ordem econômica por si só não é condição suficiente para a consolidação de uma estrutura jurídica nacional, nem tampouco para garantir o desenvolvimento espontâneo das forças produtivas. No campo da análise dos sistemas econômicos, por exemplo, é notória a perspectiva introduzida por John Maynard Keynes - um liberal em termos políticos - que en-



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

tendia que a regulação e a intervenção política sobre os mercados eram necessárias para corrigir a tendência inexorável de *equilíbrio com subemprego* se a economia fosse deixada ao livre jogo do mercado (KEYNES, 1983).

No mesmo sentido pode-se destacar a corrente histórico-estruturalistas que se difunde na América Latina a partir da CEPAL e que consolida em termos teóricos práticas de planejamento e de intervenção do Estado sobre o domínio econômico que já se faziam presentes desde a década de 1930, destacadamente no Brasil, no México e na Argentina. Como observou Sonia Draibe, no caso brasileiro:

“A crise de 1930 criou as condições, nos planos econômicos e político, para a emergência de aparelhos regulatórios específicos de sustentação dos setores agroexportadores, assim como de outros setores econômicos também afetados pela debacle econômica de 1929; mas, a par desses aparelhos organizados nas estruturas centrais do Estado, e das políticas nacionais que passaram a gestar, foram criadas novas entidades, na esfera da administração direta ou indireta, associadas aos projetos de avanço da acumulação capitalista industrial” (DRAIBE, 2004, p.75-76)

Draibe (2004), considera que o processo de evolução institucional do Brasil, consolidado no período 1930-1960 é resultado das forças políticas internas e dos distintos interesses sociais que plasmam a sociedade brasileira naquela conjuntura de crise do sistema econômico e político que vigorou até 1929:

“Na materialidade da sua ossatura, o Estado brasileiro avança seu processo de constituição de Estado Nacional e capitalista. Mas o faz sob essa forma específica, inscrevendo nos seus aparelhos os diferentes interesses sociais que, assim, sofrem um processo de generalização e abstração, metamorfoseando-se, agora, em “interesses nacionais” e constituindo-se na substância das políticas do Estado. Desse modo, o caráter capitalista desse Estado em formação é impresso na sua própria estrutura, na medida em que a máquina burocrático-administrativa que emerge a partir de 1930 condensa e exprime, nos seus aspectos propriamente materiais, as relações e contradições básicas da sociedade”. (DRAIBE, 2004, p. 76)

Talvez uma das maiores expressões desse processo tenha se dado na formatação da estrutura sindical ao longo dos governos de Getúlio Vargas, a qual se caracterizou por um duplo movimento: a instituição de mecanismos de proteção aos trabalhadores e a centralização, nas mãos do Estado, das responsabilidades de regular e até mesmo controlar os eventuais conflitos entre capital e trabalho.

“Ora, a ‘presença’ do Estado na economia, além de expressar momentos da divisão social do trabalho, da diversificação e complexidade das estruturas de classes, expressa também o movimento da luta social e política. Aprender, portanto, as diferenças pelas quais o Estado se faz presente na economia – aspecto da relação mais



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

geral entre o Estado e a sociedade – constitui um passo necessário e fundamental para a compreensão da natureza e forma que assume a luta econômica e política de classes”. (DRAIBE, 2004, p. 110)

Dessa forma, a profunda conexão entre modelos de desenvolvimento e a própria estrutura do Estado fica mais do que demonstrada. A partir deste ponto, cabe analisar como esse processo se desdobrou, nos anos recentes, no Brasil, levando-se em conta aquele que constitui o principal marco institucional do país no período pós-ditadura militar (1989-2019)

O principal ponto de análise é a relação entre a produção legislativa de natureza infra-constitucional e a Constituição Federal promulgada em 1988. A “carta magna”, que ganhou a alcunha de Constituição Cidadã apontava para a implantação de um modelo de Estado Social em um contexto mundial que era marcado pelo avanço do neoliberalismo. É precisamente com a análise desse movimento contraditório que se pretende trazer a relevo qual a produção legislativas que se seguiu à Constituição de 1988 e como se deram as relações entre as esferas públicas e privada desde então.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E SEU MODELO DE DESENVOLVIMENTO

O debate no mundo jurídico acerca das razões que norteiam a produção do texto de uma Constituição é extenso e controverso. Bercovici (2005) se destaca por discordar de autores que consideram as constituições como mera expressão jurídica da correlação de forças de uma dada sociedade (LASSALLE; 2001; BEARD; 1962). Para Bercovici, deve-se considerar que na concepção do texto constitucional existe certa autonomia entre a economia e a política e que, portanto, outros vetores da dinâmica social e econômica se expressam também de forma determinante no texto constitucional. Ou seja, há uma lógica multifacetada de interesses econômicos, questões sociais, opinião pública, correlação de forças, pressões externas, entre outros, que estão subjacentes ao processo de produção legal e que são menos evidentes do que as meras resultantes políticas que se observa na arena.

Isso posto, cabe assinalar que no contexto de 1988 o Brasil era um país em alta tensão política, cujo tecido social havia sido esgarçado pelo regime militar e pela grave crise econômica, a qual, por sua vez, fazia estagnar o crescimento da produção e do emprego, ao mesmo tempo em que a espiral inflacionária e corrosão dos salários reais fazia aumentar as desigualdades sociais e regionais.

No bojo daqueles acontecimentos, cresceram as adesões aos movimentos sociais e aos partidos de esquerda que haviam se constituído na passagem da década de 1970 para a de 1980 e que vocalizavam e amalgamavam a indignação social.

“No curso da década de 70, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo tornou-se um efetivo centro de elaboração das experiências dos operários nas indústrias metalúrgicas da região, moldando uma linha de resis-



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

tência coletiva que terminou por alterar profundamente as relações de trabalho nessas empresas e influenciar o conjunto do país. De uma entidade vazia – expressão da perda de funções do sindicato no início da década –, ele se transformará numa agência de organização e mobilização dos trabalhadores na defesa de seus direitos. E essa passagem tem por fio condutor exatamente a luta pelos direitos dos trabalhadores, tomando o quadro legal dado como premissa para as ações coletivas”. (SADER, 1988, p.277)

A transição democrática se impunha de maneira irrevogável e com ela a luta por uma nova constituição que fosse capaz de dar curso e concretude aos inúmeros anseios por mudanças democráticas e econômicas que vinham à tona naquele momento (MANZANO, 2017, pp 29-55).

No entanto, deve-se recordar que a chamada “transição democrática” e o processo constituinte que a acompanhou não se deram por meio de qualquer ruptura da ordem estabelecida, mas antes por um pacto político alinhavado no interior das classes dominantes, controlado pelos militares e pelas forças conservadoras que lhes davam sustentação. Assim foi gestada a Assembleia Nacional Constituinte e dela resultou a Constituição Federal de 1988 a qual, como mencionado antes, não deve ser reduzida à mera expressão da correlação de forças da época. Como observou Renato Lessa (2012), à semelhança da experiência varguista dos anos 30, a Carta produzida pela Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988 surpreendeu pelo caráter demiúrgico, pelo espírito de fabricação constitucional do mundo que lhe caracterizou (ver também LESSA, 2009, p 373-378), não sendo tarefa simples, nem talvez segura, recompô-la apenas a partir das circunstâncias políticas da época.

De fato, diversos aspectos da Carta de 1988 revelam seu inusitado e até mesmo surpreendente alcance progressista. Por exemplo, como fica claro em seu Artigo 3º, no qual são elencados seus *objetivos fundamentais*: I) construir uma sociedade livre, justa e solidária; II) garantir o desenvolvimento nacional; III) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Já os artigos 5º e 6º constitucionalizam direitos políticos e sociais, apontando para uma gama de princípios democráticos históricos que se consolidaram em sua maioria, pela primeira vez, no extremo superior da pirâmide normativa brasileira. O Artigo 7º, por seu turno, norteia de forma muito objetiva parâmetros para as relações de trabalho, com direitos trabalhistas básicos, e o Artigo 8º que trata de liberdade e autonomia sindical, apesar de manter a unicidade.

Além disso, após uma extensa descrição da organização dos poderes, das instituições e dos limites impostos aos governantes, aos entes federativos e aos três poderes da república, a CF88 retoma debates que são expressivos do que aqui se discute. Entre os Artigos 145 e 162, a CF88 estabelece parâmetros para o regime de tributação do Brasil, restringindo as possibilidades de criação de novos impostos e repartindo entre os entes federativos as competências de arrecadação e divisão de receitas².

2. Contudo, desde sua promulgação mais de uma dezena de emendas constitucionais já alteraram, incluíram ou suprimiram trechos do texto constitucional.



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

O Artigo 163 dedica-se às finanças públicas, praticamente transferindo o poder de regulamentação para o legislador ordinário, através de lei complementar. Além disso, os artigos de 165 a 169 tratam do orçamento público, os quais já foram alterados por mais de uma dezena de emendas constitucionais, três delas ao longo do ano de 2019 (100, 103 e 105).

Talvez o que chame mais a atenção a essa altura da análise é o trecho que trata dos princípios gerais da atividade econômica (artigos 170 a 181). Primeiro porque ele estabelece parâmetros interessantes para o que o constituinte decidiu chamar de *ordem econômica* que deve ser “fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa” e cuja finalidade é “assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social”. Além disso, os princípios que devem reger a *ordem econômica* são a soberania nacional, a propriedade privada, a função social da propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor, do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.

Esses pontos do texto constitucional acima descritos nos permitem entender alguns elementos importantes para os objetivos do presente artigo. O primeiro deles é que a CF88, em sua origem, estava distante dos preceitos do neoliberalismo que se espalhavam pelo mundo naquela época. Segundo que ela é capitalista na medida em que protege a propriedade e o mercado. Terceiro, que ela possui uma clara vocação de futuro, cuja centralidade seria o desenvolvimento voltado à redução de desigualdades através de políticas de Estado, seguridade social e proteção das relações de trabalho. Dessa forma, o texto constitucional se aproxima de forma inequívoca dos preceitos socialdemocratas. Isso se confirma em capítulos posteriores que tratam da política urbana, fundiária, seguridade social, educação, ciência, tecnologia e inovação, comunicação social, meio ambiente, família, criança, adolescente, jovem e idoso, e dos índios.

Ao propor uma agenda política para o Brasil, a CF88 revela seu evidente caráter programático, razão pela qual alguns a chamariam de *Constituição dirigente* (GRAU, 2004). Essa direção não se percebe apenas em aspectos gerais, mas cria, conforme já afirmado, estruturas e mecanismos de efetivação, como é o caso do Orçamento da Seguridade Social e a vinculação entre receitas e despesas.

Bercovici (2005), contudo, adepto de uma perspectiva cepalina, cuida de assinalar alguns importantes entraves constitucionais ao desenvolvimento nacional: (i) a estrutura administrativa engessada, (ii) a redução do planejamento à sua dimensão orçamentária (iii) os desvios produzidos pelas posteriores reformas neoliberais. No que tange a estrutura administrativa, o autor aponta que o principal problema é o “mito da neutralidade da administração pública. Ou seja, a administração é entendida como uma organização apolítica, simplesmente técnica”. E quando trata do planejamento, o autor afirma que há uma tendência a reduzir a lógica do planejamento aos instrumentos orçamentários, o que se agravou com a Lei de Responsabilidade Fiscal, apesar de que, como destacado por Bercovici (2005), a “constituição não contempla o princípio do equilíbrio orçamentário” e que isso ocorre para que não se inviabilize o próprio desenvolvimento.



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

Como se pode deprender do exposto acima, de um modo geral, a CF88, apesar de sua amplitude, é portadora de sentidos contraditórios com relação ao desenvolvimento nacional. Se de um lado, ela trata o Estado como protagonista do desenvolvimento nacional, através de uma ordem econômica que deve ser voltada à redução das desigualdades e à promoção da justiça social, de outro, ela adota princípios da administração pública e de regulação dos negócios privados notadamente liberais.

Essa contradição, contudo, se aprofundou com a reforma administrativa neoliberal.

“(…) patrocinou-se a reforma do Estado para promover o descomprometimento público em relação à economia, por meio da privatização, liberalização e desregulação, buscando a substituição do Estado Intervencionista por um Estado Regulador. (...)”

Esta foi a lógica da chamada “Reforma do Estado”, promovida no Brasil entre 1995 e 2002, especialmente por meio de emendas à Constituição de 1988 e da criação de novos órgãos públicos, chamados de “agências”, imitando a estrutura administrativa norte-americana.” (BERCOVICI, 2005, p.82)

Como se não bastassem as muitas contradições que carrega a CF88 com relação ao estilo de desenvolvimento e ao modelo de Estado Social que lhes são subjacentes, as diversas alterações que se sucederam desde o início dos anos 1990 foram orientadas por uma concepção econômica neoliberal, alinhada com o Consenso de Washington, que relega a um segundo plano os instrumentos de garantia do interesse público e prioriza um modelo de administração pública assemelhado ao da administração dos negócios privados e que, em última instância, abandona a noção de cidadão em favor da noção de cliente ou de consumidor de serviços públicos.

A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA PÓS-88

Espera-se que cartas constitucionais não sejam instrumentos modificáveis em sua essência ao sabor de uma conjuntura política específica. A mudança constitucional é sempre cabível, mas a essência do texto constitucional só deveria ser modificada quando houvesse uma alteração profunda da realidade social. Isso posto, também parece consolidada a ideia de que à Carta Magna deve ser conferida uma técnica de interpretação dinâmica, essa sim capaz de se transformar de acordo com a evolução e as mudanças típicas das sociedades. No caso do avanço tecnológico, das mudanças conjunturais profundas pelas quais o mundo passou após 1988 e da própria evolução da democracia brasileira, é evidente que o modo de aplicação do texto constitucional poderia se alterar.

No entanto, o Congresso Nacional emendou a CF88 mais de cem vezes. O número de leis complementares (leis cujas matérias foram explicitamente delegadas ao Congresso Nacional para regular dispositivos constitucionais) passa de 170 (entre leis que regulamentaram disposições constitucionais ou que alteraram leis complementares anteriores). Esses fatos revelam que, para além da necessária dinâmica da interpretação do texto constitucional, elementos considerados estruturantes da Carta Magna brasileira foram alterados substancialmente.



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

Esse é o caso, por exemplo, do seu Artigo 171 que estabelecia o conceito de empresa nacional e, por conseguinte, sua regulação. A Emenda Constitucional nº. 6, de 1995, revogou por completo o disposto naquele artigo, sem que houvesse substituição por outro qualquer³. Esse caso é emblemático das razões reformistas que se seguiram à promulgação da CF88 e para que se compreenda a natureza do projeto de “reforma do Estado” que foi conduzida pelos dois governos neoliberais de FHC. No referido artigo resguardava-se um princípio fundamental do papel do Estado na economia e, principalmente, como regulador do mercado. O texto original, ao estabelecer o conceito de *empresa brasileira de capital nacional*, permitia que essas poderiam receber proteção especial para desenvolver atividades imprescindíveis ao desenvolvimento do país, poderiam receber vantagens legais para desenvolver e absorver tecnologia e ainda poderiam participar em condição vantajosa das privatizações que se intensificavam àquela altura.

Da mesma forma, as emendas 5, 7, 8, 9, 13, 19 destinaram-se todas a reduzir o caráter dirigente do Estado na economia, facilitando os processos de desestatização. Bercovici (2019), dedica-se especificamente problemática da lógica das privatizações que avançaram desde então, problematizando elementos fundamentais ao arcabouço normativo do desenvolvimento brasileiro. É o caso da lógica das privatizações do setor de energia, de comunicações e de infraestrutura:

“A privatização das empresas estatais significou a desestruturação dos sistemas energético e de comunicações integrados, que eram fundamentais para a manutenção de um mercado interno de dimensões continentais, como o brasileiro, e uma inserção internacional competitiva, não subordinada. A fragmentação das empresas estatais de infraestrutura substituiu, na maior parte dos casos, o monopólio estatal pelo monopólio ou oligopólio privado, além de romper com o planejamento estratégico integrado da rede de serviços básicos e com um sistema integrado de tarifas cruzadas.” (BERCOVICI, 2019, p. 260)

Por tudo isso, parece evidente o esforço dos governos da década de 1990 no sentido de estabelecer um novo arcabouço jurídico capaz de redefinir o papel do Estado voltado e esvaziar seu caráter dirigente. Não é demais lembrar que não por ordem do acaso, desde então o Brasil se notabilizou como um dos mais emblemáticos casos de desindustrialização precoce (CHANG, 2018) e se consolidou no cenário mundial como um exportador de commodities e de produtos de baixo valor agregado, assumindo um papel subalterno e dependente nas cadeias globais de valor.

Por outro lado, ainda no que diz respeito à ordem econômica, a evolução do arcabouço legal brasileiro após a promulgação da CF88 não alterou de modo relevante a regressiva sistemática tributária do país, reconhecidamente uma das principais fontes do aprofundamento do quadro de desigualdade social e regional. Pelo contrário, o sentido da evolução institucional brasileira, notadamente no período mais recente (pós-2016) alinhou-se aos ditames do neoliberalismo, em especial no que tange às novas rodadas de privatizações, à prevalência do fiscalismo, à flexibilização da regulação do trabalho.

3. O mesmo ocorreu em pelo menos mais dois casos: da extinção do juiz classista da Justiça do Trabalho e do dispositivo de transição que regulava o trabalho rural.



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

Especificamente em relação ao que estamos chamando de prevalência do fiscalismo e a uma concepção neoliberal de Estado, podem ser observadas em uma série de institutos legais que foram sendo criados ao longo dos anos: a lei de responsabilidade fiscal, a lei de licitações, a lei de concessões, a lei de parcerias público privadas, as várias mudanças no sistema de seguridade social e, mais recentemente, a emenda constitucional do teto de gastos públicos que estabeleceu o “novo regime fiscal” brasileiro. Junto ao estabelecimento de metas de superávit primário e do elevadíssimo grau de comprometimento do orçamento público com os serviços da dívida pública, todo esse aparato legal fiscalista se interpôs claramente ao Estado Social e ao estilo de desenvolvimento nacional que estavam inscritos na CF88.

Especificamente no que se refere à lei das licitações (8666/1993), que regulamenta as compras e contratações do poder público no Brasil, pode-se perceber de forma bastante ilustrativa o movimento de esvaziamento do papel do Estado como protagonista e até mesmo indutor do desenvolvimento nacional

A LEI DE LICITAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

O inciso XXI do Artigo 37 da Constituição prevê:

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

A Lei 8.666 foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1993 e regulamenta o dispositivo acima, estabelecendo normas gerais sobre licitações e contratos administrativos⁴. O próprio dispositivo constitucional já previa a possibilidade de contratação de entes privados para obras, serviços, compras e alienações de bens públicos. Assim, com o objetivo de regular tal dispositivo, o Deputado Luís Roberto Ponte, do PMDB do Rio Grande do Sul, apresentou o projeto de lei 1491/1991, aprovado dois anos depois.

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos” (Artigo 3º da Lei de Licitações)

4. A lei de licitações é aplicada a qualquer compra pública, contratação de obra, serviços, inclusive de publicidade, alienações e locações em todos os entes federativos do estado na administração direta, mas também se aplica aos fundos, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a menos que haja outra previsão expressa da legislação



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

Nos princípios gerais havia apenas a menção ao “desenvolvimento nacional sustentável”, sem que houvesse parâmetro substancial que aplicasse essa menção. O desenvolvimento da lei, a partir de então, tem uma natureza extremamente técnica que estimula a neutralidade e conceitos de eficiência, qualidade técnica e rigidez do processo licitatório. Esses elementos são os balizadores dos editais de licitação, que devem ser publicados e devem preencher os requisitos formais conformados pelo legislador.

“Licitação – em suma síntese – é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados e com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessárias ao bom cumprimento das obrigações a que se propõem assumir. (Mello, 2016, p. 540)

São duas as etapas fundamentais de uma licitação: a habilitação e o julgamento. A habilitação se relaciona aos critérios de acesso do fornecedor, considerados essencialmente os aspectos formais de ingresso e o julgamento se relaciona aos aspectos materiais que determinam o vencedor.

Alinhada com os parâmetros de restrição fiscal consagrados mais tarde pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei 8.666/1993 estabelece a prevalência do critério de preço em detrimento da qualidade da execução de serviços, obras ou contratos públicos. Com isso, mais uma vez, a lei de licitações, além de reforçar o mito da neutralidade da administração pública, praticamente inviabiliza a adoção políticas discricionárias que induzam ou fomentem o desenvolvimento local ou nacional e que sejam capazes de cumprir com as determinações do Artigo 3º da CF88, notadamente a redução das desigualdades e a extinção da pobreza.

Além de restringir os critérios de acesso, a legislação regulamentadora escolheu também proteger as empresas contratadas através de dispositivos que tratam do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em outras palavras, os parâmetros de rentabilidade das empresas vencedoras dos certames licitatórios não podem sofrer alterações em nenhuma circunstância, sendo que, caso a execução demande outra questão ou queira incidir em maior qualidade, fica resguardado, independente de ação judicial, o correspondente aumento dos valores contratuais⁵.

A adoção dos princípios da impessoalidade, da moralidade, do tecnicismo da administração pública, a proteção ao equilíbrio econômico financeiro a favor do ente privado, a necessidade de inúmeros parâmetros burocráticos e técnicos de habilitação conformaram assim um espectro ideológico evidente da Lei 8.666. Em que pesem as exceções – tratadas mais adiante – a origem da lei revela uma concepção econômica claramente alinhada à globalização neoliberal, que atende prioritariamente aos anseios dos negócios privados – especialmente estrangeiros –, garante proteção aos fornecedores privados dos serviços públicos, toma emprestada uma lógica empresarial privada para a administração pública, em patente prejuízo das razões de Estado e do interesse da coletividade.

5. As consequências de uma revogação de contrato por iniciativa da administração pública são semelhantes aos contratos considerados abusivos no contexto do direito do consumidor.



O estado brasileiro atualmente cumpre as obrigações de mais baixo perfil da Constituição Federal, com níveis de investimento baixíssimos e a defesa dos processos de privatização e a subserviência do desenvolvimento ao fiscalismo. A lei 8666 possui um papel fundamental nessa escala de valores, salvo algumas exceções.

AS EXCEÇÕES À REGRA

É importante destacar que há casos especificados, muitos definidos em outras leis, que afastam por completo a aplicação da regra geral de licitações, mas que na maior parte dos casos o faz em prol de uma perspectiva ainda mais alinhada com os interesses privados, a despeito de estarem protegidas pelo manto da impessoalidade. Mello (2016), enumera algumas dessas exceções:

a) Licitações do setor de telecomunicações (lei 9472/1997 – que cria a ANATEL), que são reguladas pela própria agência.

b) Licitações da Petrobrás (originalmente pela lei 9478/1997 – revogada pela lei 13203/2016 – a nova lei das estatais)

c) Licitações do setor de radiodifusão sonora e de sons e imagens (lei 9472/1997 – a mesma lei da Anatel, mas nesse caso, a competência da concessão se mantém no executivo sem que seja necessário o cumprimento da lei de licitações)

d) Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) – originalmente estabelecido para as obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas - passou a ser aplicado para obras do Programa de Aceleração do Crescimento, do SUS, de construção de estabelecimentos penais, escolas públicas, para obras com recursos do FNAC (Fundo Nacional da Aviação Civil), licitações da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), compras relacionadas à defesa.

Em todos esses casos, vislumbram-se iniciativas que buscaram contornar certos constrangimentos neoliberais ao uso do poder de compra do Estado para induzir o desenvolvimento, agilizar a ação pública em políticas consideradas estratégicas ou melhorar a eficácia de determinadas políticas públicas.

Estas importantes exceções ao ordenamento legal das compras e contratações públicas que foram implementadas ao longo dos anos revelam, além de mais nada, inequívocas contradições entre os princípios ortodoxos que inspiraram a Lei 8.666 e os preceitos da CF88 em relação às razões do Estado nacional e sua vocação para o desenvolvimento econômico e social

Foi preciso criar um conjunto expressivo de exceções porque a lei de licitações não apenas é excessivamente burocrática ou morosa, mas especialmente porque é incompatível com o poder discricionário da ação política, a qual espera-se seja expressão primeira da soberania popular e que pode e deve ser praticada respeitando-se os rigores da moralidade e da impessoalidade⁶.

6. Para além das exceções à aplicação da regra geral das licitações no Brasil, há exceções dispostas pela própria lei 8666, a qual enumera os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.



Aqui, é importante relembrar a lição de Chang (2004) que afirmava que era impossível que a evolução institucional atendesse os interesses do mercado, simplesmente porque esses interesses não eram uníssonos e, portanto, seriam incapazes de gerar uma modelagem legal única. É exatamente o que se verifica quando analisamos as exceções de aplicação da lei 8666.

É preciso que se diga ainda que as definições estanques de determinados princípios do direito servem, via de regra, a uma radicalização da técnica jurídica em detrimento da realidade dos fatos. Por isso, não se trata de defender ou atacar a lei 8666 e/ou suas exceções, trata-se apenas de afirmar que o desenvolvimento institucional não pode atender os interesses do mercado e que ele tampouco se relaciona diretamente ao modelo de desenvolvimento politicamente proposto.

É fato que no Brasil os projetos de desenvolvimento não tiveram grande longevidade. Isso de certa forma se reflete no anacronismo da legislação, que varia entre rompantes de atendimento aos interesses mais objetivos do mercado (como no caso das licitações regidas pelas agências reguladoras), ora a interesses reais da população, funcional ao desenvolvimento nacional, como a rapidez nas obras de hospitais, de escolas ou linhas de metrô. Em nenhum caso, no entanto, a regra “geral” que regulamenta a constituição pode ser considerada plenamente válida.

O CASO PARTICULAR DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Atendendo ao estabelecido na CF88, o legislador brasileiro decidiu estabelecer algumas vantagens competitivas específicas para as microempresas e empresas de pequeno porte. Foram criadas assim as leis complementares 123/2006 e 147/2014, ambas regulamentando as atividades desse segmento empresarial. Entre as vantagens concedidas, em linhas gerais, criou-se a possibilidade das ME e EPP participarem de certames licitatórios de até R\$80 mil cobrindo a oferta da grande empresa, respeitada uma cota mínima de 25% para a aquisição de bens divisíveis. Essa regra geral deve ser seguida pelo governo federal e pelos estados e municípios, que entretanto, podem ainda conceder vantagens adicionais. - vale destacar que cooperativas e fornecedores de produtos da agricultura familiar gozam dos mesmos benefícios⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o desenvolvimento econômico e o arcabouço jurídico-institucional demanda uma reflexão de grande amplitude, que não se encerra com os temas abarcados neste trabalho. O caso das leis que regulamentam as licitações no Brasil é paradigmático desse debate e revela contradições importantes entre alguns princípios normativos da Constituição Federal de

7. Esse instrumento de indução ao desenvolvimento através do arcabouço legislativo ganhou muita importância na realidade de muitos municípios brasileiros desde então. Nas contratações da Prefeitura Municipal de São Paulo, por exemplo, além dos benefícios já estabelecidos pela regra nacional, a regulamentação na cidade estabeleceu (Decreto 56475/2015) que a Prefeitura poderia pagar até 10% a mais do valor mínimo obtido no certame para micro e pequenas empresas da localidade. Em outras palavras, o município optou por pagar mais para fomentar a atividade econômica local. Numa cidade com as proporções de São Paulo, tal medida de favorecimento constituiu um fomento ao desenvolvimento local de suma importância. Segundo Santos (2016), entre 2011 e 2015, o valor total de aquisições com essas empresas saltou de R\$ 227 milhões para R\$ 699 milhões e a participação dessas empresas nos certames de até R\$ 80 mil saltou de 28,8% para 67,8% no mesmo período.



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

1988, como aqueles definidos em seu Artigo 3º, em especial no que tange ao desenvolvimento econômico e social e as derivações do ideário neoliberal que se impuseram tanto pelas emendas constitucionais quanto na legislação ordinária.

Ou seja, os princípios que encadearam a lógica da construção da lei 8666 não dialogam com a lógica constitucional que se propunha, entre outras coisas, a garantir a redução de desigualdades, promover o desenvolvimento econômico e extinguir a pobreza. Ao menos na experiência brasileira desde a redemocratização, a ideia de uma administração pública neutra, técnica, voltada a um destinatário usuário/consumidor em detrimento de um destinatário cidadão/detentor de direitos em nada contribuiu com um compromisso de desenvolvimento nacional com justiça social.

Adicionam-se a isso os interesses econômicos que certamente envolvem as compras e aquisição de serviços pelo poder público. As exceções criadas às regras das licitações são facilmente desenvolvidas quanto o assunto é atender aos interesses próprios da administração pública e de setores importantes do mercado, mas são muitíssimos mais restritas quando se trata de mitigar os desequilíbrios produzidos pelo mercado, promover o desenvolvimento local e a justiça social ou quando se trata de colocar o poder das compras públicas a serviço de ações afirmativas

Há que se destacar a existência de exceções, como é o caso do fomento às pequenas empresas, mas também deve-se ter ciência de que essas são medidas insuficientes para alternar em substância as vantagens descomunais que as grandes corporações privadas, notadamente internacionais, dispõe quando se trata de disputar o orçamento público, em seus três níveis de governo.

Na prática, a despeito dos princípios meritórios reivindicados pelo modelo neoliberal de administração pública, a produção legislativa brasileira pos-1988 caminhou quase sempre a favor do capital e dos interesses particulares, em detrimento dos interesses coletivos, da garantia dos direitos fundamentais e da promoção da justiça social. Como prova maior, basta olhar as tendências reveladas pelas estatísticas sociais e econômicas, ou mesmo a simples observação das ruas das grandes cidades

Com frequência se diz que esse estado de coisas é produto de uma elite que não dispõe de qualquer projeto de desenvolvimento nacional. E, como espera-se ter demonstrado em parte no presente estudo, esse aspecto um tanto singular da elite brasileira expressa-se também no arcabouço jurídico do país, especialmente aquele que se dedica a ordenar as relações entre o poder de compra do Estado e os fornecedores privados de bens e serviços

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMSDEN, Alice A. (2009) A ascensão do “resto”: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Editora UNESP

BASTOS, Jéssica (2020). Empresas estatais: análise funcional-estrutural. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico) São Paulo: Faculdade de Direito/Universidade de São Paulo



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

BERCOVICI, Gilberto (2005) *Constituição Econômica e Desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros.

_____. (2019) *A soberania econômica e o desmonte do Estado no Brasil*. In: CARDOSO JUNIOR, José Celso (org.). *Desmonte do Estado e Subdesenvolvimento: riscos e desafios para as organizações e as políticas públicas federais*. Brasília: Afipea, pp. 254-264.

BEARD, Charles (1962). *An Economic Interpretation of The Constitution of The United States*. New York: The Macmillan Company.

BIAVASCHI, Magda (2005). *O direito do trabalho no Brasil - 1930/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. Tese (doutorado) - Instituto de Economia. Campinas, SP: Unicamp Disponível em: <https://bit.ly/3bSvvGm>

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Em: Presidência da República. Disponível em: <https://bit.ly/2SNeMwF>

BRASIL, Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993. Em: Presidência da República. Disponível em: <https://bit.ly/2SQs5ww>.

BRASIL, Portal da Transparência. Em Controladoria Geral da União. Disponível em: <https://bit.ly/3bVTpRo>

CALDAS, Camilo (2017). *Pachukanis*. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. In: CAMPILONGO, C.; GONZAGA, A.; FREIRE, A.(coords.). Tomo 1: *Teoria Geral e Filosofia do Direito*. 1ª. ed. São Paulo: PUC-SP. Disponível em: <https://bit.ly/32mDkQu>

CHANG, Ha-Joon (2004). *Chutando a Escada*. São Paulo: Editora Unesp.

_____. (2018) “O Brasil está experimentando uma das maiores desindustrializações da história da economia”. Entrevista ao jornal El País, 15 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2T9g5Fg>

CODAS, Gustavo (org.) (2017). *Poder e Corrupção no Capitalismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

DRAIBE, Sônia (2004). *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FARIA, José Eduardo; CAMPILONGO, Celso (1991) *A sociologia jurídica no Brasil*. Porto Alegre: Fabris

FURTADO, Celso (2000). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2000) “O fator político na formação nacional”. *Revista Estudos Avançados*, nº14 (40). São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/38WHXDh>

GRAU, Eros (2004) *Ordem econômica na Constituição de 1988*. 9. ed. São Paulo: Malheiros.

KEYNES, John M. (1993). O fim do “laissez-faire”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) *Keynes (Economia)*. São Paulo: Ática, pp. 106-126



A LEI DE LICITAÇÕES E A EROÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

LASSALLE, Ferdinand. (2001). *A Essência da Constituição*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

LESSA, Renato. Modos de fazer uma República: demiurgia e invenção institucional na tradição republicana brasileira. *Análise Social*, Nº 204, (3º), p. 508-531. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/i9VR2J>.

_____. *A Constituição Brasileira de 1988 como experimento de filosofia pública: um ensaio*. In: OLIVEN, Ruben G. *et al* (orgs). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rothscild: ANPOCS, 2009, p.363-395.

MANZANO, Marcelo (2017). *Doze anos de desenvolvimento contingente no Brasil*. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em <https://bit.ly/37QhPZ6>

MELLO, Celso Antônio Bandeira de (2016). *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros.

OLIVEIRA, Carlos A. B. (2003). *Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTOS, Artur Henrique (org.) (2016). *Desenvolvimento, Trabalho e Inovação: a experiência na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

WORLD BANK. (2019). *The World Bank Annual Report 2019 : Ending Poverty, Investing in Opportunity* (Chinese). Washington, D.C. : World Bank Group. <https://bit.ly/2Vejllt>

